

# ATLANTIDA

**CONFISSÕES DUM REI DESTRONADO.** —

por Guilherme FERRERO.

**LETTRES ET ARTS DE FRANCE.** — por

Camilo MAUCLAIR.

**PORTUGAL-BRASIL APÓS A GUERRA.** —

por JOÃO DO RIO.

**PORTUGAL, O BRASIL E AS COLÓNIAS  
PORTUGUESAS.** — por JOÃO DE BARROS.

**COLABORAÇÃO DE:**

Brito Camacho, Lopes de Mendonça, Mélot du  
Dy, N. S., J. M., Manoel de Sousa Pinto, Adolfo  
Lima, M. Prozor, Carlos Selvagem, Faure-Biguet,  
etc., etc.



# ATLANTIDA

Directores: Para o Brasil: JOÃO DO RIO  
Para a França: GRAÇA ARANHA  
Para Portugal: JOÃO DE BARROS  
Director Gerente: NUNO SIMÕES

N.º 40

SUMÁRIO

Julho de 1919

<i>Confissões dum rei destronado</i> .....	Guilherme Ferrero.
<i>Lettres et arts de France</i> .....	Camille Mauclair.
<i>Portugal-Brasil após a guerra</i> .....	João do Rio.
<i>L'art en Belgique</i> .....	Mélot du Dy.
<i>A Senhora Maria do Cérrro</i> .....	Brito Camacho.
<i>Os amores de Cinisca</i> .....	H. Lopes de Mendonça.
« <i>Le vieux monde et les deux Amériques</i> » (conclu- são do n.º 28).....	M. Prozor.
« <i>Utopias</i> » sociais.....	Adolfo Lima.

## REVISTA DO MÊS

<i>Portugal, o Brasil e as colónias portuguesas</i> ..	João de Barros.
<i>Sobre um programa de expansão económica</i> ..	N. S.
<i>Teixeira de Queiroz</i> .....	R.
<i>Marcelino Mesquita</i> .....	Carlos Selvagem
<i>Crónica da Arte</i> .....	Manoel de Sousa Pinto.
<i>O Mes Literário</i> .....	J. M.
<i>La vie à Paris</i> .....	Faure-Biguet.
<i>Notas do Mês</i> .....	R.

## NOTÍCIAS & COMENTARIOS

<i>Revista das Revistas</i> .....	R.
-----------------------------------	----

*Desenhos de:* Raul Lino, Santos Silva, Manoel Gustavo e Henrique Santos Júnior.

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

### PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 numeros)..... 6\$00

### PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

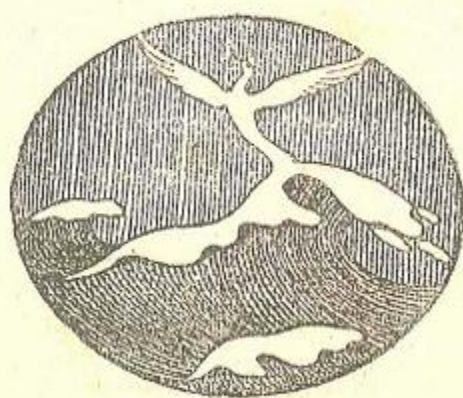
Um ano (12 numeros)..... Frs. 25

**Número avulso em Portugal \$60**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: 73, Rua Garrett, 75 - LISBOA

# ATLANTIDA

ORGÃO DO PENSAMENTO  
LATINO NO BRAZIL  
E EM PORTUGAL



VOLUME X

ANO IV

N.º 40

# ATLANTIDA

DIRECTORES:

PARA O BRASIL: João do Rio

PARA FRANÇA: Graça Aranha

PARA PORTUGAL: João de Barros

DIRECTOR GERENTE:

Nuno Simões

EDITOR: Sebastião Mesquita

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

LIVRARIA BERTRAND

73, Rua Garrett, 75

---

IMPrensa LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



## Confissões dum rei destronado

FERRERO, o psicólogo notável e original das *Leis psicológicas do simbolismo*, o historiador brilhante da *História de Roma*, o criminalista ilustre que conserva a tradição gloriosa de Lombroso, honra hoje as páginas da *Atlântida* com uma interessante e douta fantasia, que é ao mesmo tempo um dilucidativo estudo, documentado, das lutas políticas que abalaram a Europa desde a Revolução Francesa à Grande Guerra. Satisfazendo a um desejo expresso do Mestre ilustre, publicamos em português as notáveis páginas que se seguem e que constituem os dois primeiros capítulos do seu livro prestes a sair *Le confessioni di un sovrano deposto*, memórias íntimas dum príncipe alemão, continuadas, calmamente, no exílio da Suíça, após a derrota germânica, e a sua deposição.

### I

#### A MEU FILHO

¿A Revolução Francesa teria vindo derrubar os tronos da terra e despedaçar as cadeias dos povos? Também tu, meu filho, assim



pensas, como todos, e por isso a detestas, como outros a amaram. Mas abre um pouco os olhos! ¿Teria libertado os povos da nossa tirania e derrubado os tronos da terra essa Revolução, que chegou trazendo às multidões uma mochila e uma espingarda? ¿Que nos deu, a nós, soberanos do século XIX e do século XX, o direito de conscrição sobre centenas de milhões de homens? Os nossos antepassados de 1600 e de 1500 eram, ao que parece, uns tiranos; contudo, nenhum deles, nem mesmo o grande Frederico, encerrou nos quartéis e lançou na guerra toda a mocidade do seu tempo. Todos, no antigo exército, eram pagos, pois serviam, não por dever, mas por um contrato, regateando, moeda a

moeda, o sangue, as fadigas, os incômodos, a disciplina, a coragem. Há hoje generais que pensam que o século XVIII perdera a luz da razão, em face da maneira como fazem a guerra, tratando cada chefe, não de aniquilar o exército inimigo, mas de poupar o seu, vangloriando-se, não de vencer, mas de se esquivar às batalhas, preferindo gastar, nas suas lentas operações, antes o tempo do que os regimentos. Esquecem estes que os tiranos dos séculos XVI e XVII não podiam dispor a seu bel-prazer dos seus exércitos mercenários e voluntários, porque estavam ligados a contratos; e, se os arriscassem demasiadamente, ninguém mais se arregimentaria sob as suas bandeiras. Aos direitos que gozavam sobre os seus soldados correspondiam deveres. Mas eis que desponta sobre a terra a era de liberdade; que acontece? No fim das guerras da Revolução e do Império, os soberanos da Europa dispõem de grandes exércitos de conscritos, aos quais nada devem, nem sequer o soldo, e a que tudo podem impor: a obediência, a fome, a insônia, o frio, as fadigas maiores, as mais duras privações, a morte. À frente de milhões de homens adestrados e armados, as Monarquias de direito divino dominam, há um século, a Europa, contendo em respeito o mundo... ¿Que fôrça iguala hoje os exércitos da Rússia, da Alemanha e da Áustria-Hungria? ¿Qual dos poderes que o absolutismo nos reconhecia sobre a carne e sobre o espírito do nosso semelhante se pode comparar a este direito sobre a carne e sobre o sangue de todas as gerações que se sucedem? ¿E quem nos deu este direito de vida e de morte, este formidável *instrumentum regni*?

A Revolução Francesa, destinada a libertar os povos da tirania dos Reis e a derrubar os tronos. Nem mais, nem menos. Eu sei, meu amigo. Inato na natureza humana, o mal não pode excluir-se totalmente do govêrno do mundo; mas não pode também assumir a parte que seria lícito reconhecer-lhe, públicamente, oficialmente, como um direito! Porque, de usurpação em usurpação, pouco tempo levaria a assenhorear-se do mundo e a torná-lo um feudo seu! Por essa razão não há govêrno, autoridade, grandeza humana, que possa dispensar uma boa máscara; que possa mostrar aos povos a sua face a descoberto, ou seja tornar públicas todas as paixões e todas as conveniências que devem servir, todos os meios e artifícios que não pode deixar de empregar. Por isso, a História não é, e não pode ser, senão uma grande mentira; no dia em que um doido ou um scelerado escrevesse uma história verdadeira, ninguém — e seria o seu justo castigo — lhe daria crédito. Se o homem não crê, não

espera, não realiza a parcela de bem de que a sua natureza é capaz, senão porque Deus, para o fazer feliz, contra êle próprio, o conduz com os seus sublimes enganos por caminhos de antemão designados, nós, os Reis, que temos por missão impor às multidões estes enganos, devemos conhecer a verdade. Deus cedeu-nos, mas não nos deu, o direito de mandar no nosso semelhante, e quer receber todos os dias a sua paga em virtude e heróica grandeza de alma. Põe-nos, por isso, diáriamente, à prova, tornando-nos os exploradores do futuro, obrigando a adiantarmo-nos aos nossos súbditos e a indicar-lhes o caminho na terra selvagem e desconhecida do futuro, através de precipícios terríveis, surpresas espantosas, perigos mortais e milagrosos salvatérios. ¿O que é a História, com as suas incessantes alternativas, com as suas catástrofes e os seus apogeus de grandeza e poderio? Glória aos que sabem vencer a prova com honra! Para vencer, impõe-se, porêem, o ver claro, tanto quanto os olhos mortais o permitem, nos densos e muitas vezes obscuros desígnios de Deus.

Eis porque tomo a pena e me resolvo a escrever, em poucas páginas, para ti, filho querido, a história verdadeira do século XIX, a história que não encontrarás impressa em nenhum volume, a história que a doutrina mais espalhada entre os ignorantes nunca saberá, a história que nenhum sábio do mundo, se a lesse, julgaria verdadeira. Precisamente hoje, 2 de Maio de 1913, completo setenta anos. Não sei se, nestes setenta anos, fiz jus à alcunha de «grão-duque filósofo», que, quando era novo, me deu, para me ridicularizar, o príncipe, ou para ser mais exacto, o Conde Bismarck, visto que então ainda não chegara ao vértice da escala heráldica. Não sei. Sei que, durante o meu govêrno, fiz do meu minúsculo estado um observatório de estudo dos governos dos outros estados do mundo, maiores e mais poderosos do que o meu. Conheci, na minha longa vida, todos os segredos da arte política, até os que eram supérfluos para o meu modesto govêrno, e quasi todos os homens que, no último meio-século, governaram a Europa e a América. Durante trinta anos, devorei todos os livros onde se narram os grandes acontecimentos do século XIX. Estudei, portanto, do natural, o meu tempo, e orgulho-me de não ser vítima duma agradável ilusão quando penso que, se a Providência não me escolheu para executar algum dos seus desígnios, quis, porêem, que eu fôsse dos poucos que souberam decifrar os seus arcanos. É por isso, meu amado Luís-Augusto, que um dia ocuparás o meu

lugar entre os poucos a quem Deus concedeu uma parcela da sua autoridade, que escrevo êste livro secreto da experiência dum monarca que procurou compreender o drama em que figurava como o último dos personagens. Lê-o e guarda-o, logo que, desaparecido eu, o encontres entre os meus papéis. Se o Estado que serás chamado a governar é um dos mais pequenos da Confederação Germânica, a grande acção do século em que deves, por tua vez, figurar, na tua hora e no teu pòsto, é talvez a prova mais terrível e gloriosa a que Deus jamais submeteu os soberanos da Europa. Servir-te há talvez de conselho e amparo, durante essa rude prova, poderes consultar a geração precedente, ainda que só no pó a que já estará reduzida.

## II

## O DUPLO ESPÍRITO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Reatando o fio... Os teus livros predilectos, os teus professores, os teus amigos, os meus ministros ensinaram-te que a Revolução Francesa veio subverter os tronos e a autoridade! Histórias, embustes, para o público grosseiro, caro amigo! A Revolução Francesa é o pórtico festivo do século XIX, decorado com foices, barretes frígios, espadas, grinaldas de louro, bandeiras, auriflamas e plumachos tricolores. À direita e à esquerda, dois bustos de mulheres de grandes seios, fortes, representam, uma a Liberdade, outra a República. Sôbre a arquitrave, lê-se em óptimos caracteres romanos, imitação dos bons tempos: *Liberté, Égalité, Fraternité*. Quando porêm, atraídos por tais símbolos e côres, os povos transpuseram êsse pórtico, julgando ir para um baile, viram-se numa caserna e num *ergastulum*.

Eis aí, em poucas palavras, a história da Revolução Francesa: contrassenso primordial e capital, donde, através de contínuas alternativas e contradições, deriva toda a história do século XIX. Para bem o compreender, torna-se necessário eximir-nos à decrepitude do século XVIII e à sua ânsia de rejuvenescimento; assim como para compreender essa velhice e as manias que a atormentam é preciso distinguir os dois elementos do poder, que o nosso tempo ordinariamente confunde: a autoridade e a fôrça. O século XVIII foi um século decrépito, porque a autoridade e a fôrça se haviam dissociado nos seus governos, grandes em autoridade, mas pequenos em fôrça. Era grande a autoridade dêsses governos, porque



possuíam títulos reconhecidos por todos como legítimos e dispensados por Deus. Simplesmente, êsses títulos e os princípios que os autenticavam eram, por demais, numerosos, diversos, e até opostos, por vezes, entre si — a hereditariedade, os tratados, as regras do direito feudal — não só de Estado para Estado, mas ainda na mesma Nação — enleando-se uns nos outros sem nenhum respeito pela geografia, pelos interesses do comércio, pelas exigências da ordem pública e da boa administração, nem pelo que, pelo menos, nós, homens do século xx, consideramos como imperiosos ditames do bom senso. Citarei como exemplo famoso o Sacro Império Romano da gente germânica, o qual, para governar o centro da Europa com algum proveito, carecia dum chefe, que não era senão o sucessor de Augusto; dum pequeno corpo de eleitores hereditários, para o escolher; de mais dum milhar de soberanos grandes e pequenos, civís e eclesiásticos, hereditários ou electivos — Duques, Príncipes, Condes, Cavaleiros do Império — que, entre si, pulverizavam a Alemanha, para governar cada um com as suas leis o seu escasso território; duma Dieta, em Ratisbona, composta de três Câmaras: a Câmara dos Eleitores, a Câmara dos Príncipes e a Câmara das Cidades Imperiais; em suma, de todos os princípios divinos e humanos de autoridade que o mundo conhecia agrupados no Império como nas estantes dum museu em tórno da coroa de Diocleciano e de Constantino. A Monarquia francesa fôra a única que, nos dois últimos séculos, tentara sobrepor, em toda a França, a flor de lis a todos os outros emblemas de autoridade: e que esforço fizera para isso! Mas ela própria não o conseguira completamente. Naquele século, como a divindade nos tempos do politeísmo, a autoridade apresentava-se, em todas as nações, em todos os países, em todas as cidades, em todas as aldeias, em todos os ramos e profissões, pode dizer-se que em todas as famílias, com o nome, o aspecto, os órgãos, as leis, os ritos, as formas que, por motivo de lugar e de tempo, eram as mais queridas e veneradas. Era, portanto, respeitada em toda a parte quasi como uma religião! No entanto, era grande a sua fraqueza. Todas essas autoridades, quer se respeitassem mútuamente, como de facto sucedia, quer apenas se mostrassem ciosas umas das outras, o que não era raro, acabavam por se diminuir segundo as circunstâncias, resultando, por consequência, para o Estado, uma legalidade complicada, meticulosa, esmiuçadora até a pedantaria, pelo que respeitava às tradições, aos privilégios, aos direitos adquiridos, e mais adstrita à letra da lei do que à razão,

à justiça, e ao interêsse geral. ¿Quem acreditaria, por exemplo, que, em 1806, quando já a Revolução e a guerra tinham derruído parte da antiga ordem de cousas e o seu pedantesco respeito pela legalidade, na noite de 11 para 12 de Outubro, na véspera da batalha de Iena, o exército prussiano teria de acampar ao ar livre e sofrer o frio, porque não gozava do direito de requisição em território que não fôsse inimigo, nem sequer para as provisões? Os celeiros de Iena regorgitavam de forragens naqueles dias, mas os cavalos não tiveram aveia, porque o comissário ducal dos abastecimentos, o senhor Wolfgang von Goethe, não respondeu a tempo aos generais que lhe solicitavam a venda.

Governos assim eram, por conseguinte, parcos em soldados e dinheiros; de mãos atadas não podiam ensaiar novidades sem grande perigo e com pouco proveito. Teve occasião de o verificar José II, quando se propôs rejuvenescer a decrepitude do Império. Tais governos eram, pois, velhacos e fracos, mas nunca tirânicos como se pretende e afirma, porque, tendo pouca fôrça para fazer o mal, também a não tinham para impedi-lo ou para fazer o bem. Eis que, no emtanto, uma nova guerra de doutores e de doutrinas se acende na Europa: a Revolução impele-os, em França, a assaltar êsses governos, mesmo sob as asas da protecção divina, que há tantos séculos os cobriam, annunciando querer fundar, sôbre as ruínas do govêrno de Deus e dos Reis, o govêrno da Razão do Povo. Em Agosto de 1791, o Rei da Prússia e o Imperador declaram, em Pillnitz, que «consideram a sorte do Rei de França um caso de comum interêsse para todos os soberanos da Europa». No ano seguinte, o Sacro Império Romano e a Prússia saem a campo contra a Revolução, para defenderem (caso curioso!) entre os inumeráveis títulos de autoridade venerados pelo século, o mais amarelecido e engelhado dos seus pergaminhos, aquele cuja tinta se encontrava mais apagada: os direitos feudais dos Príncipes e dos Prelados da Alsácia, anulados pela Revolução, e que o tratado de Westfália deixara apensos e por um fio quási invisível, à autoridade imperial. A Revolução responde, em 19 de Novembro de 1792, com o famoso decreto da Convenção, intimando ao Rei a guerra libertadora dos povos, e atirando, a 21 de Janeiro de 1793, dum canto da Praça da Concórdia e do tablado da guilhotina, a cabeça de Luís XVI em desafio à Monarquia. ¿Mas que fôrças não desencadeia, das profundas do universo, essa estranha luta entre uma sombra antiga e um monstro novíssimo? Atacada pela frente por fôrças esmagadoras, ameaçada pela retaguarda pela guerra civil, a Re-

volução, é fôrça confessá-lo, afronta o perigo com um coração de bronze. Se o novo govêrno não possui títulos reconhecidos como autênticos nem pela França nem pela Europa, se carece de autoridade dentro do Estado e fora dos seus confins, lança por terra, num acesso de furor epiléptico, toda a antiga ordem de cousas — monarquia, aristocracia, clero, corporações, privilégios, tradições — e ergue, tôscamente, sôbre essas ruínas um novo sistema; depois de decapitar o Rei, ameaça Deus com a guilhotina; unifica os inúmeros princípios de autoridade do antigo regime, que não destruiu, na idea da República una e indivisível, ou seja a mais deshumana, violenta, insolente, sanguinária e arbitrária das ditaduras, arvorada em nome da vontade do povo, o que teria apavorado a velha monarquia de direito divino; confisca, rouba, denuncia, corta cabeças aos milhares, imprime papel-moeda sem escrúpulos nem misericórdia, sem misericórdia nem medo, recorre ao desesperado expediente da conscrição, embriaga os improvisados guerreiros com retórica e a esperança do saque, e precipita-se obstinadamente no jôgo da guerra convencional de 1700, desmantelando-lhe as estudadas figuras com o ímpeto selvagem e sublime da guerra absoluta. Assim chamou à guerra da Revolução, num livro recente, um general francês, cujo nome não me ocorre; a guerra que, como diz Jornski, é «um drama espantoso de paixão» e não um baile de figuras marcadas; a guerra que não trata de economizar o próprio exército, mas de destruir o do inimigo. Enfim, a Revolução é um monstro, um Sansão epiléptico, um Hércules enfurecido. Que fôrça a sua, porêm! ¿Quem pode deixar de a admirar? Para libertar à fôrça o mundo, que não sabe usar da liberdade que assim lhe oferecem, a Revolução invade e tributa os Países Baixos, a Itália, a Germânia meridional; vence umas vezes, outras perde, até que, tendo induzido a Prússia a assinar a paz em 1795, concebe o grande plano de atacar o Império na Itália. Em 1796, o jovem Bonaparte cai, no Vale de Aosta, sôbre o Império, que, ainda fiel às tradições da guerra convencional, não sabe responder à guerra absoluta com as suas belas armas; abate-o na mais memorável entre as campanhas da História, põe-lhe um pé sôbre o peito e aponta-lhe a espada à garganta... Fica vencida a mais antiga e augusta coroa do mundo: o jovem general, mandado à Itália por essa Revolução que intimou os Reis à guerra libertadora dos povos, pode cumprir a sua primeira promessa e libertá-la! A 19 do Vendimiário do ano vi (10 de Outubro de 1797) já, com efeito, o Bonaparte sentenciara, em nome da Revolução, na arbitragem entre a Valtelina

e os Grisões: que «não poderia colocar um povo na sujeição do outro sem violar os princípios do direito público e natural!» A Europa ouviu estupefacta esta sentença, que parece anunciar o comêço dum mundo novo! Volvida uma semana, a 17 de Outubro, vem Campo-fórmio... Campo-fórmio era uma pequena aldeia da campina friulana, abundante em messes e lindas raparigas! Ficar á na História como uma reviravolta e uma cilada do destino, que jamais deixa de armar ciladas e preparar surprêsas às crédulas esperanças dos homens! Momento inolvidável, em que a Revolução, tirando a máscara, mostrou ao mundo o rosto, logo outra vez disfarçado! Napoleão justificou, em Santa-Helena, a célebre paz de Campo-fórmio, que punha fim à primeira guerra entre a Revolução e a Monarquia, escrevendo que oferecera Veneza ao Império como uma bela escrava a um velho dissoluto e hipócrita, para o tentar e desmascarar. «República aristocrática — escreve Napoleão — Veneza despertava as melhores graças da Inglaterra e da Rússia; pelo que, assenhoreando-se dela, a Casa da Áustria faria afronta a êsses dois Estados. A França tinha razões de melindre contra o procedimento do Senado de Veneza, a Áustria não. ¿Como julgariam os povos o govêrno de Viena e a sua consciência política ao saberem que se apoderara de territórios dum aliado, que era o Estado mais antigo da Europa e o mais contrário às doutrinas da democracia francesa, e isso sem nenhuma razão, nem pretexto, mas simplesmente porque lhe convinha a anexação? Que lição para a Baviera e para as outras potências menores! <sup>1</sup> Que melhor prova de decrepitude, de decadência, de ilegitimidade!» Engenhoso ardil, é certo, mas duplo — e Napoleão parece não se ter lembrado disto em Santa-Helena — pois que o inventor caía nela com a sua vítima. Se, aceitando Veneza, o Império renegava o princípio da legitimidade, que se propusera defender de armas na mão, a Revolução, oferecendo-lha em troca da Bélgica e dos territórios situados à esquerda do Reno, renegava o princípio da liberdade universal, que invocara como razão da guerra; fazia, mais, uma mesura segundo o cerimonial antigo ao «velhote da Europa», reconhecendo no tratado um dos direitos que o Império mais tenazmente defendia, o direito de não dar a alternativa, isto é, o de assinar sempre em primeiro lugar; não hesitava, também, em violar, no Vale do Pó, o direito pú-

---

<sup>1</sup> Que formidável sátira a vibrada pelo Imperador aos governos da oligarquia europeia entregando Mogúncia à França, e assenhoreando-se dos despojos dos príncipes alemães de quem era protector e cujos exércitos combatiam a seu lado!

blico e natural, de que, uma semana antes, se arvorara paladino sobre os Alpes, com a mira de completar o desenho dos confins naturais que o grande Cardeal deixara incompleto, e de engrandecer a França de modo a contrabalançar os alargamentos polacos da Áustria e da Prússia! De facto, o Directório titubeou bastante antes de assinar o tratado, mas o jovem general havia adivinhado o pensamento íntimo e secreto da Revolução melhor do que muitos dos seus intérpretes oficiais. A França não só aplaudiu com entusiasmo o tratado, mas desde esse dia aborreceu-se de ouvir os discursos dos doutores que todos os dias lhes falavam dos seus direitos soberanos; quis, em vez de o governar, ser governada por um forte Estado, que lhe desse, não a liberdade, mas um imenso império, do qual fôsse a alma e o braço o proprio conquistador da Itália e o negociador da paz de Campofórmio! Em poucos anos, a República una e indivisível transforma-se em ditadura militar e em império semi-absoluto: monarquia, sem dúvida, mais activa e gloriosa do que as antigas, por isso mesmo que mais despótica, prepotente e exigente! Exigente, por exemplo, de todo o sangue do povo, quási todos os anos, em guerras ininterruptas.

Não, a Revolução não podia manter as promessas que fizera de dar aos homens a liberdade e transferir para o povo o mando. Essa tentativa de escalar o céu e derrubar Deus do seu trono à frente dum punhado de velhos e apagados filósofos, é talvez ainda mais ridícula do que blasfema. Se a Revolução se mostrava tresloucada, mais dementados se mostraram os que tomavam a sério os seus delírios. Ouve tu, que serás o único leitor destas páginas, não a filosofia, mas o bom senso... A vontade dos povos poderia ser a fonte da autoridade, mas com uma condição: a de existir. Quem pode, porém, afirmar que exista, a não ser nos cérebros desvairados dum Jean-Jacques e dum Kant? ¿Qual é o homem de sociedade e de senso — não falo nos filósofos nem nos demagogos — que admite que exista algures uma vontade geral, sempre recta e esclarecida, que não vise senão ao interesse comum, em contrário da vontade particular de cada um? ¿Ou, então, uma vontade universal, insusceptível de injustiça, pôsto que ninguém deseje fazer mal a si próprio? ¿Quem viu, jamais, com os seus olhos tomar corpo e deliberar esta «vontade geral», esta «vontade universal»? ¿Quem a ouviu exprimir-se? ¿Quem saberá dizer-nos como se reconhece, onde reside, e por que meios se manifesta? Nas eleições, talvez? No sufrágio universal? No Parlamento? Anedotas! É em vão que applicas o ouvido ao rumor dos sé-

culos: não é a voz do povo a que escutas, continuamente, através dos tempos; são os clamores, os rugidos, intermitentes da multidão tumultuosa. Só uma cousa o povo, verdadeiramente, quer: o seu bem-estar, o prazer, não quer leis. É esse o instinto humano, que não muda. «Não será a lei, como a palavra o está dizendo, um vínculo, um liame, um grilhão, isto é, uma limitação da liberdade imposta a cada um para o obrigar a fazer, não aquilo que lhe agrada, mas o que é recto, justo, útil a todos? «Que é o Estado senão um agregado de leis e um sistema de órgãos destinado a obrigar os homens a obedecer? O Estado e a vontade do povo, a liberdade e a lei são, portanto, cousas opostas como a água e o fogo, como o dia e a noite. Já Alcibíades, quando moço, o demonstrara a Péricles, que disso se esquecera ao governar uma democracia.

Pode dizer-se que a Revolução Francesa foi a desforra de Lúcifer. Felizmente, a Providência ocultara, no seio desta segunda rebelião do orgulho humano contra o criador, um desígnio, um profundo desígnio: o de armar a Europa. Presta-me toda a atenção, porque vou revelar-te, querido Luís, o mais profundo e terrível segrêdo da história do século XIX! Esse desígnio vinha amadurecendo havia tempo: desde os inícios de 1500, quando a arte da guerra ressurgiu na Europa com a cultura antiga, do longo sono da Idade Média. Pouco a pouco, os homens descobrem, nos livros gregos e latinos, os princípios da tática e da estratégia, procurando aplicá-los às armas de fogo, glória recente dos alemães; trava-se, entre as dinastias da Europa, uma porfia para se engrandecerem por meio das armas e dos tratados, e não só na Europa, mas na Ásia, na África e na América, havia pouco descoberta; humilhada, a teologia anicha-se a um canto; sucedem-lhe, na estima dos poderosos, a diplomacia, a tática, a estratégia. A Reforma parece desencadear na Europa uma nova e mais terrível guerra de teólogos, mas dura pouco; logo as guerras dinásticas e coloniais se misturam às guerras religiosas. Um Cardeal da Santa Madre Igreja inicia na Europa a política «regalista» — chamo-lhe assim — fomentando a aliança entre o Rei cristianíssimo e os Estados protestantes da Alemanha para engrandecimento da França à custa da Casa de Áustria. As guerras carecem, porém, de soldados, dinheiro e um estado forte. Essa dispersão da autoridade, essa legalidade sujeita a tantos direitos e privilégios desgostam as Côrtes empenhadas nestas contendidas e nestas disputas: daí esse anseio de novidade que desvaira o século XVIII. O século aspira a renovar-se, e a água milagrosa e a fórmula mágica, que façam desapare-

cer as rugas e ennegreçam as cãs, pede à Enciclopédia, ao comércio, à indústria, à reforma dos potentados. Começa a insônia do mundo. A França faz um esforço desesperado para arrancar a Deus o governo do Universo e apoderar-se d'êle. Agrilhoada à terra pela densa rêde de mais de mil soberanias, a Alemanha desforra-se, Masaniello do céu, lançando no reino da beleza e da verdade a sedição romântica e o motim filosófico. A Inglaterra quer ressurgir a seu modo o mito de Prometeu : dar vida com o fogo a escravos de ferro, dóceis e ao mesmo tempo infatigáveis, que a ajudem a conquistar a riqueza do mundo. De quando em quando, o velho estado das cousas humanas é modificado por uma surprêsa. Uma vez é Frederico que tenta pela primeira vez a guerra absoluta em contraste com a guerra convencional do século ; outras José que quer rejuvenescer o Império ; outra vez ainda, a Polónia esquartejada pela primeira divisão. Três Estados conluíam-se para assaltar um vizinho mais fraco e despojá-lo dos seus férteis territórios, sobrepondo abertamente a força ao direito público do tempo. Experiências, tentativas, amostras, ensaios, irritavam e não satisfaziam os confusos desejos dessa velhice impotente ; porque a Europa, hesitante entre o passado e o futuro, já de novo meio convertida ao paganismo, mas amiúde surpreendida pela voz de Cristo, que ainda soava alto sôbre o tumultuar dos tempos, agitada por desejos veementes, mas traída pelas suas forças e enleada nas rêdes de tantas tradições, instituições e autoridades, queria e não queria. A partilha da Polónia, por exemplo, ergue um grande escândalo, mas não foi menor a inveja dos Estados que desejariam—e não ousavam ou não podiam—imitar o exemplo. Para renovar e conquistar o mundo, a Europa precisava de dinheiro e de soldados, mas nem a Monarquia, por demasiado fraca, nem as doutrinas que até então perfilhara, por muito impregnadas de escrúpulos, lhe podiam dar nem um, nem os outros ; sentia-se a necessidade dum dilúvio mixto de fogo celeste e de fogo infernal ; duma explosão formidável das cobiças e das ambições que havia dois séculos a revolviam ; duma generosa mentira que as mascarasse aos olhos da consciência cristã do século ; de novas instituições, mais poderosas embora mais violentas, que, disfarçando-as, lhes dessem satisfação. O mal deve governar a sua parte do mundo, mas invisível à multidão. Jamais a Europa consentiria em reconhecer oficialmente que os seus únicos deuses eram o ouro e o ferro.

Essas mentiras necessárias chamaram-se liberdade, igualdade, soberania popular. Essas instituições oportunas fôram as múltiplas di-

taduras da República una e indivisível e o Império. Quando o povo, cego por essas mentiras generosas, tivesse curvado a cerviz ao pesadíssimo jugo, de modo a não dar por êle senão quando sacudindo-o se lhe tornasse de todo impossível, toda a Europa, voluntariamente ou não, teria de submeter-se, primeiro para se defender, e depois por emulação. Foi o que se deu. Um vício houve que, sob o nome de tirania, a Revolução não perdoou ao antigo regime: foi a fraqueza e a decrepitude. A Revolução é, desde as suas origens, um contrassenso gigantesco, em que os factos e as doutrinas, as causas e os efeitos, as sementes e os frutos, os órgãos e as funções, se contradizem continuamente, zombando da razão que se quis fazer passar como a norma dêsse grande movimento político. Desde a Revolução, dado o impulso contraditório que ela lhes imprime, os acontecimentos marcham em contrário da razão lógica, e o absurdo torna-se o alimento diário da História. Urge que o saiba quem tem de governar, e que tempere o ânimo para o novo destino, segundo o qual os Estados da Europa são órgãos duma Razão demente. ¿Como poderia, por exemplo, a Razão explicar o mistério da espada de Napoleão? Interroga, meu amigo, todos os historiadores que a Alemanha sustenta, veste, condecora, corteja, ouve e trata por Excelências: verás como êles te explicam êsse mistério! A espada de Napoleão era invencível, todos o sabem bem, mas não conseguia matar ninguém; pelo contrário, quanto pior feria o inimigo, mais são o deixava. Demais, os monarcas que Napoleão combateu eram todos de meia estatura, quando não eram anãos, e manejavam com fraco braço espadas de fios embotados. Apesar de numerosos, não conseguiam tocar o adversário. Todavia, a primeira vez que isso se deu e o feriram, o gigante rolou por terra. Porquê?

À semelhança da Revolução, da qual derivam, as guerras entre Napoleão e a Monarquia legítima são outro enorme contrassenso, onde Napoleão aparece como o mestre, o aliado, o salvador dos seus inimigos. Começou a prestar-lhes serviços em Campofórmio, quando, pela sua bôca, um novo século, sem nenhuma afinidade com os séculos anteriores, surgindo de repente sem se saber donde, gritou que jamais se respeitaria qualquer autoridade legítima que não soubesse defender-se de armas na mão. ¿Podia porventura o velho mundo de setecentos, respeitador e respeitoso, deixar de estremecer ante êsse grito selvagem dum guerreiro quási imberbe? Assustadas, as inúmeras autoridades menores, eclesiásticas e civis, em que se fragmentava o Estado, unem-se receosas, por toda a Europa, à volta da



Monarquia, para a defenderem e serem por elas defendidas ; pouco a pouco, alijam ou deixam tirar-lhes sem protesto alguns direitos e privilégios que limitam ou embaraçam a autoridade régia, com a condição da Monarquia aprender a combater a guerra absoluta com que a França ameaça o mundo inteiro ; já não opõem as tradições aos novos exemplos. Em Viena, o absolutismo e a concentração de poderes, havia dois séculos em demanda com as múltiplas autonomias do Império, prevalecem em poucas anos ; as dietas provinciais renunciam aos seus direitos constitucionais ; o Monarca, a côrte, e os ministros podem, doravante, tentar imitar, até certo ponto, Napoleão e o seu governo, emquanto os estados e governículos do Império se agitam, sentindo próximo o momento em que, quer queiram ou não, terão de desaparecer e fundir-se em unidades mais fortes e poderosas ; e emquanto a filosofia delira e endoidece de todo . . . a Kant sucedem Fichte e Schelling. A Revolução ensinara, e Napoleão não cessava de o indicar com o seu exemplo, o modo como as envelhecidas dinastias de setecentos podiam e deviam destruir as autoridades menores que a rodeavam, para dominar sòzinhas. Os Reis que Deus submeteu a essa prova são, porêm, uns medíocres medrosos e cheios de preconceitos ; só de má vontade, com esforço, lentamente, aprendem a mandar num século que não deseja senão obedecer, acabando sempre por ser derrotados. Não importa ! A Monarquia fortalece-se nessas derrotas, por obra dêles, sem que êles o queiram, sem disso darem fé, como a única autoridade sobreviva entre as autoridades menores que em seu tórno baqueiam, pois que, a cada nova guerra, se desmorona um novo fragmento da antiga ordem das cousas. É assim que, em 1801, o tratado de Luneville reconhece o domínio da República Francesa em toda a margem esquerda do Reno, para, no ano seguinte, os maiores estados da Alemanha, da Prússia e da Áustria se refazerem, incorporando os territórios dum grande número de pequenos estados germânicos — cidades independentes e principados eclesiásticos. Emquanto as monarquias derrotadas se fortalecem, e quanto mais se fortalecem mais odeiam Napoleão, êste, quanto mais as derrota e se enfraquece, mais as amima, as corteja e procura captá-las . . . Napoleão nunca foi um inimigo da Monarquia, nem mesmo quando, por necessidade ou por ambição, serviu a República e a Revolução. Já durante a campanha de Itália se notara que, quando se dirigia aos reis, aos nobres e aos altos prelados inimigos, o fazia dum modo diverso do dos Comissários da República, como se quisesse fazer ver a êsse século envelhecido e requintado que, se o destruía

com as armas, não o odiava, nem desprezava, muito pelo contrário. . . De volta da Itália, recusou-se a festejar a decapitação de Luís XVI. Confessando em Santa-Helena que, num momento de vertigem, se vira sentado no trono do Universo, sempre rebateu com vivacidade a acusação de haver açulado os povos contra os seus legítimos soberanos! «Todos os soberanos da Europa me viram senhor dos seus Estados; mas, apesar de, por toda a parte, me incitarem a levar a Revolução até aos países conquistados e a revoltar os seus súbditos contra os reis, sempre a isso me recusei. Chamaram-me Átila moderno, Robespierre a cavalo, mas sem razão, e são os que assim me ajudaram os primeiros a reconhecê-lo! . . . Se fôsse o que êles diziam, ainda a estas horas ocuparia o trono. ¿E onde estariam todos êles, há muito tempo? No trono, certamente que não!» De resto, ¿como poderia Napoleão prestar melhor homenagem ao princípio monárquico do que coroando-se Imperador em 1804, solicitando para a sua família a honra de ser admitida, pelo casamento, na sacra esfera da legitimidade histórica, e desposando a filha do Imperador da Áustria? O mais novo dos estados europeus, o filho predilecto da Revolução, hirsuto e feroz, tinto de pólvora e de sangue, inclina-se em acto de reverência filial diante do Matusalêm dos Impérios, curvado ao pêso dos séculos e da coroa demasiado pesada para a sua velhice; coloca-se-lhe ao lado como exemplo e sustentáculo. Francisco I, porém, defende-se, só se aproveita da ocasião até um certo ponto, e não desarma, proclamando-se, por seu turno, Imperador da Áustria, «dentro do respeito devido aos seus estados independentes», mas sem depor a coroa de Diocleciano e de Constantino. Só em 1806, depois de Austerlitz e da paz de Presburgo, quando Napoleão unifica a Alemanha ocidental e meridional, compreendendo a Baviera, na Confederação Renana, posta sob a sua protecção, só então Francisco I dá, a 6 de Agosto, como dissolvido o Sacro Império Romano da nação germânica. Desde então, os povos germânicos libertam-se da rêde subtil de pequenas soberanias impotentes e respeitadas, que os haviam subjogado. Os minúsculos potentados alemães que escapam à hecatombe de 1802, desaparecem encorporados em alguns estados mais poderosos; o eleitor da Baviera e o Duque de Wurtemberg já haviam recebido de Napoleão, ou fôsse da Revolução, a coroa rial; a Alemanha dá um novo passo para a sua unificação, e entretanto surge o novo Império da Áustria, feito à imagem e nascido do ódio do Império Francês. O milenário Império Romano descera para sempre aos Campos Elísios da História; em seu lugar, despontam dois

impérios novos, semelhantes e rivais... E daí a pouco, após Iena, começa a regeneração da Prússia. É um novo mundo que nasce; mas quão longos haviam sido os trabalhos do parto!

Napoleão e a Monarquia teciam, ao mesmo tempo, duas teias que deviam depois ser reunidas por esse caprichoso cerzidôr, que é o tempo. Juntos tratavam de reordenar, de robustecer, de armar a Europa, procurando o equilíbrio da força e da autoridade, em que reside a perfeição do Estado. Napoleão diligenciava combinar mais fortemente, no seu poder, a força demasiado grande e a autoridade demasiado restrita, conciliando em si a Revolução e a Monarquia. Por seu turno, a Monarquia procurava, na escola da Revolução, combinar melhor a força e a autoridade, aumentando aquela à custa de alguma parcela desta. ¿Qual, pois, o motivo porque se degladiaram tão implacavelmente, quando mutuamente se ajudavam, emprestando uma à outra os seus seculares princípios de autoridade, e a primeira à segunda as contínuas invenções do seu génio? ¿Qual a razão porque as Monarquias se mostraram tão desconfiadas de Napoleão, das suas carícias, das suas ofertas, das suas combinações políticas e familiares, e até das suas adulações e cortesias, se com êle tanto aprenderam? ¿Qual a causa, porque entre todas as Monarquias europeias, deviam de avultar exactamente as duas — a Prússia e a Áustria — que se mostraram, ao mesmo tempo, as melhores discípulas e as piores inimigas de Napoleão? ¿Porque se encadeiam umas nas outras, durante quinze anos, as guerras quando todos, inclusive Napoleão, suspiram pela paz? ¿Porque se sucedem essas guerras, cada vez mais encarniçadas, mais sanguinárias e combatidas por exércitos cada ano mais numerosos, à medida que a «guerra absoluta» chama às armas os povos, os adestra, os arma, os exalta, e os lança uns de encontro aos outros em grandes exércitos e em batalhas gigantescas, estouvadamente pródiga de sangue e de ouro? ¿E porque, ainda, o maior dos mestres se deixa vencer finalmente por alguns medíocres discípulos, por um Blucher e por um Wellington, nem mais, nem menos?

Nem o próprio herói da fabulosa aventura soube decifrar a charada, que êle próprio engenhara nas páginas da História. Ouçâmo-lo, em Santa-Helena, quando desabafa com o fiel Las Casas. O pensamento que lhe não abandona a mente, a incógnita que, por mais que atormente o cérebro, não logra resolver, é sempre esta: ¿porque motivo, eu, que depurei da lama e do sangue do Terror os princípios da Revolução, banhando-os na mais fúlgida torrente de glória; eu, que os entreteci com tantos louros, monumentos e prodígios imortais; eu,

que primeiro salvei a França e lhe dei depois a ordem, a glória, a prosperidade; eu, que apaziguei a discórdia de dois mundos, e fundei do nada um dos maiores impérios; eu, que atingi tamanha grandeza, porque motivo me vi privado da coroa, ao passo que a conservaram o Imperador Francisco, êsse «bonacheirão, vítima eterna dos intrigantes», Guilherme Frederico III, «êsse pobre diabo incapaz e medroso, a quem, batendo o pé, se obriga a fazer o que queremos», ou Alexandre I, «bizantino inteligente, tão fino e atraente quanto falso e hipócrita»? Tenta em balde dilucidar êsse enigma. Uma vez acusa a fatalidade», outras «a catástrofe» inaudita e imprevista; ora «circunstâncias prepotentes», ora «uma crise violenta demais para cabeças francesas», ora, ainda, a estupidez dos povos ou a curta vista dos soberanos. ¿Não servira êle de escudo aos Reis contra a Revolução e de escudo aos povos contra a tirania? ¿Não fôra, no trono, o amigo de uns e a esperança de outros? Quanto mais contempla, por terra, os restos da sua obra, loucamente esfrangalhada, mais a admira como a salvação do mundo. Quanto mais a considera, mais se lhe afigura a sua queda um monstruoso contrassenso e uma irreparável injustiça, que prejudicaram a harmonia do universo. Uma só vez lhe acontece aproximar-se quási da solução do enigma. «Mesmo caído ao pé dos Pirinéus, teria podido ainda levantar-me. Se tivesse sido o filho de meu filho». Mas, em vez de se servir dessa chave, despreza-a. «Vêde a magia do passado! E era o eleito dos franceses. O novo culto era obra dêles. Pois bem: reapareceram os ídolos antigos, e todos imediatamente tornaram a cair de joelhos».

Se Napoleão exagerava, inculcando-se, em Santa-Helena, como o novo *restitutor orbis*, não exagerava no que dizia a respeito da França. Salvara-a da Revolução, engrandecera-a, dera-lhe o primeiro lugar no mundo e enriquecera-a. O grande Império e as guerras da Revolução não tinham representado para a França apenas fumo de glória, mas um sólido proveito; pois aquele e estas haviam levado para França, de todos os países da Europa, juntamente com muitas outras riquezas móveis, os metais preciosos que jaziam ociosos nos conventos, nas igrejas, nas côrtes, nas grandes famílias, nos tesouros das cidades e dos estados. Saqueando os vencidos, a Revolução tinha-se salvo, e o Império pudera manter os seus exércitos, proteger as artes e as letras, fomentar as indústrias, o comércio, a agricultura, construir estradas, abrir canais, dotar as cidades de monumentos, ser generoso com os funcionários, sem agravar demasiado os impostos da França. ¿Mas qual era o defeito oculto dêsse grande

governo? O segredo, que, nas noites de insónia de Santa-Helena, Napoleão procurou em vão descobrir, percorrendo com a memória o vastíssimo campo das suas emprêsas? O de não ser legítimo, porque não tinha outro título a autorizá-lo senão o mérito. Sei que, à razão e portanto ao racionalismo do nosso tempo, o mérito se apresenta como o único título autêntico de autoridade. Há hoje muita cabecinha que não hesitaria em reconhecer, pelo menos em palavras, o direito divino do génio. Eis um êrro que a razão não aceita senão à fôrça de sofismas, que a convencem de que é rainha do mundo. O mérito não é, nem pode ser, um título autêntico de autoridade, não só porque as paixões e os interêsses se mostram mestres na arte de o falsificar, mas porque nem o génio, nem o heroísmo, nem a santidade são, só por si, dignos de governar o mundo. Não o permite a contradição. Pertence às atribuições do estado o reprimir as perversas inclinações da natureza humana. Como poderiam desempenhar essa função homens que, embora geniaes, heróicos ou santos, eram eivados, por natureza, do mesmo mal que teriam, como chefes, de extirpar do mundo? ¿Qual é o homem tão sobre-umano que possa ensinar o seu semelhante a ser melhor do que a própria natureza o fez? Não, o único título de autoridade autêntico, que pode conferir a um governo o direito de mandar, é, e não pode ser outro, a «legitimidade», ou seja a observância escrupulosa de certas formas, de certos ritos, de certos princípios, na escolha dos homens que devem mandar, entre os que têm de obedecer: formas, ritos, princípios variáveis de século para século e de terra para terra, mas só num ponto idênticos entre si. É que a razão humana não os pode julgar, exactamente porque, em tal caso, o único título racional da autoridade seria o mérito. ¿Nestas condições, quem, senão Deus, pode ser o fiador dessas formas, dêsses ritos, dêsses princípios que a razão renega? Como explicar que o poder mandar e o dever obedecer dependam dum acidente, como o nascimento, ou das convenções artificiais e arbitrárias que formam o conjunto de todo o direito público, se não se admitir que a ordem do mundo foi estabelecida por Deus, com vistas mais altas e mais largas do que as que a razão humana concebe? ¿Como explicar o facto de, por vezes, aparecer no trono dêste ou daquele Estado um rei mau e incapaz; que, às vezes, o comando recaia no homem ou no partido menos digno dêle; que o poder seja, ou pareça ser, nesses casos, a recompensa do vício ou da incapacidade, se Deus não quisesse pôr à prova, uma vez por outra, o juízo humano e recordar aos povos que devem obedecer aos

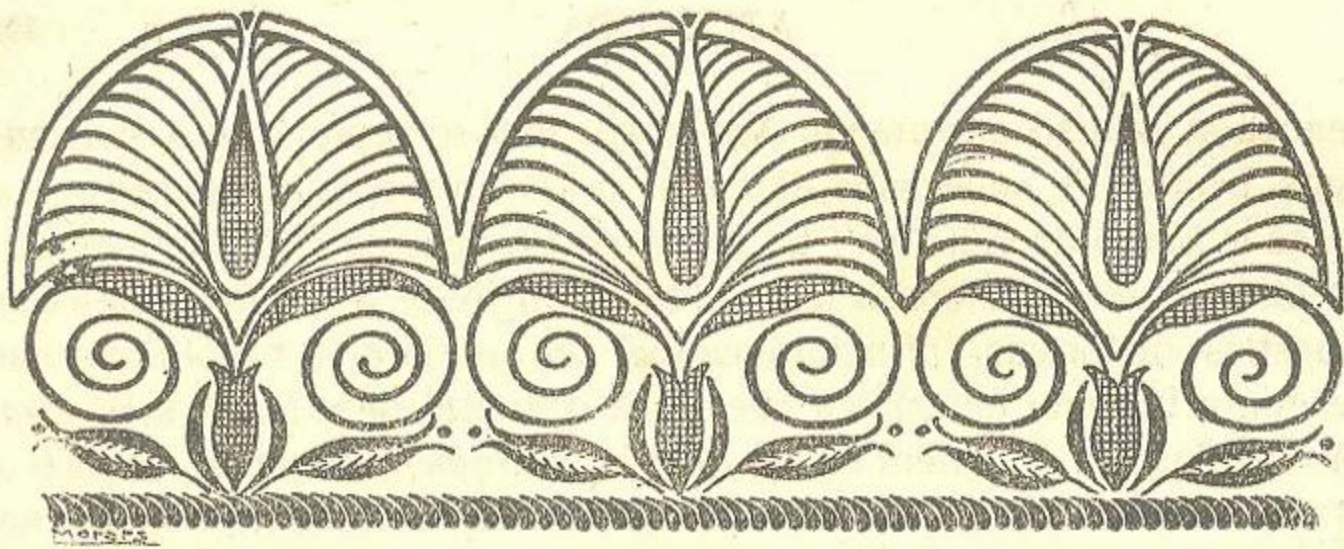
governos, não pelos benefícios que dêles recebem e de que não são muitas vezes juizes competentes, mas pelo carácter sagrado de legitimidade que êsses governos disfrutam, graças aos citados ritos, formas e princípios? Não há govêrno humano que possa comparecer ante o tribunal da Razão humana sem ser acusado de usurpação e ilegitimidade, e não há outra fonte mística de autoridade além de Deus. O próprio Napoleão o reconheceu, quando, depois de fazer sancionar pelo plebiscito os poderes de que, pouco a pouco, se aposara com o génio e com a fôrça — o consulado decenal, o consulado vitalício, o império hereditário — depois de ter recebido a autoridade da mística fonte da vontade do povo, como se o ser Júlio César lhe não bastasse, quisera ser também Carlos Magno e receber, uma segunda vez, de Deus, pela mão do Papa, essa coroa que já o povo lhe dera! Napoleão mostrou-se toda vida dominado por uma sêde insaciável de legitimidade; mas, alugadas, repintadas à pressa para se applicarem a tempo, pessoas e instituições novas, coladas com cuspo, essas fórmulas de autoridade só convenceram e enganaram emquanto a fortuna lhe sorriu. Perdidas as primeiras batalhas, ninguém mais — nem os seus próprios marechais — percebeu o motivo porque devia mandar em todos, como imperador, aquele que todos tinham visto simples oficial de artilharia entre a multidão. O povo abandonou o eleito, que afinal nunca elegera. Deus permitiu que rolasse por terra a coroa que não lhe tinha dado, porque, se Deus às vezes reconhece como seus delegados, para a distribuição dos títulos de autoridade, o Tempo e a Tradição, jamais reconhece o génio. Cumpriu-se a profécia feita pelo Imperador Francisco ao plenipotenciário francês, depois de Austerlitz: «Havereis de reconhecer que, pelo menos neste ponto, posso mais que o vosso chefe. . . Posso regressar à minha capital como soberano, depois de sofrer uma tamanha derrota. Não o poderia fazer o vosso chefe!»

De comêço, as monarquias da Europa cometeram o êrro contrário. Julgaram que, para um govêrno, tudo estava na legitimidade, e afrontaram com pouco cuidado a Revolução. Castigou-as Deus, desencadeando um núcleo formidável de paixões revolucionárias, que, durante vinte anos, lhes não deu trégua. ¿Quantas humilhações não sofreu o princípio da legitimidade nesses vinte anos? Desapareceram a Monarquia Francesa, o Sacro Império Romano, a Sereníssima, Génova, a Monarquia Sarda, os Estados da Igreja, e outros muitos estados menores. A Áustria, a Prússia, a Rússia estiveram vacilantes. Mas, por fim, a Monarquia de direito divino venceu a Revolução, e

venceu-a, não só derrotando Napoleão, não só repondo nos seus antigos tronos os soberanos depostos pela Revolução, e primeiro que todos o irmão de Luís XVI no trono da França, não só proclamando no Congresso de Viena a legitimidade, ou fôsse o direito divino das dinastias históricas, princípio capital da ordem civil e política, mas venceu-a fazendo ela ,única que tinha o direito de a fazer, a Revolução verdadeira e autêntica de que a Europa carecia e da qual a França tentara uma falsificação ilegítima: Só uma legitimidade viva tem o direito de mover, remover e sepultar ou queimar na fogueira da História o cadáver duma legitimidade morta! O que a Revolução fizera mal e usurpadoramente, fê-lo bem e legitimamente a Monarquia, abolindo em toda a Europa os privilégios, os direitos adquiridos, os usos locais, as autoridades particulares e antagónicas: que empeciam a obra dum govêrno forte; merecendo, de facto, a autoridade dos governos legítimos com a fôrça da Revolução, armando a Europa definitivamente, para sempre, e não como um expediente desesperado; dotando-a do estado simples e vigoroso a que ela aspirara confusamente durante todo o século XVIII. Em 1815, a Monarquia, caídas em seu tórno as autoridades menores que nos séculos anteriores a haviam tolhido e sufocado, dominava, só ela, a Europa, representando na Europa o verdadeiro, grande e luminoso princípio revolucionário da Civilização ocidental, desnaturado pela Revolução Francesa. Residiria doravante, não nas praças públicas mas nas Côrtes, o génio sagrado da Revolução. Verdade esta tão grande, que intimidou muitos monarcas do século XIX; mas que um rei do século XX deve encarar com firmeza e serenidade.

GUILHERME FERRERO.





## Lettres et arts de France

Il me sera donné de commenter plusieurs événements littéraires et artistiques très différents, survenus depuis la date où fut écrite ma dernière chronique, assez retardée en sa publication. Le monde intellectuel français se réveille, après une longue torpeur. En réalité cette torpeur ne fut qu'apparente : les œuvres et les idées continuaient souterrainement — et au sens exact du mot, jusque dans les caves où les conviait l'importune visite des gothas — leur vie que rien ne saurait interrompre. Mais enfin toute l'attention était légitimement détournée : et maintenant se révèle une activité un peu désordonnée et fébrile. On est pressé de donner signe de vie, plutôt que de se réorganiser : c'est pourquoi il me faudra bien noter ces symptômes, sans trop chercher à les classer.

Je devrai d'abord rendre aux morts tout récents l'hommage qui leur est dû. Le plus illustre aura été Edmond Rostand, disparu prématurément à cinquante ans après une existence comblée de toutes les faveurs de la fortune, et offrant le type du parfait bonheur littéraire tel que la foule se le figure : Rostand était aussi pour elle la représentation parfaite du poète, et à juste titre, car Rostand adorait le succès, l'avait voulu et obtenu, et la foule aime à choisir





ses dieux parmi ceux qui ont fait d'elle leur déesse. Il est permis de concevoir tout autrement le bonheur littéraire et l'attitude du poète, créant sans souci de plaire au grand public, et ne trouvant le bonheur ni dans la richesse, ni dans la publicité, ni dans les décorations et les dignités académiques, mais uniquement dans l'accord de sa conscience et d'un idéal, avec le dédain absolu de la chance momentanée. On a tout dit de Rostand, éloges inouïs et critiques sévères. C'était un galant homme et un esprit que je qualifierai de sincèrement artificiel. Il avait de la poésie dramatique une conception très brillamment superficielle.

Il n'y a rien apporté de personnel. Sans Victor Hugo, sans Musset, sans Théodore de Banville, il n'eût pu exister, et il a été leur continuateur et imitateur, avec une extrême virtuosité dans la rhétorique, et un sens très sûr des effets de théâtre. Sa versification était d'un poète de théâtre, faite pour la rampe, avec les trouvailles qui emportent l'applaudissement, et aussi un mauvais goût évident dans l'accumulation des images, dans les emprunts au gongorisme des poètes du XVII<sup>e</sup> siècle. Si on admet que la poésie est la révélation d'un état profond de la conscience, alors Rostand a été symétriquement le contraire d'un vrai poète, car tout en lui tendait à l'extériorisation, et cela se voit dans ses poésies qui, réduites à l'audition muette d'un lecteur individuel sous la lampe, apparaissent aussi pauvres qu'un oripeau de drame vu dans le plein soleil. «*Idola theatri*»...

Mais on ne peut contester que Rostandait eu beaucoup de talent dans la forme et la portée qu'il avait choisies. *Cyrano* restera comme une très jolie pièce française. *L'Aiglon* est long, ennuyeux, mal écrit, et pareil à une grande image d'Epinal. *Chantecler*, qui fut très critiqué, est l'oeuvre la plus originale qu'il ait écrite, par la conception et l'exécution. On y trouve ses pires défauts, mais aussi de belles pages où il s'est élevé au-dessus de lui-même. Le reste de son oeuvre n'est que le témoignage d'un talent d'amateur-pasticheur. Rostand était un peu effrayé de sa célébrité : elle le condamnait à ne plus produire que des chefs-d'oeuvre, il avait tout obtenu de très bonne heure, et le difficile en de telles carrières, c'est non pas de monter mais de ne pas déchoir, la foule exigeant que l'homme qu'elle idolâtre l'étonne sans cesse davantage. Il le sentait et n'osait plus rien divulguer : sans doute aussi, avec l'âge, devinait-il que l'art exige plus de profondeur que la nature ne lui en avait donné. La vanité inhérente à sa situation étourdissante ne lui avait pas ôté la faculté

de se juger lui-même. Il est mort juste à temps peut-être pour ne pas souffrir de se voir délaissé par les générations nouvelles pour lesquelles il n'était pas un maître. Sa gloire passera vite, mais il mérita de laisser le souvenir d'un écrivain amusant, ingénieux, très doué, d'un honnête homme ayant porté sa célébrité excessive avec élégance, et ayant en somme fait applaudir dans le monde entier un des jolis aspects de la littérature française, celui de la comédie poétique légère, gracieuse et mêlée de tendresse et de bravoure. Ce n'était pas de quoi crier au génie, mais ce n'est pas non plus à mépriser.

Avec Paul Margueritte a disparu un des représentants les plus distingués du roman contemporain. Issu du naturalisme, Margueritte était trop fin et trop sensible pour ne pas s'évader rapidement de cette conception grossière, et cependant il était trop nerveux et trop épris de vérité pour tomber dans les complications et les fadeurs du roman de psychologie mondaine. Il concilia très agréablement les deux tendances et révéla un talent humain, généreux, charmant, que récompensa un succès grandissant. *Tous quatre*, *Amants*, *La Tourmente*, la *Faiblesse humaine*, la *Flamme*, sont de beaux livres bien composés où l'étude de la passion s'encadre de décors variés témoignant d'une observation amoureuse de la nature. Ce sont des livres sains et très français. Avec son frère Victor, Paul Margueritte signa entre autres ouvrages trois volumes de roman historique sur la guerre et la Commune de 1870-71. On y trouve de la puissance, et une documentation très complète dans l'évocation de cette «année terrible» au début de laquelle le père des deux auteurs, le général de cavalerie Margueritte, était tombé en héros sur le champ de bataille de Sedan. Le livre sur la Commune mérite de rester comme un exemple parfait de fusion entre l'histoire et l'élément romanesque qui l'anime, et on y sent une douleur patriotique fort émouvante. Paul Margueritte était connu et aimé de l'Amérique latine, pour ces livres et pour ses études sociales relatives à la réforme du mariage. C'était un homme élégant, bon, cordial, ami des jeunes dont il défendait les livres à l'Académie Goncourt dont il était membre dès sa fondation.

A ce deuil il nous faut ajouter ceux de Camille Erlanger et de Xavier Leroux : deux musiciens d'opéra et de drame lyrique, qui comptaient parmi les meilleurs de notre école moderne, et étaient parvenus à la grande notoriété. L'un et l'autre représentaient l'art intermédiaire entre le classicisme de l'Institut et les recherches auda-

cieuses d'un Debussy ou d'un Ravel. Xavier Leroux était l'auteur de *La Reine Fiammette*, d'après un livret de Catulle Mendès, du *Chemineau*, d'après le drame de Jean Richepin, de la musique de scène des *Perses* d'Eschyle, de *Théodora* et de diverses séries de mélodies. Erlanger, dans *Le Juif Polonais*, *Le Fils de l'Etoile*, *Aphrodite*, *La Légende de Saint Julien l'Hospitalier*, avait donné la mesure d'une inspiration ardente servie par une technique complète. C'était vraiment un grand musicien. Erlanger et Leroux sont morts prématurément, n'ayant que peu dépassé la cinquantaine, et leur disparition laissera un grand vide dans notre musique de scène dramatique, où Brumeau et Charpentier ne donnent plus rien, et d'où nos tout jeunes compositeurs se détournent, s'adonnant plutôt à la symphonie. La reprise récente, à l'Opéra-Comique, de *Pelléas et Mélisande*, œuvre admirable et qui n'a point vieilli, a fait sentir vivement cette pénurie d'œuvres théâtrales lyriques. Nous ne pouvons guère compter que sur Henry Février et Antoine Mariotte pour apporter une note vigoureuse et nouvelle à la scène musicale. M. Gabriel Fauré n'a touché au théâtre qu'une fois avec *Pénélope*, MM. Florent Schmitt, Maurice Ravel, Albert Roussel, ne composent que des ballets, M. Reynaldo Hahn n'est plus revenu au théâtre depuis des années, et M. Vincent d'Indy, comme M. Paul Dukas, semble décidé à rester au concert. Il vient de faire jouer une *Troisième Symphonie* qui est un chef-d'œuvre d'écriture, ce qui n'étonnera personne, et aussi de sentiment violent, brûlant, infiniment exalté, ce qui dément un peu la réputation de sévérité faite à l'art de M. Vincent d'Indy. Nous n'avons aujourd'hui aucun musicien qui nous fasse autant d'honneur par la puissance, la perfection et l'élévation de son art, outre l'exemple de parfaite dignité de sa belle vie.

Il ne semble pas que le théâtre littéraire se renouvelle davantage que le théâtre lyrique. Nos scènes sont entre les mains de fournisseurs patentés, qui n'ont rien appris ni rien oublié depuis la guerre, M. Sacha Guitry donnait récemment sa trentième comédie, jouée par lui-même, et toute pareille aux précédentes. Il a son public et gagne beaucoup d'argent, mais cela ne concerne point la littérature. M. Henry Bataille a donné sa vingtième composition dramatique, *Sœurs d'amour*, avec les mêmes qualités de finesse et d'émotion, et aussi la même préciosité morbide, qui ont assuré sa réputation. Ce « théâtre d'amour » confond décidément l'amour avec une sorte de sensualité effrénée, exasperée par l'oisiveté et le snobisme de tristes héros et de prétentieuses poupées qui n'ont rien de mieux à faire dans la

vie que d'ausculter, non leur cœur qui est desséché par l'égoïsme natif, mais leur vanité, leur caprice et leur vice. Il serait temps vraiment qu'on en terminât avec le fastidieux récit des galanteries et des ruptures de ce petit monde.

Le roman nous a donné une œuvre, *La Famille Messal*, de Charles Géniaux, qui est un romancier de forte et noble énergie: une œuvre exquise, *Le Voyage d'un sédentaire*, de M. Francis de Miomandre, dont mes lecteurs connaissent trop le nom et le talent pour que mon éloge ne soit pas superflu à propos d'un écrivain en qui revit l'intime mélange de tendresse et d'humour qui fit le génie de Jules Laforgue. Je n'insisterai pas sur *Clarté* de M. Henri Barbusse, parce que les tendances anarchistes, bolchevistes et antimilitaristes de cet auteur n'ont rien à voir avec la littérature. Elles lui valent un succès de vente pour des raisons spéciales. Je me bornerai à mon domaine en disant que *Clarté* est un roman diffus, ennuyeux, pastichant les procédés de Zola et de Gorki, et beaucoup moins intéressant que le *Feu*, où il y avait de belles pages. M. Barbusse aspire à jouer un certain rôle dans une certaine politique: c'est toujours dangereux pour un écrivain et son talent n'a pas à y gagner.

J'en viens enfin à M. Pierre Benoit. C'est un débutant dont on parle beaucoup. Il a publié deux romans, *Kœnigsmark* et *L'Atlantide*. Ils ont obtenu un succès de curiosité et atteint de suite au grand public: il n'en a pas fallu davantage pour exciter la jalousie de certains confrères et provoquer des discussions. Il s'agit de deux romans d'aventures. *Kœnigsmark* se passe dans une principauté allemande au début de la guerre, et raconte une étrange histoire d'assassinat princier. *L'Atlantide* met en scène le voyage d'un officier français qui, au cœur du pays touareg, découvre un royaume inconnu où trône une cruelle et mystérieuse souveraine. Ces deux ouvrages ont un mérite: ils sont si bien composés, si adroits, si attachants, qu'on les lit jusqu'au bout avec curiosité. Mais ce ne sont pas là des œuvres de véritable littérature. M. Pierre Benoit est un ingénieux fantaisiste qui sait se servir de toutes sortes de réminiscences. *Kœnigsmark* est bâti sur une vieille chronique du xvii<sup>e</sup> siècle: *L'Atlantide* est un roman de Jules Verne sur un thème de Flaubert, et son héroïne est renouvelée de la *Thamar* de Pouchkine sur laquelle Balakirew a écrit une si belle musique de ballet. La réalité, la fiction et le romanesque se mêlent à souhait pour éblouir la classe moyenne de lecteurs. On peut être sûr que M. Benoit gagnera beaucoup d'argent. Mais s'il a eu le talent d'arriver à point pour remet-

tre à la mode le roman d'aventures, on doit du moins souhaiter que ce genre jadis si honoré en France soit traité avec plus de profondeur et dépasse le feuilleton. *Les Trois Mousquetaires* ne visaient qu'à amuser sans prétention, et firent la joie de plusieurs générations: *l'Atlantide* est encombrée d'assertions ethnographiques, de symboles antiques, de données scientifiques et historiques, à un degré qui crée parfois la sensation gênante que l'auteur se moque des lettrés et des érudits.

Un érudit, véritable celui-là, qui a été plutôt mal accueilli, c'est M. Abel Lefranc, professeur au Collège de France et savant historien du xvi<sup>e</sup> siècle. M. Lefranc a publié deux gros volumes pour prouver que Shakespeare l'acteur n'avait pu être l'auteur de ses drames immortels, et pour les attribuer à un grand seigneur du temps d'Elisabeth, Stanley, comte de Derby. Cette hypothèse n'est pas nouvelle: on a déjà proposé les noms de Bacon, de lord Rutland, avant celui de lord Derby. Mais tout ce qui touche à la question shakespearienne passionnera toujours l'univers, et il y a là un mystère irritant, qui se confond avec le mystère du génie lui-même. M. Lefranc a accumulé beaucoup de présomptions assez impressionnantes en faveur de son candidat, et cela lui a valu des attaques passionnées. Les contradictions les plus tranchantes ont naturellement été apportées par des journalistes qui ne lisent guère Shakespeare, n'ont qu'une vague idée de l'époque élizabéthaine, et ne savent même pas l'anglais. Un si gros travail de savant ne pouvait être commenté avec compétence dans la presse hâtive. Il est fait avec sincérité et scrupule: il ne m'a pourtant pas convaincu. Mais j'avoue surtout qu'à la base même de telles recherches je ne trouve guère d'intérêt. Ce qui m'importe, c'est l'oeuvre et non l'homme. Il est probable qu'Homère n'a jamais existé, et on assure que les prophètes bibliques n'ont pas existé davantage: les sculpteurs des cathédrales gothiques sont presque tous inconnus: je n'admire pas moins pour cela *l'Odyssée*, les textes d'Isaïe et d'Ezechiel, les portails de Chartres ou d'Amiens. Pour moi, Shakespeare n'est qu'un nom, un mot, un prétexte mnémotique, et si je dois penser qu'*Hamlet*, *Coriolan*, *Othello* sont les oeuvres de lord Derby, mon culte pour ces incomparables merveilles n'en sera nullement modifié. On me dirait qu'elles sont les créations de Dieu le père lui-même, je répondrais naïvement que cela ne m'étonne pas de sa part. Ce que désigne le nom de Shakespeare, ce n'est pas la poussière humaine qui reste mêlée à la terre en un coin du cimetière de Stratford sur Avon, c'est la présence d'une génialité toujours

vivante et glorieuse qui, jusqu'à la fin de la civilisation, enthousiasmera les coeurs et les esprits dans tout l'univers. Le nom n'a que l'importance d'une désignation d'éditeur. Il est juste et utile de rendre à un contemporain, durant sa vie, la part d'honneurs et de profits qu'un voleur lui aurait usurpés: mais trois siècles après, vraiment l'idée de gloire individuelle apparaît dans toute sa vanité. Le principal, ce serait de contribuer à mieux faire aimer et admirer les beautés dramatiques que rappelle le nom, réel ou conventionnel, de Shakespeare. Mais c'est là ce que seule la critique d'amour faite par les poètes peut obtenir, et les érudits ne savent pas composer cette critique-là. L'ouvrage de M. Abel Lefranc n'est pas moins des plus intéressants et consciencieux.

Au moment même où le livre de M. Lefranc tendait à prouver que les œuvres de Shakespeare n'étaient pas de Shakespeare, on essayait de prouver que l'œuvre sublime de Rodin n'était pas de Rodin. Ma dernière chronique parlait de la mort de ce grand homme, le plus génial sculpteur que la France ait eu depuis Pierre Puget. Je ne prévoyais pas alors le honteux procès qui allait attrister sa mémoire. La presse en a dit trop d'erreurs scandaleuses pour que je manque au devoir de rétablir la vérité, ayant été l'ami personnel de Rodin durant un quart de siècle.

Quelques collectionneurs sans scrupules ont confié à des praticiens pauvres et indéliçats le soin de fabriquer clandestinement des œuvres de Rodin, d'après ses moulages et ses esquisses, pour en tirer bénéfice illicite. L'Etat étant héritier de la totalité des créations de Rodin, des poursuites ont été ordonnées. Mais elles l'ont été avec un zèle si maladroit qu'elles ont abouti, pour punir un détournement de quelques milliers de francs, à jeter le discrédit sur l'artiste, son génie, son labeur et sa mémoire. Rodin avait des jaloux, des ennemis que sa mort n'a pas désarmés.

Ils se sont empressés de répandre le bruit que les petits groupes de bronze ou de marbre de Rodin étaient faux, qu'il ne les faisait pas lui-même de sa main, ne donnait à ses praticiens que des indications en leur laissant réaliser à leur gré. Une telle thèse est d'une perfidie monstrueuse, et malheureusement ni l'Etat ni les amis de Rodin n'ont songé à la réfuter, n'étant occupés que du délit de quelques malheureux faussaires. En réalité, il ne s'agissait pas de faux, mais de reproductions en nombre abusif, exécutées sans la permission de l'auteur,

On appelle faux une oeuvre qui n'a été ni pensée, ni esquissée,

ni achevée par un auteur, mais a été faite à l'imitation plus ou moins habile de cet auteur par un tiers désirant la vendre sous son nom. Tous les musées du monde voulaient avoir des reproductions des plus célèbres statues de Rodin : il y consentait, et bien entendu il ne les faisait pas lui-même, mais le confiait à des ouvriers d'après ses modèles originaux, et en veillant à la perfection de ces épreuves successives. Si, après sa mort, ce commerce a été continué, il ne s'est agi que d'une escroquerie dont il a été la victime posthume et que l'Etat responsable a eu le tort de ne pas empêcher dès le début de sa gestion d'héritier. Personne n'a pensé qu'il valait mille fois mieux étouffer ce scandale que le faire éclater, parce qu'au-dessus des coupables c'était la mémoire d'un génie qui était atteinte. La méchanceté et la niaiserie des journalistes, conseillés par les envieux de Rodin, a fait le reste. On a voulu que le musée Rodin devint un lieu suspect et décrié, que le prix des oeuvres de Rodin subît une baisse. Ce sont là de tristes et misérables calculs. Rodin, qui avait connu la misère, aurait pardonné à ses praticiens et un tel procès l'eût révolté. Que le lecteur se rassure du moins : s'il y a, comme je le suppose, des oeuvres de Rodin dans les musées et collections du Brésil, elles n'ont rien de faux. Ce sont ou des originaux, ou des reproductions parfaites, permises et surveillées par l'artiste lui-même. Personne ne fut plus consciencieux, plus amoureux de perfection, que ce grand laborieux dont la vie ne fut qu'une longue lutte, qui a légué à la France cent chefs-d'oeuvre et dix millions, et qu'on ne laisse même pas tranquille dans sa tombe ! Si ce n'était si écoeurant et si triste, il y aurait à rire en entendant parler de ses oeuvres « faites par des élèves », comme s'il existait au monde un seul statuaire capable de modeler un torse ou un bras avec la science et le génie qui font de l'*Alge d'airain* ou des *Bourgeois de Calais* des oeuvres belles comme ses Donatello !

Cette affaire a soulevé des controverses ardentes dans le monde artistique, au moment où il essaie de revivre. L'Institut lui-même se rajeunit et s'ouvre à l'esprit nouveau. Il a élu récemment deux artistes excellents, le sculpteur Jean Dampé et le peintre Ernest Laurent. Tous deux, savants et délicats, ont vécu modestement, loin de la publicité tapageuse, en créant de nobles oeuvres. Dampé a signé des marbres d'une tendresse et d'une rare intériorité d'expression qui rappellent les Primitifs français. Ernest Laurent a appliqué la technique impressionniste, la division subtile des tonalités, à des portraits féminins d'une grâce vaporeuse et pourtant intenses par la vie psychique.

L'Institut a donc fait deux choix assez inattendus, comme lorsqu'il élisait Besnard et Henri Martin, nos deux grands décorateurs. Nos Salons se sont rouverts, mais à demi, faute de locaux suffisants, le grand Palais étant encore occupé en partie par des formations sanitaires, et là où depuis quatre ans demeuraient des milliers de blessés, on a revu des milliers de tableaux. C'est toujours le même spectacle disparate, et si fâcheusement contraire au sentiment esthétique. On ne saurait voir sans une prompte migraine et une totale incapacité d'appréciation cette sorte de chaos où une dame en robe de bal voisine avec une mer en furie, où un régiment de cavalerie se précipite sur un vase de fleurs, où une femme nue sourit à un naufragé hagard ou à un enterrement de paysan. Mais il paraît que tout cela est inévitable. Du moins n'avons-nous pas encore été trop submergés par les scènes de guerre dont on pouvait redouter l'abondance, et le double portrait équestre du roi et de la reine des Belges par Besnard, la décoration claire et heureuse de Roll, les bas-reliefs de marbre de Bartholomé étaient, entre autres, de fort belles choses.

L'exposition du Petit Palais a été beaucoup plus intéressante. Elle comprenait quatre sections : une exposition d'art italien ancien et moderne, une de la gravure française du XVIII<sup>e</sup> siècle à nos jours, une d'art serbe et jougo-slave, et enfin une de la peinture espagnole contemporaine, entourant un choix admirable d'œuvres de Goya. L'exposition italienne a donné l'occasion de savourer le charmant génie de Guardi, des deux Canaletto et de Tiepolo en un certain choix de vues de Venise, et quelques bonnes toiles contemporaines dues à Mancini, Michetti et Mario de Maria. La réunion d'œuvres françaises a permis de constater une fois de plus à quel degré de perfection délicate l'art de l'estampe, de la gravure sur acier, de l'eau-forte, avait été porté par les maîtres qui s'appelèrent Gabriel de Saint-Aubin, Moreau, Chofford, Cochin, Eisen, l'abbé de Saint-Non, Debucourt, pléiade sans rivale, née d'un ensemble de conditions uniques dans l'épanouissement suprême d'une société. Nos collectionneurs avaient tenu avec coquetterie à ajouter à cette série incomparable quelques belles pièces modernes de Lepère, Renouard, Legrand, Rivière, Bernard Naudin, Forain. Les peintures serbes et jougo-slaves présentaient un médiocre intérêt. Ce sont des œuvres rudes, farouches, influencées par l'impressionnisme et sa dégénérescence, vraiment trop sommaires dans le dessin et trop systématiquement brutales dans le coloris. Il y a là de la vigueur et de la sincérité, mais vraiment un trop grave défaut de culture. Ces ébauches violentes en-



touraient un certain nombre de bas-reliefs dûs au statuaire serbe Mestrovitch, qui jouit d'une grande réputation en Europe centrale. Ces morceaux sont destinés à la décoration d'un temple de la Patrie serbe qui s'érigera sur le champ de bataille de Kossovo. Ce sont des œuvres qui méritent l'attention. Elles sont conçues avec un parti-pris d'hiératisme et de déformation où l'on retrouve les principes de l'art Khmer, e aussi un peu de l'art assyrien, appliqués à une pensée symboliste. La figure humaine n'intervient qu'à titre d'élément ornemental ou expressif indépendamment de la réalité physique, parfois avec une sécheresse géométrique. Cela est curieux et puissant, et certains morceaux de simple nature suffisent à rassurer sur le sérieux savoir de Mestrovitch ceux qui seraient tentés de ne voir en lui qu'un poète mystique se trompant sur sa vocation. C'est bien un sculpteur, mais qui dépouille son art de toute sensualité.

L'exposition espagnole a fait une profonde sensation à Paris. Elle a été organisée pour répondre au geste charmant qui, en pleine guerre, ouvrit à Barcelone un Salon aux artistes français; et il y a en ce moment un actif rapprochement de sympathies entre les deux pays. On a apporté beaucoup de soin et de goût à présenter, dans le cadre du Petit Palais, cette très importante série d'œuvres riches et variées qui donnent une flatteuse idée de l'activité et de la vitalité artistique de l'école espagnole actuelle. Les organisateurs ont tenu à placer l'entreprise sous le patronage de Goya, c'est-à-dire d'un des plus grands génies de la peinture. Ce maître est très mal connu en France: il n'est représenté que faiblement au Louvre. Il y avait donc le plus vif intérêt à montrer aux Parisiens quelques aspects de sa grâce étrange, de sa puissance, de son originalité fantasque ou tragique. On a fait venir de Madrid les portraits du Duc de San Carlos, de la reine Maria-Luisa, de la Marquise de Lazan, de l'artiste par lui-même, de Moratin, qui sont des chefs-d'œuvre dont la science et la hardiesse n'ont été dépassées par personne, et qui résument l'âme d'une race hautaine, pieuse, grave et capricieuse tout ensemble. La technique de telles œuvres n'est pas moins merveilleuse que leur faculté évocatrice et leur intensité de caractère. Quelques tableaux de genre, courses de taureaux, intérieurs de maisons de fous, ont donné une idée du don de vie, du mouvement enfiévré, de la fantaisie sarcastique, de la poésie balbucinatoire qui rapprochent si singulièrement le Goya des eaux-fortes de visionnaires comme Baudelaire et Poë. Enfin, une suite de tapisseries d'après les cartons de l'artiste, scènes décoratives pleines d'humour, très-curieuses par la valeur documen-

taire des costumes et accessoires, exécutées dans une gamme de couleurs gaies et violentes, représentaient un autre domaine de l'imagination du plus grand homme que l'Espagne ait eu depuis Velasquez.

L'art contemporain peut être fier de quelques peintres de haute valeur : M. Ignacio Zuloaga, grand réaliste au style sévère, influencé par le greco, évocateur de l'Espagne pittoresque des toreros, des majas, des gitanes, des nains, des mendiants, des paysages âpres, véritable maître classique par la force du coloris, la science du dessin et des valeurs, la pénétration psychologique. M. Sorolla y Bastida, beaucoup moins Espagnol, influencé par l'art impressionniste, épris de jeux de lumière, faisant songer à Besnard et à Sargent par sa haute virtuosité, peintre d'une verve, d'une habileté, d'une fougue surprenantes, dont la manière s'est sans cesse élargie. M. Santiago Rusinol, évocateur des jardins stylisés de Grenade et des sites sauvages et fleuris de la sierra andalouse. Les frères Ramon et Valentin de Zubiaurre, imagiers et décorateurs composant des tableaux très savants et très personnels sur la vie des paysans basques, sont en quelque sorte les frères Le Nain de l'école espagnole actuelle.

Une mention spéciale doit être donnée à quelques œuvres de Fortuny. Ce peintre connut brusquement en 1869, à Paris, le très grand succès. Il mourut en 1875, à Rome, n'étant âgé que de trente-six ans, et on l'oublia, les tendances impressionnistes excluant la peinture de genre. On a revu de lui le célèbre tableau de la *Vicaria*, qui fit sa gloire. C'est un pur bijou de technique et de sentiment, une merveille digne d'évoquer Watteau et Bonington : on a revu aussi un intérieur de maréchal-ferrant arabe, peint à l'époque où Fortuny était correspondant de guerre en Afrique, et qui est non moins beau : et enfin une copie d'après « la reine d'Espagne et ses enfants », œuvre de Goya, qui fut peinte en une journée et est un miracle d'intelligence et de maîtrise. Fortuny a été un grand artiste, et la critique peut éprouver de grands remords à son sujet.

Elle a du moins accordé toute sympathie à des peintres comme Beltran y Masses, Benedito Vives, Bilbao Martinez, Guezala, Lopes Mezquita, Raurich, Ramon Pichot, Vazquez Diaz, à des sculpteurs comme Angel Ferrant et Pinazo Martinez. Les académiques eux-mêmes, comme Madrazo et Pradilla Ortiz, montrent des qualités de science, de goût, de fantaisie inventive que les nôtres n'ont pas toujours. Malgré l'absence d'artistes comme Ramon Casas, Romero de Torres, Sert, Auglada, que les circonstances ont empêchés d'y participer, cette exposition a donc été à juste titre un des attraits de

Paris. On y sent l'influence et la discipline d'une tradition : on y constate avec plaisir que les Espagnols ne sont nullement contaminés par les tendances artificielles et malsaines qui, résultant de l'exemple de Cézanne, ont produit le futurisme et le cubisme.

Presque en même temps, le Louvre rouvrait partiellement ses galeries réorganisées. On y voyait quelques belles acquisitions : ses Fantin-Latour, groupant ses effigies d'artistes, un Manet et un Renoir ne souffrant pas du redoutable voisinage d'un Le Nain splendide, et enfin une série d'oeuvres de Degas prouvant que ce camarade des impressionnistes fut un grand classique, très comparable à Ingres dans son portrait d'une famille aux rares harmonies de bleu tendre et de noir, et singulièrement, hanté des Primitifs dans deux tableaux de jeunesse à la fois historique et légendaires, *Sémiramis bâtissant une ville* et *Les Malheurs de la ville d'Orléans*. Ce sont de très curieux tableaux archaïques qui font penser aussi à Gustave Moreau. Les dessins de draperies et de nudités exécutés pour ces toiles et exposés auprès d'elles sont dignes de Mantegna et de Bellini. Les oeuvres de Rembrandt, de Léonard, de Watteau, ont été réparties logiquement. Enfin, nous avons eu la joie de revoir les pastels de Quentin de La Tour que les allemands, lors de l'invasion, avaient transférés à Maubeuge après s'être emparés de Saint-Quentin, et dont ils avaient pris le plus grand soin, d'abord pour prouver qu'ils n'étaient point des Barbares, et ensuite parce qu'ils espéraient bien les garder comme trophées. Ils ont malheureusement montré un scrupule moindre pour la basilique de Reims, qu'ils ne pouvaient prétendre déménager chez eux. Les La Tour sont intacts. Ils resteront longtemps au Louvre, car le musée paisible qui les abritait, et où les artistes du monde entier allaient en pèlerinage, est détruit comme Saint-Quentin elle-même.

Telles ont été les abondantes manifestations d'art qui ont rehaussé ce printemps d'après la victoire, le réveil d'une cité qui, une année auparavant, tenait ferme sous la pluie d'obus lancés par deux millions d'ennemis implacables, massés à vingt lieues de ses murs. Il ne reste que le témoignage des interminables files de pièces captives, chiennes de la mort dont les gueules d'acier, muselées, n'aboieront plus, et qui, de l'Etoile à la Concorde, s'alignent honteuses et exténuées au long d'une avenue de gloire. La liberté, la pensée, l'art et la vie ont repris leurs droits. Au-delà des deuils sacrés, l'activité éternelle frémit, prête à reprendre toutes les routes de l'énergie française.



## Portugal-Brasil após a guerra

Conferência realizada no Teatro Nacional de Lisboa, a 7 de Junho de 1919.

¿Direi, Senhores, a minha alegria ao encontrar-vos animando com a fôrça da simpatia a campanha da grande aliança luso-brasileira? Quando pela primeira vez vindo a Portugal vos encontrava no agudo período da revolução republicana, vós outros destes-me o exaltador prazer de ter compreendido em mim o coração sinceramente amigo. E foi assim que do ambiente da fraternidade ardente, de sentir-vos tão jovens, brotou com todas as seivas dos desejos a idea de realizar praticamente o grande destino da Raça; foi, ao mesmo tempo, em cérebros brasileiros e portugueses que floriu pensado o sentimento da nossa união.

Muito pouco para representar a grandeza do meu país, menos para exprimir o sonho formidável da marcha para o futuro de dois povos sem diferenciações sociais, eu, desde então, compreendi na vossa afeição, nas mostras de carinho com que me deslumbrais, a idea esplêndida. Nada sou. Indevidamente apenas, no momento em que o pequeno lume de compreensão clara vai barrando de luz o espaço, no momento em que, após o desastre do velho mundo, todos nós temos a certeza do próximo meio-dia de glória da idêa a frutificar, sinto o abraço dado ao Brasil.

Que elixir de coragem, que filtro de entusiasmo, que magnético

fluido de triunfo é a solidariedade dos vossos corações e dos vossos cérebros com a certeza do amanhã ! Hostilidades, ódios, podem fazer dos homens menores sansões da destruição. A amizade, porém, é como um arco tendido. Do menos capaz faz ágil frecha e atira-o aos cimos, portador das vontades terrenas.

Venho, porém, da forja candente onde se fundem as traves da Paz. Vi a destruição, vi as ruínas, ouvi os gritos dos vencedores, ouvi os grandes directores das pátrias, e senti a polarização nervosa da Humanidade na ânsia de continuar a Vida. Ainda há os que julgam possível pôr de pé o velho edifício anterior ao terremoto, traçado sob o plano moral e social do passado. O vendaval varreu, entretanto, as ideas mais velhas que os escombros e amontoou na forja, com as exasperações, os sentimentos novos das opiniões novas, as verdades fundamentais. Uma dessas verdades, penso eu, é a defesa instintiva das raças. Outra, parece-me, é a necessidade orgânica dos ideais colectivos a realizar.

E para que os povos tenham constância e fé, precisam ter ideal. Não se faz a guerra por questões económicas exclusivamente. A conflagração universal não foi só a difusa aspiração nos pactos internacionais. Na guerra, que fundiu o mundo, todas as aspirações se confundiram. Na paz, o desastre económico, fatal em todas as guerras, tornou mais intensos, mais desesperados, o amor à pátria, o amor à raça e o desejo violento que sente cada um de ir para diante.

O mundo inteiro está assim agora. A hora universal é a maior hora da terra, a hora da hipertensão do verbo *querer*. Todos os ensinamentos acumulados nos livros para dar às almas a têmpera do aço, todas as fôrças de movimento que impelem os homens a criar o amanhã, todas as energias planetárias estabelecem para a Humanidade após a guerra a atracção do futuro, o magnetismo da acção desvendadora dêsse futuro. «Pensamos no futuro, diz Wilson, e não no passado ; pensamos no futuro, época mais gloriosa se a compararmos ao presente que nada é».

Unanimemente agora os homens pensam assim, desejam assim, querem assim. Não se trata nem da opinião dos políticos profissionais, duas mil vezes sôbre uma sempre atrasados e presos ao passado da sua própria conservação ; nem da opinião de artistas que acreditam o ideal uma espécie de propriedade exclusiva, de que êles aliás quási nunca tomam posse. Trata-se da visão global dos homens sôbre a terra. Outrora, contávamos os fenómenos isolados dos homens

que na terra viam Deus. Hoje são todos os homens que vêem, olham, sentem o mais formoso Deus da Vida, a luz feita do melhor de nós mesmos, a luz esperança. O fragor das cousas futuras enche a terra e abraça-a e ergue-a, abala-a. Não há mais tempo de hesitar. Temos que fazer. Não é possível fugir à responsabilidade. Temos de agir. Não podemos escolher risos ou sentimentos. Temos de ter o sorriso do êxtase e o sentimento da convicção. Todos querem realizar.

É neste momento que eu ouse falar-vos, que eu sou conduzido na trepidação universal a dizer-vos francamente o meu pensar, que todas as fôrças invisíveis de transformação me atiram a temeridade desta minha palavra de necessário apêlo!

E tanto entre o mundo de antes da guerra e o de agora há positivamente algumas diferenciais que eu vos venho falar duma liga que as classes dirigentes de dois países antes da conflagração não só não realizaram como talvez nem nela tivessem pensado.

¿Não foi grande crime contra a projecção duma raça o realizado pelos governantes portugueses na sua política com o Brasil durante um século? ¿Iguar não é o de pensadores e artistas contra a sua pátria, como o foi a inteligência portuguesa, na segunda metade do século passado?

Se quiséssemos, agora que vemos claro, ajuizar das culpas, veríamos que os governantes, e principalmente os pensadores e os artistas, são os responsáveis do estado depressivo de Portugal até a República e do afastamento moral de Portugal e do Brasil. Talvez nunca abertamente se tivesse a coragem de acentuar a responsabilidade de grandes talentos, se não estivéssemos num ângulo da História em que mesmo os cegos, não podendo ver, sentem que têm de seguir sem perder tempo. Talvez ninguém se atrevesse a mostrar as responsabilidades das classes dirigentes, se os exemplos da acção dessas classes em outros países, com enormes obrigações, não tivessem apontado o valor sugestivo da mentalidade no esforço dos povos.

Lembro-me sempre que, quando deixava a despreocupação do estudo maquinal pela reflexão que se manifesta a princípio na escolha de guias especiais segundo as nossas tendências, eu encontrava nas literaturas do Brasil e de Portugal uma soma de altas mentalidades. Cada escritor devia ser pelos seus livros o plasmador das tendências da geração a que eu pertencia, e decerto devia ter agido no círculo dos seus contemporâneos. ¿Mas, realizaram êles essa obra

patrioticamente? Portugal teve a obstar-lhe a sua marcha progressiva a dinastia de Bragança com a sua literatura de soluços pelo passado e os seus políticos, retrogradamente convencidos de que não podiam fazer mais nada para adiante. Essa gente toda, por um defeito de visão, era resignada e apesar de inteligente não ousava; não ousava a tal ponto que um dos seus erros sistemáticos foi afastar-se do Brasil política e moralmente, porque os reis tinham medo do exemplo de D. João VI e das conseqüências duma aproximação. Esse sentimento arraigou-se de tal forma, apesar da sua cretinice, do seu absurdo, que ainda hoje é possível encontrá-lo. O princípio político era «Bons parentes, mas a distância». Ignoramo-nos completamente.

O Brasil, graças à contínua corrente da imigração portuguesa, continuava, porém, no desejo da tradição, na ambição da aproximação mental. Os rapazes vinham estudar para Portugal. ¿Que mal nos faria o respeito à Universidade? Aqueles que primeiro pensaram na Independência haviam saído de Coimbra; um dos maiores estadistas nossos, José Bonifácio, estivera em Coimbra. Os rapazes continuavam a vir.

Mas, de repente, nessa mesma Coimbra explodiu uma geração excepcional de talento. Eles queriam sacudir a poeira do carrancismo, queriam reformar, queriam explicar as causas, e desejando introduzir ideas gerais, faziam-se veículos de cousas estrangeiras, com ares de reveladores. Eram *dandies* filósofos, com a idea das viagens e o crime de rir da sua suposta inferioridade. Um dia esses grandes homens resolveram fotografar-se em grupo. Eram felizes, cercados do êxito do pasmo que espia. Intitularam-se por elegância: *Vencidos da Vida*.

¿Qual o país capaz de resistir quando a fina flor da sua mentalidade resolve considerar-se o grupo dos vencidos da vida? Só Portugal, só o povo português que os não leu! Mas a sua acção nas classes lidas foi pior para a pátria que um bombardeio de artilharia pesada. Antes, as classes cultas não caminhavam porque não queriam perder o passado. Depois as classes cultas riram, fumaram charutos, deram-se ares porque não valia a pena. Quando o notabilíssimo Oliveira Martins, possuidor dum estilo mágico, escrevia lindos volumes, mal sabia que com as suas ideas estragava o patriotismo duma geração. Quando Ramalho Ortigão exigia banheiras e exercícios físicos em prosa muscular, julgando estar revolucionando o país, mal sabia que criava simplesmente *snoobs*. Quando o mais terrível de todos, porque o mais inebriante — Eça de Queiroz, liquidava em cada

volume um pouco do respeito que se devia ter pela sua pátria — mal sabia que por artifício, por elegância, alastrava o desastre que é a falta de convicção. Certo, se êles não tivessem talento, o mal não existiria. Mas o talento é a maior sedução do orbe. E, por isso mesmo, cada um tem o direito de analisar-lhes a obra. ¿Que fizeram êles, os *vencidos da vida*, que troçavam, ridiculizavam ou diziam cousas graves em tom irremediável? Que fizeram êles sem ideal, atacando Portugal, não nos assuntos e nos enredos, mas nas considerações e na entrelinha? ¿Teriam um ideal de reforma política? Nenhum. ¿Teriam um fim de soerguimento social? Nenhum. ¿Almejariam arrastar Portugal do seu isolamento para a corrente universal? Não! Ninguém anima um homem dizendo-lhe: «Você nada adianta. O diabo foi o seu pai ser independente. Vá tomar duches que é o que os ingleses fazem quando têm dinheiro». Faltou-lhes a convicção, que é o fogo sagrado do patriotismo, e a sua obra trouxe o pior dos males — a certeza negativa, a certeza de que os outros são melhores e que, por mais que se faça, é impossível ir adiante. Com essa espécie de bolchevismo, um cidadão chamado Aristófanes entregou a Athenas de Péricles ao sapateiro Cleão, e por mais que fizesse depois não conseguiu senão a sua própria morte. Só um dos vencidos da vida percebeu a pátria e no seu verbo de fogo a redimiu: — Guerra Junqueiro é o profeta bíblico e, diante do mundo, mesmo amaldiçoando, os profetas amaram a sua terra.

Mas o mal realizado pelos grandes escritores não foi só para Portugal em Portugal, foi também no Brasil. Êles escreviam nas gazetas do Brasil, desprezando aliás ainda mais o Brasil que Portugal; êles mandavam as suas belas obras, depois de viajarem a Inglaterra, a França e outros países que admiravam e onde eram completamente desconhecidos. E essas obras não fizeram só uma geração inteira perder a fé em Portugal, deram o modelo duma literatura de grotesco decalque, estrangeiraram a opinião.

Naturalmente o ambiente americano, a liberdade da república, a ambição de fazer fortuna criando progresso, o sentimento da própria força, atiraram o Brasil para adiante. A consciência dum patriotismo necessariamente latente, entretanto, foi enfraquecida nos escritores, transformados em difundidores das excelências do estrangeiro, não para absorver-lhe a parte exemplar, o que seria reagir contra êle, mas para admirá-lo desprezando-se a si mesmo, o que é subserviência

O sagrado problema da aproximação dos dois povos, a certeza



do que adviria em grandeza e riqueza e prestígio para os dois países, a simples idea dos resultados duma liga de interesses que fizessem o domínio duma raça em dois continentes e em todo o mar que os separa, o ideal de tornar pela união de sessenta milhões de criaturas uma língua indestrutível, tudo isso não passava pela cabeça dos brasileiros que vinham à Europa sem saltar em Lisboa e dos portugueses que sabiam tanto do Brasil como da estrêla Sírius.

Isso fez com que perdêssemos muito, tanto o Brasil como Portugal.

Os portugueses políticos ficavam com a idea duma separação radical em virtude do absurdo económico de que era impossível acôrdo comercial por sermos concorrentes dos produtos das colónias, cousa hoje que serve para firmar a necessidade do acôrdo.

O Brasil, há trinta anos república, regime político que pelo desenvolvimento das ambições gerais desenvolve o senso prático, era cheio de boa vontade. Mas indiferente. Tanto a maior obra de Portugal ouvira de portugueses mal de Portugal, que há cinqüenta anos quando não realizamos qualquer obra colossal arranjamos uma defesa:

— Mas que se há-de fazer? Com a nossa Raça . . .

Não culpem os brasileiros nem os portugueses esplêndidos que, graças a Deus, foram para lá tentar fortuna, continuar a pátria, conservando por ela um grande amor. Culpem sim a indiferença dos governos portugueses, todos governando com o ar de que tudo isso é uma grande maçada. Culpem os elegantíssimos vencidos da vida a ensinar que Portugal não tinha remédio.

Os alemães, e aliás também os ingleses, acreditavam na decadência da França, por causa dos seus romances de adultério.

— Eu li nos livros franceses . . .

Imaginem se êsses cidadãos pudessem ler traduzidas no dialecto inglês as cousas produzidas na língua que um dos nossos grandes homens patrioticamente denominava «o túmulo do pensamento». E imaginem em contraposição, gerações inteiras lendo os alemães que dizem o alemão o super-homem, lendo os ingleses que com toda a sua incomparável falta de inteligência assentaram há séculos que o inglês é que é super-homem, lendo os franceses egocêntricos que acreditam cada passo da França um passo do mundo, lendo mesmo os escritores de países pequenos ou vassallos clamando pela sua pátria e pela sua raça; e tendo como contrapêso os escritores portu-

gueses, a rir de todos e de tudo, não como humorismo inócuo, mas generalizando em cada linha os pequenos factos, escrevendo para comparar e achar irremediável o fim da pátria.

¿Era possível uma aproximação, uma crença comum no vigor colectivo para o futuro?

Mas ponhamos que as classes mentais e os expoentes máximos da cultura portuguesa tivessem o direito de não dar a menor importância ao Brasil e de desprezar o estado geral das cousas no próprio Portugal. O que não lhes era permitido porêm era continuarem a dirigir êsse povo sem uma idea activa para trazer-lhe remédio, era praticar o snobismo no govêrno; e eu digo no govêrno porque é preciso saber que o govêrno não é apenas o executivo composto dum ministério e dum parlamento de representantes do povo — govêrno, de que êsses elementos são expressões executoras, é sempre a responsabilidade colectiva dos que pensam melhor, sabem mais, tem mais intelligência e por consequência podem mais. E os que podiam mais — e tanto podiam que todos liam as suas ideas e não se sabia o nome da maioria dos políticos da ocasião — os que podiam mais, digo, limitaram-se a inculcar no ânimo da mocidade os mesmos pedantismos e a mesma fraqueza.

Explicar um fenómeno não é só notar que êle foi muita vez, ou mesmo sempre, precedido por outro. Não explicarei a descoloração dos tecidos no cloro, se descobrir que havendo cloro êles perdem a côr. Mas se recordar que as matérias colorantes são essencialmente compostas de bases e que o cloro tem por todas as bases uma grande afinidade, só então, tendo decomposto o fenómeno e enumerado os intermediários que ligam o antecedente ao componente, terei provado que a sua acção constante é o efeito duma lei geral.

Como se faz em química, permito-me dizer-vos os intermediários que ligaram o antecedente ao componente dessa situação de simpatia estagnaria entre os nossos dois países. Havia um cloro, o snobismo. É sabida a simpatia de todas as bases mentais pelo que diz mal.

Mas veio a guerra. A guerra não começou no momento em que a Alemanha invadiu a Bélgica. A guerra há dez anos se anunciava inexorável. Os políticos podiam tentar adiá-la e ver apenas interesses individuais. A Humanidade sentia inconscientemente, obscuramente

a nuvem da sua fatalidade. A última grande guerra transformadora do mundo ainda fôra feita por conta dum homem — Napoleão. A guerra a vir teria de ser guerra de colectividades, o máximo individualismo tendo obrigado cada homem à solidariedade na luta, no prejuízo, no sacrifício. A Humanidade tão ligada estava pelo interesse que o conflito não podia ser para nenhuma parte da terra indiferente. Dois factores estavam em jôgo — o imperialismo que é a história, o sentimento democrático que é anti-história. Tínhamos a primeira guerra democrática. E então vimos, na terra inteira, o período das ousadias temerárias, das loucuras de trabalho e de prazer, de acções inauditas e de inquietações subitâneas. Fazer, fazer mais para superar! Gozar, gozar mais para acabar! Aproveitar o momento! Cada vida foi como um *geyser*, alteando a coluna fêrvida ao céu glacial. Parece que o idealismo de Mazzoni — *acção, mais acção e a acção só se ensina com a acção* — centuplicava os valores. Os povos secularmente sob o jugo eriçavam-se; os povos de aventura abriam com desenvoltura o cartel de desafio à própria insegurança; os povos fortes redobravam energias. E todos indagavam:

— ¿ De que não serei capaz? Nessa agitação de antes da guerra Portugal pôde fazer a sua república, mostrando de súbito à terra na própria agitação, nas próprias lutas intestinas que era um povo vivo, um povo com o mesmo sangue juvenil de outrora, capaz de ideal, delirante de entusiasmo.

No preparo para o cataclismo, com o desenvolvimento do bem material, da liberdade e do dever de cada um, que é no fundo a obrigação democrática, a Humanidade como que duvidava da própria coragem para dar o grande salto. O medo à guerra fez o extrêmo das tendências socialistas; o medo à guerra produziu revoluções imprevisas no inconsciente desejo de escapar a mal maior; o medo à guerra conseguiu intensivar a inteligência no máximo de produção activa; o medo à guerra fez os homens verem onde podiam estar os seus amigos.

É curioso notar o magnetismo assustador da Destruição no escuro ainda do imprevisto. Ninguém diria que êsses povos a dançar, a trabalhar e a deitar abaixo preconceitos e tronos, a agitarem-se freneticamente, agiam nas súbitas ternuras uns pelos outros, no sentimento aflitivo pela solidariedade — presos pelo indeciso e vago e ondeante pavor do subitâneo cataclismo. Eu creio bem que Portugal e o Brasil viram a necessidade do seu affecto nesse instante. Aos poucos, sem determinação prática, e, contudo, de modo suficiente

para que disso se pudesse falar como duma coisa útil, sem fazer o Chiado rebentar a rir ou a Avenida Rio Branco achar a pilhéria muito engraçada.

Mas o incêndio universal rebentou. A Humanidade tremia de não poder ser heróica. Ela o foi como nunca — simplesmente, colectivamente. Um dos fenómenos da democracia é acabar com o privilégio mesmo do heroísmo.

Fazer um navio, há cinqüenta anos era um acontecimento. Ser herói, numa batalha em que todos batalham, raridade. Hoje os navios fabricam-se em séries, vários por dia, e o heroísmo é perfeitamente comum—uma necessidade igual às outras. Assim a democracia, que não é senão a exaltação da vontade de cada um tornou abundante, o que era raro. A Humanidade nesta guerra fez apenas isso: — superou as dificuldades criadas pela sua própria inteligência na furia destruidora.

Terminada porêem a hecatombe — a ruína económica e financeira é o prémio de muitas nações, a desorganização momentânea é o pago de outras, o terror das conseqüências da própria grandeza medra entre as que se talham a parte do leão no remodelamento, esquecendo os amigos sacrificados da véspera. E cada país tem diante de si uma batalha muito mais feroz, muito mais terrível — a batalha sem fim do mundo moderno, a batalha económica.

¿Que vemos nós, após a guerra?

Descontentamentos, amarguras, mal estar. Nações antigas na ânsia de reagir contra a decadência do entusiasmo, nações novas que não perdem tempo, nações inventadas vorazmente desejando tudo; e, sôbre a necessidade e a ambição de centuplicar o trabalho, duas expressões antinómicas que se disputam o domínio — o capitalismo, capaz de tudo para ter as malhas da vida; o socialismo aproveitando as fraquezas gerais para avançar as realizações dos seus ideais.

Mas—latente, no báratro delirante, prova da eternidade dos princípios da vida; no desvario do egoísmo extreme mostrando o precipício, luz da razão — o sentimento do patriotismo muito mais acentuado em cada país.

É êsse sagrado sentimento que faz a França, totalmente arruinada, considerar sem esmorecer a obra nova a realizar; é êle que toma a Itália, individada até os ossos, e a atira para a frente com a certeza heróica no futuro; é êle que repele os scepticismos para impelir cada um ao supremo esforço; é êle que ilumina a escuridão ainda densa do fumo dos canhões.

É ele que definitivamente nos vai ligar na prática duma acção conjunta para a glória da raça no mundo.

Alguns restantes desiludidos da velha geração talvez sorriam, julgando-me o verbalismo ardente e sem base. ¿Porque falar de Raça, quando a sciência diz que «as raças são concepções e só os povos realidades?» Eu sei muito bem o resultado a que chegaram os etnógrafos. Os povos são depósitos de aluvião, misturados pelo fluxo e refluxo dos acontecimentos. Não há mais raças puras. A Inglaterra é a mistura de teutões, saxões, bretões, dinamarqueses; os franceses de hoje são misturas de vários sangues, desde o ibero ao alemão e escandinavo. Portugal tem na sua formação vários sangues, correspondentes às invasões diversas de bárbaros do norte, de árabes civilizados. A impureza das raças aumenta a civilização.

É scientificamente verdadeiro. Mas isso não impede que seja impossível confundir na multidão um francês, um italiano e um inglês; isso não impede que cada um pense na atmosfera moral da sua raça; isso não impede que nas expansões a raça continue a viver, nas pátrias novas, os seus defeitos e as suas qualidades. Portugal pode ser uma grande mistura étnica — não duvidemos. Apenas o português da Beira ou do Algarve é externamente um tipo diverso dos outros da Europa. Apenas a sua resistência física, a sua coragem, o seu entusiasmo de aventura é o mesmo de norte a sul. Apenas, ao lado da Espanha, um abismo separa os dois povos, em ideas, em sentimentos, em direcção histórica, em uzos, em costumes. E quando os dois povos, com tantas partes de sangue idêntico continuaram na América, aberta à imigração multiforme—as repúblicas em que se partiram os vice-reinados continuaram espanholas, de raça espanhola, com costumes espanhóis, e o Brasil, hoje é — rendamos graças à nossa prestigiosa raça! — português nos hábitos, nos usos, no fervor idealístico.

Eu continuo a dizer que a guerra foi um bem. Ela exerceu o formidável choque galvânico na Humanidade. Ela obrigou a que os homens se vissem tais quais são; ela trouxe ao mundo esquecido a balança do imponderável para medir todos os pesos formidáveis que não eram vistos. Ela obriga-me a considerar patriotismo português amar o Brasil e patriotismo brasileiro amar Portugal.

Houve quem dissesse ter sido um mal a entrada de Portugal na guerra. Eu acho que foi a prova rútila de que Portugal reintegrava a vida universal, obedecendo ao seu destino histórico de cavalheirismo, antes mesmo de pensar nas necessidades de conservação econó-

mica, grandes aliás. Houve quem se louvasse no neutralismo de algumas nações, apontando-lhe a prosperidade. Eu não quero ver as prosperidades do momento — que são as culturas de fraquezas posteriores e de incompletas e dolorosas transformações, fatais porque não pode haver hoje nações ausentes duma guerra sem lhe sentir, tarde ou cedo, as conseqüências. Houve quem mostrasse nos resultados da paz uma desilusão para Portugal.

¿ Mas porque, Deus de clemência? A guerra com o pagamento do vencido e a prosperidade sôbre despojos alheios é uma velha concepção — que foi a única prova colossal da estupidez alemã e é uma inútil ilusão dos que assinaram as condições da Paz. A guerra assim foi até hoje a causa de ser a paz um interregno entre duas guerras. As nacionalidades não morrem senão pela asfixia invasora de outros povos. Desde que se conserva uma língua para exprimir a sua vontade pessoalmente, pode haver domínios mas as ressurreições são fatais. ¿ Quem pensaria na República da Polónia há cinco anos? ¿ Quem conceberia a República Tcheco-Slováquia? Quem conceberia uma Arménia independente?

Portugal não entrou na guerra atrás de nação alguma para obter uma fracção de pagamento que lhe reconstituísse o orçamento abalado pela despesa da guerra. Portugal esteve na guerra para mostrar à Europa o vivo Portugal — que alargou a terra. Portugal esteve na guerra para se olhar a si mesmo no único espelho digno de tal gente — a fornalha em que se fundia o novo mundo. Um povo belo, ardente, jovem, cuja fé unida fez outro dia Monsanto, é o povo com a saúde moral capaz de coração para a generosidade e de inteligência para medir as responsabilidades. Portugal deu tudo: homens, vidas, lágrimas, o sangue da dor, dinheiro. Está como os seus santos e os seus heróis, do passado. Dar nunca foi renunciar. Dar é ambicionar muito mais — a glória, o céu, sempre o esplendor solar. Só dá quem tem a certeza orgânica de poder dar mais. Só dão os fortes. Só pedem os fracos.

Antes que os filósofos dessem à Europa o modelo dos super-homens, os heróis portugueses, eram vivos os incomparáveis modelos dos homens que dão. Êles davam aos reis e ao mundo. Um dêles, brasileiro, trazendo à côrte lusitana um presente de ouro, foi instruído de que o rei lhe reservára lugar à mesa. E respondeu colérico:

— Eu não vim receber favores; eu vim dar!

É uma questão de raça. Mas dando, a nossa energia aumenta,

os nossos olhos fitam o trabalho mais severamente, o nosso esforço centuplica-se. É preciso ser grande sempre, para poder dar.

E é este o momento de diamante, em que a nossa Raça vai trabalhar em Portugal para fazê-lo magnífico; é este o momento em que a nossa Raça trabalha no Brasil para torná-lo formidável; é este o momento solar em que, olhando-nos por sobre o mar da esperança universal, o Atlântico — nós nos devemos sentir com a força de fazê-lo o nosso caminho, a nossa estrada, o ligador do império do labor activo luso-brasileiro — o nosso mar.

Deplorem os amargurados o termos estado na guerra pela boa causa da democracia! Nós não. Ela nos dá o resultado moral de poder fazer hoje o amanhã!

Nessa palavra — *amanhã* — está a chave de todas as energias humanas. «Se o futuro é zero, dizia o velho e grande Walt Whitman, tudo mais é zero a começar por nós». O homem que se volta para o passado, sem a agitação nervosa de ir para a frente, não passa dum elemento pernicioso. Vida é movimento. Não há mortes. Há transformações. ¿Qual a criatura que trabalha pensando em voltar atrás? Só há um passado realmente passado — o dos povos desfeitos. Os povos vivos têm histórias vivas, continuaram o passado tornando-o presente e continuam o presente fazendo o futuro. Felicidade é trabalho, acção, esperança — amanhã. Na vida são covardes os que se contentam e os que renunciam. O seu menor crime é impedir os outros de querer mais.

Entre as minhas ideas existe a fé de que o povo português foi sempre na velha Europa um país democrático, em que os reis e os fidalgos tinham que vir ao povo para resistir. Essas qualidades de independência, de irreverência, de ironia, de sensual discernimento crítico fizeram-no, como aos gregos legendários, ansioso de espaços, aventureiro. ¿Há maior figura de aventureiro que o Príncipe Henrique? Ele foi a criatura que se meteu numa ilha com a certeza de encontrar para o seu país um outro mundo. O povo que o seguiu era um povo aventureiro. Era e é. Ele precisa de fazer cousas magníficas, transfigurado, acreditando no impossível, e como Deus nunca deixa de proteger os que acreditam em realizar o impossível, acontece que ele vai por aí e absolutamente não tem medo do gi-

gante Adamastor, símbolo das ideas retrógradas; êle vai por aí e descobre uma costa extensa a que chama praticamente Brasil, porque o pau côr de brasa é o que rendia mais no momento. E em voz de se limitar, levado pelo sonho, que é a ousadia contra o impossível, talha um dos mais belos impérios da terra que é a minha pátria.

Os maus governos abandonaram a pouco e pouco êsse povo. Apenas, sem o auxílio dos governos, o povo continuou o mesmo, cada um seguindo a aventura, sulcando os mares com o sonho da Humanidade — o velo de ouro nas fibras da alma.

Eu sou filho dêsses conquistadores, eu nasci na terra inventada pelos heróis dilatadores, os maiorais da raça. No meu país a liberdade e a ousadia se consorciavam como o ar com a luz, e a independência que abre os horizontes e não limita as ambições de ninguém e fortifica o trabalho de cada um, é como o sangue arterial da nação. Eu tenho fé, tenho esperança, como vós, meus irmãos, que tendes do outro lado do Atlântico outros trinta milhões de corações fraternos a bater com affecto pelo vosso esforço.

Assim, ousou dizer:

— É esplendido que estejais como estais. A República foi como o cavalo branco da legenda da Thuringia: — mostrou Portugal em plena juventude. A guerra integrou-o no mundo com as qualidades do passado, heróico e a sorrir, depois de ter dado o seu dinheiro e o seu sangue pelos outros. ¿Houve ingratidões dos ajudados? Abriram-vos os olhos! Belo e radioso, Portugal larga os canhões pelo trabalho matinal de se refazer.

Todo o país agitar-se há trabalhando. As cóleras das lutas políticas mudar-se hão na união sagrada, nessa necessária união para a prosperidade económica; o ideal de realizar e aproveitar todas as riquezas da nossa terra substituirá o ideal da controvérsia; todos quererão Portugal eficientemente para que Portugal se imponha. E ao lado dessa urgente, inadiável necessidade, uma outra que é como a sua projecção alastra a sua luz ardente: a união da Raça, a União com o Brasil.

Há pessoas que, sentindo aliás o seu valor, indagam:

— Mas como fazê-la?

Tal gente ainda está nas malhas do velho espírito rotineiro da Europa, ainda não sentiu o abalo do vendaval transformador da guerra. Tal gente, com o cérebro de macróbios ingénuos, ainda pensa que mostrar interêsse pelo seu país é não se mover para obstar os outros de vencer. Tal gente acredita que política é a sciência da



desconfiança e da sombra, quando é apenas ir ao encontro das tendências dos povos para realizar com ousadia a direcção do seu ideal.

¿Como fazer a união sagrada de Portugal para o amanhã próspero? Mas aproveitando-lhe as quedas de água, intensificando a exploração das suas minas, estabelecendo os métodos científicos de cultura por todas as províncias, dando trabalho, mostrando riqueza. ¿Como fazer a união de Portugal e do Brasil? Mas fazendo os governos exactamente o que os portugueses fazem depois da nossa independência no Brasil — unindo-se economicamente para o seu progresso pessoal e o do Brasil.

Em substituição a uma já agora restrita e impossível política continental, o Brasil na América, Portugal na Europa — um grande acôrdo económico com enormes vantagens para os dois países — quási os monopólios defensivos da Raça — as nossas produções idênticas fazendo o *standard* nos mercados, as produções diversas lá e cá com tarifas especiais para os concorrentes. O acôrdo económico, desde que existe visceralmente o acôrdo social, é o maior factor do acôrdo político simples consequência da rêde de interesses — o pôrto franco de Lisboa, os bancos portugueses com sucursais em todo o Brasil, os bancos brasileiros em Portugal, as linhas de navegação dos dois países trabalhando para os dois países, o capital e o trabalho ligados.

Notem que o capital de países imperialistas já isso executa à revelia dos governos e no desinterêsse da nacionalidade. A questão é apenas fazer o que fez a Inglaterra, o que realizou a Alemanha: — ter seguidamente patriotismo consciente. Depois dessa obra, que espera apenas um gesto dos executivos das duas repúblicas, ¿como não se dar o accordo político defensivo das duas nações, que, sem acôrdo algum, não podem ser indiferentes uma à outra?

Neste ângulo da história da Humanidade, há nitidamente acentuadas as duas correntes: o espírito novo e o velho espírito clássico, criando duas aspirações, duas políticas, dois aspectos de tentativa de reconstrução. O segundo começa numa bancarrota, querendo conservar a diplomacia da guerra, o sentimento das desconfianças, contra a vontade dos povos que almejam liberdade, franqueza, justiça. Nós no Brasil fizemo-nos sós, seguindo sempre a regra da franqueza, da justiça e da liberdade. Entrámos na guerra por isso, e depois da guerra o mundo volta-se para a nossa riqueza e para a flâmula de liberalismo dos nossos sentimentos. Estamos assim diante

de Portugal, tendo fé em Portugal, incapazes de scepticismos dissolventes por muito tempo.

Não são possíveis amizades firmes sem interésses firmes. As nossas relações, estagnadas pela obtusidade dos governos, foram julgadas suficientes e o são para dar lucros restritos a particulares, quando deviam ser o lucro de duas nações infinitamente acrescido.

Eu sei bem que a agitação política, o partidarismo nervoso inibe o estudo dos problemas internacionais. Apenas êsses problemas apresentam-se e resolvem-se à revelia dos que neles não atentam. Ora Portugal não pode deixar para depois, adiar ainda, quando o tempo não espera e mais que o tempo os outros povos; Portugal tem deveres económicos a cumprir no presente, e deveres morais para com o passado da sua raça.

Eu penso algumas vezes (nos raros momentos de tristeza — descansos da perenne exaltação) — no perigo que corre a Raça numa nação enorme com trinta milhões de habitantes para nove milhões de quilómetros quadrados, num país inteiramente livre, aberto a todas as ideas, a todas as raças, a todas as influências como é o meu, numa terra que tem em abundância colossal todas as riquezas naturais, e que não escolhe a imigração. ¿Teremos amanhã em cem milhões de homens o predomínio eslavo, o teutão, o japonês, o anglo saxão? ¿O Brasil, que teve a sua carta de baptismo escrita na harmonia maravilhada da língua de Vaz Caminha, terá zonas em que se fale o polaco ou o alemão, o inglês que é um simples dialecto, ou mesmo o confuso japonês? ¿Sem a unidade da língua, que é o som da Raça, o ambiente magnético do espírito, sossobrará a unidade brasileira? ¿Perderemos o belo e sonoro idioma, a língua do mar, talhada na fúria dos pélagos e no crepitante aconchêgo das espumas? O perigo não é só no Brasil. Quanto mais se fala nos Estados Unidos do Mundo, mais cada nacionalidade deseja predominar impondo a sua língua. O perigo estará também no império colonial lusitano, estará na absorção das correntes emigratórias para outros países onde os portugueses terão de falar outra língua, como são forçados a falar o inglês aqueles que vivem na América do Norte. O perigo está na invasão pacífica pelo comércio, pela indústria, de que serão vítimas as raças menores que não se defenderem. O perigo está no próprio Portugal do continente europeu, onde os homens tenham de saber inglês para vender cousas aos anglo-saxões, como já acontece na Madeira, nos Açores. Ninguém dirá que o progresso material da Baía, do Pará, do Algarve ou de Moçambique seja menor com duzentas

companhias *yankees*, outras tantas inglesas e torrentes de japoneses ou alemães a estabelecer a almejada fôrça de população. Pode-se imaginar a beleza sumptuária do cenário do Rio de Janeiro, exlendendo em pouco o tamanho de Londres, e do outro lado o sonho oriental de Lisboa com a população de New-York, centro natural do comércio mundial na Europa. Mas tais metas, que seriam atingidas rápidamente com a criminosa submissão da língua, teriam como coroamento no Brasil o esfacelamento da Federação, em Portugal a absorção da nacionalidade.

A prova da vitalidade e da capacidade autónoma duma raça está na criação da sua língua. A defesa perpétua, a esperança da independência, a certeza, a fé dum povo, a trama milagrosa da nacionalidade estão na língua, são a língua. Um homem milionário que para ganhar o seu dinheiro precisou falar uma língua estrangeira é bem no fundo da alma um descontente ou um inconsciente; a nação que não fala a língua em que nasceu não existe moralmente, porque, antes de chegar a isso, já foi absorvida pelo mais forte. A história das línguas mortas é a história dos povos mortos nos assaltos invasores de outras raças, é a triste narrativa das caudais que terminam em pântanos. A armadura dos pequenos povos modernos do Oriente europeu foi a conservação da língua; e essa conservação produziu tais prodígios que na remodelação do mundo, para obterem independência, garantias e expansões territoriais, cada um dêles — a Sérvia, a Roménia, a Jugo-Slováquia, a Grécia discutem a posse das terras pelo número de habitantes que falam a língua de cada uma delas — sendo a língua o princípio básico das nacionalidades. A língua é de tal forma o carácter de cada um, a honra, o melindre mais melindrável da sensibilidade, que o povo mais inteligente da terra, unido na mais entusiástica das democracias — o italiano, nosso irmão mediterrâneo — conserva até mesmo ciosamente em cada região o seu dialecto próprio. A língua é de tal forma a chave com que se abre a certeza no futuro de cada nação e se força a decadência dos mais fracos que os anglo-saxões alegremente sinceros e francos no seu apetite imperial só falam inglês; e que para proteger a humilhação das raças, depois de se ter tentado a criação de várias línguas artificiais, todos concordaram em fazer do francês uma língua internacional e diplomática, porque todos julgavam a França a única potência sem a ambição de expansões dominadoras.

E, no entanto, durante um século — o século em que se acertaram praticamente as ideas de defesa dos povos, o século que, come-

quando no imperialismo de Napoleão, terminou no imperialismo de Guilherme II, o século em que se fez a América do Norte e a nova Alemanha, o século da unidade da Itália, o século em que o mundo, sendo cada vez mais de cada cidadão, cada cidadão era mais da sua terra e da sua raça — nós esquecemos o passado — porque lembrar o passado não é chora-lo é procurar tornar o futuro maior. E, no entanto, enquanto o povo continuava tenazmente, os governantes scépticos e os pensadores mais criminosos continuaram no Brasil indiferentes e alheados de Portugal, e em Portugal não só alheados do Brasil mas da propria pátria!

O vosso dever é trabalhar para defender connosco a herança comum da língua, e para manter êsse espírito de nacionalidade, que não criastes na decadência da Índia nem na barbaria africana, mas que realizaram os nossos comuns maiores estupendamente na obra viva do Brasil.

Cada um de vós dêste lado do Atlântico, como cada um de nós do outro lado, deve ter como princípio, como convicção de que Portugal é dos mais gloriosos povos da terra. Hontem, hoje, amanhã! Um punhado de homens que se desagrega das fôrças dominadoras na península e entre a Espanha e o Mar cria uma nacionalidade, cria uma língua, cria uma literatura, cria um país, descobre o novo caminho para as Índias dando o maior choque económico à grandeza mediterranea — é país de glória. Hontem, hoje, amanhã. Um povo que, depois de descobrir o Brasil, isto é, varios pontos da extensa costa sul-americana, entra pela terra a dentro, através de florestas tremendas e rios gigantes e chanta em tal natureza os limites dum império com quasi nove milhões de quilómetros quadrados — é povo de glória. Hontem, hoje, amanhã. A raça que realiza o milagre da unidade, da coesão capaz de, espontaneamente, manter nas correntes emigratórias o fenómeno fisiológico da expansão — é uma raça de glória. A gente que resiste a todos os embates das dinastias despreocupadas e das pressões externas, e mantêm a juventude de alma capaz de se bater pelo ideal heróicamente, e vai para o campo de batalha estrangeiro e pasma todas as outras nações pela alegria da sua saude, pela alegria da sua coragem, pela alegria da sua beleza — é uma gente filha da glória talhada na luz da glória. Hontem, hoje, amanhã.

Vós deveis ter essa convicção, porque ela é a palpável verdade. E nós outros, brasileiros, filhos da mesma raça, falando a mesma língua, continuando a mesma arte, com os mesmos sentimentos de triunfo e resistência — nós somos o grande Portugal do outro lado, com essa convicção. ¿Quereis ver onde está a alma de Portugal no Brasil, as qualidades diferenciais da Raça esplêndida a que nos orgulhamos de pertencer? Achá-la-eis como a secreta explicação desse imenso império, dessa extensão que os nossos comuns avós realizaram. Todas as repúblicas espanholas da Sul-América são fraccionamentos dos três vice-reinados da Espanha. O Brasil é integralmente o que era antes da independência. A unidade dos dois vice-reinados lusos. O génio da unidade é uma fôrça tão prodigiosa, ao mesmo tempo tão do espírito, tão dos sentidos e tão da carne que, uma vez nascidos de portugueses, o prestígio amoroso liga as terras. Em anos remotos já os brasileiros vinham combater por Portugal em terras de Oriente. Quando foi do domínio Espanhol que sofremos tanto cá como lá, enquanto portugueses demonstravam a impossibilidade de dominar a independência de Portugal, brasileiros repeliam a dominação estrangeira numa parte da extensa terra que poderia ter-se separado.

O milagre contínuo que vos aponto tem, decerto, um altíssimo prestígio durante a fase colonial do Brasil, na qual encontrareis os ímpetos de autonomia do espírito na arte e na política que são as nossas características. Onde, porêem, êle é prodigioso, onde é bem o segrêdo da Raça é no Brasil livre, no Brasil império, no Brasil após a república e o seu enorme progresso, é no país federação de estados, cada um dotado de alucinantes riquezas naturais, cada um autónomo, cada um sob acção diversa de clima, de população imigrante, de sentimentos políticos e todos cada vez mais ligados, mais coesos no ideal Brasil — o imenso Brasil marcado pela ousadia tenaz dos portugueses.

¿A que atribuir êsse sentimento subconsciente do patriotismo integral que liga na mesma paixão colectiva um homem do Pará e um homem do Rio Grande do Sul, um homem das montanhas admiráveis de Minas Gerais e o homem feito de aço do nordeste? A êsses portugueses, primeiros brasileiros que levavam pela pátria distante o amor inalterável, e deram com o seu sangue aos filhos a nobreza de amar a terra onde nasceram e os irmãos filhos da mesma Raça.

Apenas eu quero sonhar, quero pensar no que será o esforço unido da Raça nos dois países, nas duas nações; quero ter a certeza

na realização dêsse esplendido ideal, que é a nossa vida de amanhã. Em vez dum país isolado com a função de dar homens ao mundo para trabalhar em raças diversas, em vez de 20 milhões entre continente e colónias — cêrca de sessenta milhões de almas na defensiva duma obra formidável, realizada em comum pelas duas repúblicas. Em lugar duma tonelagem escassa, que nos força a vontade das outras pátrias para o transporte das nossas riquezas — uma frota mercante que sob os dois pendões corta os mares. Em troca de portos onde os outros vão buscar a matéria prima para serem entrepostos do mundo — os nossos portos entrepostos formidáveis. Ao contrário dum Brasil colossal sem a contextura duma língua única e de um Portugal tendo de responder em várias línguas aos que lhe compram vinho — a possibilidade de obrigar os demais a compreendê-la.

E, ao invés do crescimento em separado do poder do Brasil, da hesitação de Portugal, os dois prismas das civilizações da mesma Raça nos dois continentes, fundidos, dando a um o que ao outro falta, a máquina militar da paz assegurando o trabalho em três continentes, senhor do Sul-Atlântico um triângulo cuja base é o Brasil do extremo sul à bôca do Amazonas, cujo vértice é Lisboa pôrto franco derramando para o mundo os produtos de Portugal, as produções das colónias de África, os produtos dêsse país miraculoso que é o Brasil, onde há todos os climas reünindo numa só pátria todas as riquezas da terra.

Senhores! As lições da guerra, e principalmente as lições do «após a guerra», forçam-nos a ver moralmente, económicamente, ideológicamente a urgência desta união, que não é senão o apêlo heroico dos conquistadores ancestrais batendo nos nossos pulsos, o impeto subconsciente do sangue pela aventura excepcional dessa guerra de paz.

Temos de nos descobrir um ao outro a nossa comum utilidade, neste ângulo da História. Temos de louvar as nossas qualidades, esquecer os nossos defeitos, crer no nosso futuro, realizá-lo.

O presente é uma transição, o diluculo, para dizer a treva ou o dia. Mas nós auroralmente saímos da guerra trazendo nos braços o futuro. Tenhamos em Portugal e no Brasil o orgulho de sermos unidos e fortes — para sermos os dignos portadores da Raça triunfal, os portadores da obra solar da Vida.

O instante não mais permite disenções internas, em que inutilizais o valoroso excesso de juventude dessa mesma Raça ! Há obrigações inadiáveis a cumprir. Há diante de vós a necessidade do Esfôrço para Criar.

Podeis fazer outra vez formidável Portugal.

Tende fé, trabalhai por Portugal, querendo a todos os momentos a grandeza de Portugal.

Podeis conservar e dilatar a vossa língua em três partes do mundo.

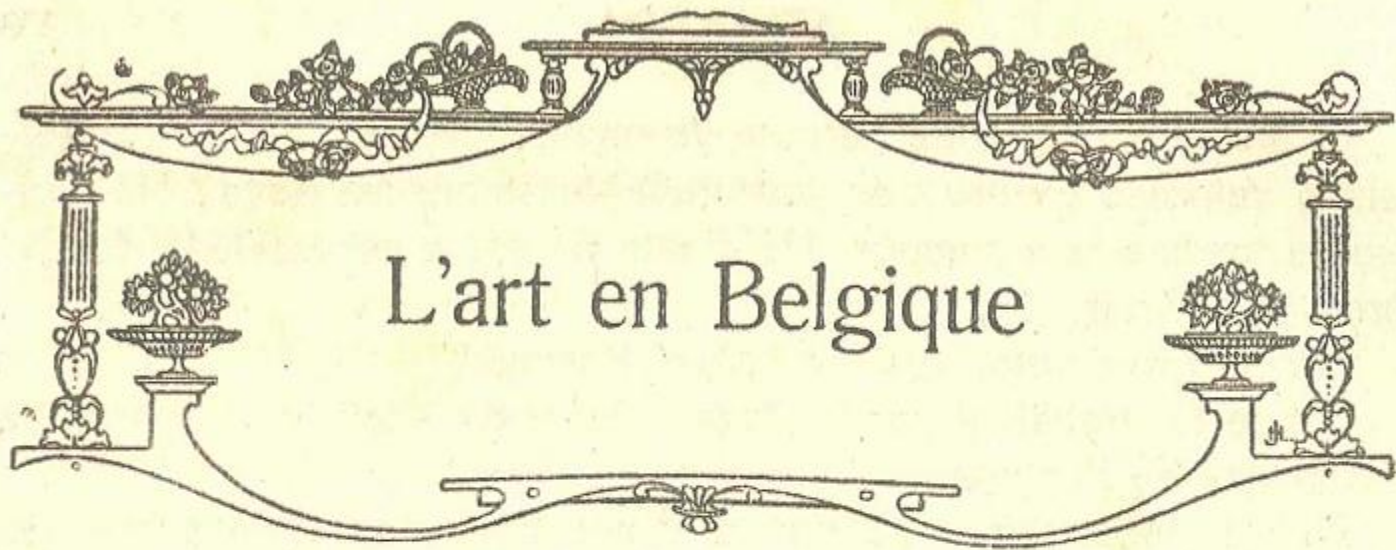
Tende a fé de crer em vós mesmos como os nossos avós, que só são passado porque souberam fazer o futuro.

Podeis manter a obra da hegemonia duma raça no país do futuro e com o fraterno abraço dêsse país, vosso filho e vosso irmão.

Para isso basta cumprir francamente o Destino. Que o Brasil imenso e Portugal magnífico realizem o acôrdo político e económico, marquem neste fim de guerra que é a inicial de maior trabalho da Humanidade inteira a glória duma Raça. Dessa Raça que da Europa alçando a Cruz de Cristo para inventar mundos guarda na bandeira côr da abundância e da esperança do Brasil o pedaço do céu onde esplende o Cruzeiro do Sul!

João do Rio.





## L'art en Belgique

En inaugurant la tâche très séduisante et très flatteuse qu'il m'est ici donné d'entreprendre, et qui consistera à entretenir périodiquement les lecteurs d'*Atlantida* du mouvement intellectuel et artistique belge, il convient que je signale non seulement le charme que personnellement j'y trouve, mais encore l'intérêt qu'elle peut offrir pour ceux qui me liront. Je dirai, sans fausse modestie, la contribution de mon pays à la pensée latine ; je tenterai de faire ressortir l'originalité et la valeur de cette contribution. Et tout d'abord, j'affirmerai, avec beaucoup de plaisir, que si M. João de Barros a écrit une Ode magnifique à la Belgique, celle-ci ne salue pas moins fraternellement le Portugal et le Brésil, pays de beauté claire et d'intellectualité féconde. N'est-ce point l'exord le plus naturel et le meilleur ?

En vérité, sommes-nous si loin les uns des autres ? Ne travaillons-nous pas à un commun idéal d'humanité et de lumière ? Il eût pu sembler étrange, peut-être, avant les grands événements cruels dont nous sortons à peine, de venir vous parler ainsi de mon pays. Belgique, petite contrée brumeuse, « germanique », là-bas, dans le Nord... N'est-ce pas, qui la connaissait ? On savait peut-être que le commerce et l'industrie y étaient prospères, mais l'*esprit* ? On ne soupçonnait pas à quel point elle était un bastion avancé de la civilisation latine, une marche fidèle et un assez précieux rempart. Il a fallu cette guerre pour qu'on s'en rendît bien compte. Et certes, cela ne suffit pas pour que nous nous réjouissons de ce qui s'est passé au cours de ces années affreuses, mais cependant le fait de nous sentir si intimement liés à notre grande famille du Sud a beaucoup atténué notre souffrance.

Oui, aussi bizarre que cet accouplement de mots puisse paraître, il est permis de parler d'une « latinité flamande ». Un simple coup d'oeil jeté sur notre passé historique permet d'affirmer, indépendamment même des événements récents, qu'une telle expression n'est



point paradoxale. S'il est vrai que les communes flamandes ont constamment lutté pour leur indépendance et se sont constamment refusées à être absorbées par la France, il n'en est pas moins vrai qu'elles n'ont jamais pactisé avec le Nord germanique. Un instinct profond leur a toujours fait sentir le rôle qu'elles pouvaient jouer, grâce à leur situation géographique et morale. Elles ont instinctivement compris — comme leurs soeurs, les provinces wallonnes — que seule leur parfaite liberté pouvait leur permettre de faire à la France, cette grande épuratrice, un apport utile de sève étrangère. Ni nos musiciens du quinzième et du seizième siècles — Josquin Deprès, Roland de Lattre — ni nos peintres du seizième et du dix-septième — Breughel, Rubens — ni nos écrivains contemporains — Verhaeren, Maeterlinck — n'eussent pu donner à la latinité ce qu'ils lui ont donné, s'ils eussent été inféodés à l'esprit centralisateur français ; mais qui ne sent l'incapacité où est l'Allemagne, malgré tous ses efforts, de les revendiquer pour siens !

Quant à moi, qui ne suis point Flamand, mais Wallon d'origine, et d'éducation toute française, je ressens profondément cette unité de la Belgique, et la nécessité, pour la culture méridionale, de sa parfaite autonomie.

J'entreprendrai donc, de ce point de vue que me paraît le seul exact, une révision des grands mouvements d'art en Belgique, qui me permettra d'aboutir, avec le plus de clarté possible, à un tableau de sa situation artistique actuelle. C'est ce même souci de clarté qui me fera subdiviser mon sujet et parler successivement de la littérature, de la peinture, de la musique, de l'architecture, etc. Je sais bien que tous les arts, actuellement surtout, se tiennent, et qu'il est intéressant d'en donner un aperçu général montrant leurs rapports et leur enchaînement. Mais la crainte d'importuner un public étranger par une fatale et confuse accumulation de faits et de noms, m'incite à lui offrir, par gerbes distinctes, la riche floraison nôtre. Ce tri étant fait, les rapprochements de nuances s'établiront tout naturellement.

Aujourd'hui donc, si vous le voulez bien, nous parlerons de la littérature belge. Son passé est très ignoré, et son présent n'est pas assez connu. Je n'oserais dire que ce présent s'enchaîne à ce passé selon la courbe d'une tradition suivie. Pour discerner la continuité de cette tradition nationale il faudra plutôt se reporter à l'étude de la peinture : là, un caractère constant se manifeste ; le Belge est peintre avant tout, et l'a toujours été ; cet art, chez lui, n'a subi que des

décadences partielles et très brèves. En littérature, au contraire, de longues périodes de stagnation succèdent à des périodes d'activité, et c'est ce qui a permis de croire, à certaines époques, que le sens littéraire nous était dénié. Telle fut notamment l'opinion de Taine, qui en cette occasion a manqué de clairvoyance : peu de temps après qu'il eût formulé son avis, naissait, en 1880, le groupement de la « Jeune Belgique », patronné par le grand romancier Camille Lemonnier, et d'où allaient surgir des poètes de tout premier ordre, en tête desquels Verhaeren et — un peu en marge — Maeterlinck. Mais il est, hélas ! très vrai de dire que la littérature belge d'imagination, sommeillait depuis de siècles. Il faut remonter haut pour y trouver des poètes (je ne dis pas des historiens et des savants) qui, comme Adenet le Roi ou Lemaire des Belges, jouirent d'une réputation un peu étendue. J'esquisse donc un très rapide aperçu :

Au temps où les poètes lusitaniens du moyen-âge, stimulés par les troubadours provençaux et notamment par Bernard de Ventadour, tressaient en guirlande courtoise les fleurs d'un opulent et charmant cancionero, — en ce temps-là vivaient aussi des trouvères « belges » (si i'on peut dès alors leur accorder ce qualificatif plus récent). Quelques-uns sont connus. Ce sont particulièrement Audefroy le Bâtard, Gillebert de Berneville, né à Courtrai, et surtout Adenet le Roi, ménestrel du duc de Brabant et du comte de Flandre. Adenet a composé un récit poétique d'une grâce naïve et profonde qui est célèbre dans l'histoire de la littérature française, sous le titre amusant de : « *Berte aux grands pieds* ». On sait que les pieds longs étaient alors considérés comme une distinction aristocratique d'un grand charme...

« Berte était blanche, vermeille et agréable à souhait : de là jusqu'à Pise il n'y avait pas de plus belle jeune fille. Son grand désir était d'agir toujours en bien, tellement que, depuis longtemps, elle n'avait encouru de reproche. Mais, ensuite, elle fut abandonnée dans la forêt par la serve, comme vous entendrez que raconte l'histoire ».

Abandonnons-la à notre tour, et constatons que, après cette floraison poétique du treizième siècle, les écrivains les plus remarquables des provinces qui constituent l'actuelle Belgique sont surtout des chroniqueurs. Cependant il ne faut pas oublier que le fameux et populaire *Roman de Renart* provient en grande partie de chez nous. — Au quatorzième siècle, Liège donne naissance à plusieurs de ces chroniqueurs, historiens primitifs mais dont les œuvres sont pourtant un miroir si passionnant de leur époque. Ce sont Jean d'Outremeuse, Jacques de Hemricourt, Jehan Lebel. Et, le plus illustre de tous,

Froissart, natif de Valenciennes. Froissart, que vous pouvons revendiquer à bon droit pour nôtre, est moins l'historien que le «peintre» de la chevalerie. En lui, dont la vie fut elle-même d'aventures, se résume tout une époque de hautes faits et d'épopées chevaleresques. Il écrivit aussi de délicates poésies amoureuses. Mais nous voici arrivés au grand Philippe de Commines qui, lui, est mieux qu'un chroniqueur : il inaugure véritablement l'histoire moderne, telle que nous la concevons ; et D. Henri Pirenne, le grand historien qui a le mieux synthétisé ce que nous appelons l'âme belge, professeur à l'Université de Gand où il est rentré triomphalement, après avoir été détenu pendant de longs mois en Allemagne, pourrait presque voir en lui un de ses ancêtres. Philippe van den Clyte, sire de Commines, né en Flandres au château de ce nom en 1446, fut tour à tour le conseiller de Charles le Téméraire, duc de Bourgogne, et de Louis XI, roi de France. Charles-Quint appelait les *Mémoires* de Commines son «bréviaire».

Sous le gouvernement des ducs de Bourgogne la poésie, dans nos provinces, avant de décliner tout à fait, s'était réfugiée dans les chambres de rhétorique, d'où son éclat ne rayonnait guère. Il faut attendre le poète Lemaire de Belges, né dans le Hainaut en 1473, pour la voir rayonner de nouveau quelque peu. Lemaire de Belges peut être considéré comme un précurseur de la Renaissance et, en quelque manière, de Ronsard, qui fut influencé par ses œuvres. Clément Marot l'avait en grande estime, et Joachim du Bellay a dit de lui, dans sa *Défense et Illustration de la Langue française* : «Il a le premier illustré et les Gaules et la langue française en lui donnant beaucoup de mots et de manières de parler poétiques, qui ont bien servi même aux plus excellents de notre temps». C'est en effet plus par l'usage du français que par celui du flamand que les écrivains belges ont pu, au cours des âges et de nos jours, s'imposer à l'admiration du monde. et cela se conçoit sans commentaires. C'est un des arguments qui militent le mieux contre ceux qui voudraient nous imposer, contre notre gré, l'adoption du seul flamand comme langue nationale. Cette chimère, je m'empresse de le dire, ne rencontre d'ailleurs aucun succès. L'usage trop répandu du flamand fut sans doute une des causes de la décadence totale de notre littérature à partir du seizième siècle, et notamment sous le règne, si glorieux pour les peintres, des archiducs Albert et Isabelle.

Oui, alors que s'ouvrait pour le Portugal l'âge classique de la littérature, où devait si splendidement fleurir le génie d'un Camoëns,

aucun génie poétique ne se révèle chez nous. Nous n'avons pas eu nos «*Lusiades*». Il nous a fallu la fin du dix-neuvième siècle et Charles de Coster pour être enfin dotés d'une épopée nationale, sous la forme d'un long poème historique en prose, «*La légende de Thyl Ulenspiegel*». Pendant trois siècles, alors que la peinture belge triomphait superbement, la littérature belge végéta. C'est-là une de ces longues crises de stagnation dont j'ai parlé en commençant. Certes, nous eûmes des humanistes, des écrivains politiques et des savants qui écrivaient en latin. Mais point de poètes. Des savants, nous en avons toujours eu, depuis ce Sigert de Brabant qui enseigna à Paris, fut le collaborateur de Robert Sorbon (fondateur de la Sorbonne), controversa avec Saint-Thomas d'Aquin, et que Dante a immortalisé dans son dixième chant du *Paradis* :

«*Essa è la luce eterna di Sigieri  
Che, leggendo nel vico degli strami,  
Sillogizò invidiosi veri*».

Nous eûmes aussi, au seizième siècle, Marnix de Sainte-Aldegonde, vigoureux pamphlétaire politique, et, au dix-huitième, le charmant prince de Ligne, auteur des «*Préjugés militaires*» et de lettres fort spirituelles. Mais au dix-septième, au grand siècle français, le seul poète dont nous puissions nous «enorgueillir» n'est guère qu'un nommé Lainez, pâle imitateur de l'abbé de Chaulieu! — La période romantique ne nous est guère favorable non plus: Van Hasselt, Wacken, timides émules de Lamartine et de Hugo, sont des noms qui ne méritent pas d'être plus connus qu'ils ne le sont. Leurs poèmes, patriotiques (la Belgique indépendante venait de se constituer) ou philosophiques, sont tout au plus de médiocres cantates bien intentionnées.

C'est au milieu de cette langueur et de la parfaite somnolence du public que surgit, avec de jeunes et joyeuses clameurs et une exubérance bienfaisante, la génération de 1880 et le groupement de la «Jeune Belgique». A la tête de groupement se trouvait un adolescent espiègle, actif et bien doué, Max Waller, qui avait le tempérament d'un chef, et qui réussit si bien à stimuler les amis de talent qui l'entouraient, que le mouvement littéraire tout entier s'imposa: le public fut réveillé, à coups de paradoxes et d'excentricités quand il le fallait, et constata avec effarement qu'il se trouvait en présence d'un accès de vitalité capable de susciter chez nous une véritable rénova-

tion. Vous concevez sans peine que les conservateurs et les académiciens se rebiffèrent, mais comme ils avaient affaire à des adversaires non seulement plus riches de jeunesse mais aussi beaucoup plus riches de talent, ils furent finalement vaincus. Max Waller, malheureusement, mourut très jeune, et la revue qu'il dirigeait, la « Jeune Belgique », mourut peu de temps après lui ; mais l'impulsion était donnée, plusieurs personnalités littéraires s'étaient développées et affirmées. Après avoir salué et mis en vedette quelques grands isolés méconnus qui leur avaient préparé le terrain (Charles de Coster, dont j'ai parlé déjà, et le pur et solitaire rêveur Octave Pirmez), ces jeunes gens créèrent pareux-mêmes. Deux aînés, deux devanciers, les soutinrent particulièrement ; ce sont : Camille Lemonnier, le grand romancier dont nous déplorons la mort et dont le nom s'apparie à celui de Georges Eekhoud, qui lui ressemble par certains côtés ; et Edmond Picard, polygraphe ardent, remueur d'idées, qui vit encore et dont nous vénérons la vieillesse vaillante. — Je ne puis songer à analyser par le détail l'oeuvre de tous ces hommes qui collaborèrent au mouvement de 1880 ou en naquirent. Un volume n'y suffirait pas. Je ne puis même songer à les nommer tous, car ils sont légion. Mais je voudrais dire quelques mots de quatre d'entre eux, qui requièrent notre attention à divers titres, et à propos desquels il me sera particulièrement loisible de formuler quelques opinions sur l'avenir de notre littérature : Verhaeren, Maeterlinck, Albert Giraud, Iwan Gilkin.

La perte d'Emile Verhaeren, mort accidentellement dans la gare de Rouen, écrasé par un train, brutalement et sinistrement ravi à notre amitié et à notre vénération, alors que sévissait une guerre où son génie ardent symbolisait l'âme même de la Belgique, cette perte est parmi celles qui nous affectent le plus douloureusement. Je ne m'étendrai pas ici sur l'oeuvre de Verhaeren, qui, révélatrice de forces et des beautés de la vie moderne, avec ses villes, avec ses usines, avec son intensité de passion, vous est familière sans doute ; mais je dirai combien la présence de ce magnifique poète et de cet homme fraternel eût contribué, maintenant que voici la paix revenue, à stimuler les jeunes activités littéraires de mon pays. Il se fût certainement mis à la tête des mouvements d'avant-garde dont l'ambition est de maintenir très haut la culture intellectuelle en Belgique, après la grande épreuve de la guerre, si redoutable non seulement par ses effets directs mais aussi à cause des dépressions qui peuvent lui succéder par contre-coup.

Dans l'histoire de la littérature européenne, Verhaeren ne figu-

rera pas seulement comme une des personnifications les plus parfaites de son temps, mais encore, par maint côté, comme un génie précurseur. Précurseur nécessairement romantique à une époque d'inquiète transition, mais chez qui la perception enthousiaste de certaines forces neuves, demain peut-être harmonisées, est un présage plutôt qu'un aboutissement. Par l'individualisme conscient de la forme et l'indépendance habituelle de la pensée, par sa conception saine mais non moralisante de l'art, Verhaeren demeurera cher aux âmes libres de la jeune génération littéraire,

Maurice Maeterlinck, lui, s'est toujours tenu en dehors du mouvement artistique belge proprement dit : j'entends que, vivant toujours en France, et plus distant, plus timide peut-être de nature, il n'est pas, au degré où l'était Verhaeren, en contact avec les écrivains de la génération qui lui succède. Son oeuvre même influence peut-être moins directement ceux-ci que ne le fait celle de Verhaeren. Elle les influence cependant, et il est notamment à souhaiter que le théâtre puisse mettre encore à profit les enseignements de Maeterlinck, qui demeurent féconds, car il ne les a pas poussés lui-même jusqu'à leur conclusion. Je revienrai plus loin sur cette question du théâtre belge.

Maeterlinck fut, en somme, avec le musicien Claude Debussy, le véritable triomphateur du symbolisme, qu'il n'inventa point, en ce que celui-ci a de plus profond et de plus superficiel : c'est à dire, avec sa part de «symbole» authentique, touchant à l'essence même des âmes et des choses, et avec sa part d'«allégorie» quelque peu factice. Il se trouve actuellement de bons patriotes belges pour préférer à tous les ouvrages de Maeterlinck son recueil d'articles, «Les Débris de la Guerre», de même qu'ils préfèrent les «Ailes Rouges» de Verhaeren à sa «Multiple Splendeur». Je ne partage pas, quant à moi, cette façon de voir. Je me garderai bien de dire que la guerre ne peut offrir les éléments nécessaires à la réalisation d'une oeuvre d'art, mais il faut éviter de confondre, même en faveur d'un sentiment très légitime, la valeur morale d'une oeuvre avec sa valeur esthétique.

C'est à quoi je songe en mentionnant le volume de vers dont on parle peut-être le plus en ce moment, en Belgique : «Le Laurier», de M. Albert Giraud. Ce sont des poèmes écrits à Bruxelles sous l'occupation ennemie et qui expriment la colère tour à tour sarcastique et enflammée d'un poète accoutumé à la «tour d'ivoire» et qui descend enfin partager l'angoisse du peuple et sa passion. Je dois à la

vérité de dire que l'essai n'est pas tout à fait heureux, M. Giraud fut un des grands hommes de la «Jeune Belgique» et le demeure par sa fidélité à une discipline parnassienne alors en faveur mais aujourd'hui périmée. Nous ferons peut-être de lui notre poète lauréat, mais la jeunesse ne le suivra point. — Elle se tourne davantage vers M. Iwan Gilkin qui fut lui aussi un des fondateurs et même un des directeurs de la «Jeune Belgique», mais qui, penseur plus souple et plus complexe, ne limitant point sa curiosité ni ses recherches d'expression, artiste avant tout, satisfait mieux à la fois et notre sensibilité et notre intelligence. Et lui aussi vient de publier un volume écrit pendant la guerre, *Le roi «Cophétua»*, petit drame essentiellement poétique, libre de toute actualité, et qui vient à nous, en ces temps fiévreux encore et surchauffés, comme une bouffée d'air frais et apaisant,

Or donc, la guerre est terminée, et toutes les oeuvres, fortes ou subtiles, composées dans la solitude et le silence sous l'occupation ennemie, vont l'une après l'autre voir le jour. Quelle que soit la situation matérielle de notre pays très éprouvé, il ne faut pas craindre d'y assister à une stagnation littéraire comparable à celles que j'ai mentionnées au cours de l'histoire. Un grand sentiment de force et de joie nous possède, et il sera fécond, je pense, dans tous les domaines de l'activité nationale. Cette gaieté est une des caractéristiques du tempérament belge, et c'est même avec une goguenardise constante, malgré notre misère, que nous avons supporté le joug étranger. L'allégresse, à présent, nous porte au travail, au travail artistique comme à tout autre. De nombreux indices permettent de dire que les résultats en seront satisfaisants. De jeunes poètes suivront la trace glorieuse d'un Verhaeren ou bien celle, plus fantaisiste et plus rêveuse d'un Rodenbach (dont j'aurais dû parler plus longuement aussi); ou bien encore, celle du grand artiste qu'est Max Elskamp. De jeunes romanciers feront en sorte qu'on ne regrette pas la puissance d'un Camille Lemonnier et d'un Eekhoud; de jeunes dramaturges s'efforceront de mettre à profit les trouvailles d'un Maeterlinck. Cette question du «théâtre belge» nous préoccupe tout particulièrement: Nous n'avons pas encore de théâtre national, si ce n'est d'un caractère trop régional et trop vulgaire, et dérivant alors directement de la farce du moyen-âge. Nous n'avons pas eu notre Gil Vicente. Les meilleurs esprits de Belgique s'en inquiètent, et notamment M. Edmond Picard, qui fonda une entreprise de «théâtre belge». Grâce à cela, les directeurs des scènes de Bruxelles se dé-

cident à ne plus monter exclusivement des pièces d'auteurs dramatiques parisiens. Grâce à cela, nous avons appris à connaître, dès avant la guerre, le talent de M. Marguerite Duterme, qui, parmi la jeune génération, nous semble plus douée que tout autre. — Des entreprises d'éditions littéraires se fondent aussi, actuellement, afin de permettre à tous les talents jeunes de se révéler. Il faut signaler notamment les éditions des « Cahiers Indépendants » qui, sur le modèle des « Cahiers » du grand écrivain français Charles Péguy, mort héroïquement au début de la guerre, ont publié déjà, depuis le printemps dernier, cinq volumes : entre autres un recueil de contes de Franz Hellens, jeune écrivain bien français par l'expression mais bien flamand par imagination et le goût du mystère ; un roman vivant et passionné, « Le Cadran Solaire », de Paul Colin ; et « Les Eaux Mortes », drame de Marguerite Duterme. Ces activités jeunes, je le répète, font bien augurer de l'avenir.

En terminant, je prie le public portugais qui me fera l'honneur de lire ces lignes de ne point m'en valloir si j'exalte ainsi la production littéraire de mon petit pays... C'est une ambition légitime qui me pousse à vouloir suggérer (autant que faire se peut, dans un article forcément plein d'omissions) le désir de la connaître davantage. Il ne faut pas oublier que les écrivains de Belgique écrivent *en français*, que leurs oeuvres sont donc accessibles aux lettrés du monde entier, et — pour en revenir à mon début — que leur plus chère ambition est de faire à la *latinité* l'apport de leur talent, en ce qu'il peut révéler d'original et de particulier.

Bruxelles, 15 Juillet 1919.

MÉLOT DU DY





## A senhora Maria do Cerro

Viera ao mundo para ser uma grande dama, e as contingências da vida fizeram dela uma criada de servir.

Apenas alguns anos, muito poucos, se viu, na elevada posição de governanta, dirigindo a casa do sr. Joaquim Pedro, viúvo em boa idade, com dois filhos pequenos.

O ar superior com que ela fazia as honras da casa, mesmo quando as visitas eram parentes do amo, e conheciam a senhora Maria do Cêro do tempo, ainda próximo, em que ela andava servindo pelos Montes, criada como qualquer outra, apenas mais impertigada que as outras, quâsi hierática, muito branca, como uma grande figura de jaspe, e muito fria, como a estátua de sal em que se converteu a mulher bíblica!

O sr. Joaquim Pedro era um fervoroso devoto de Baco, e á sua devoção andava a sacrificar, desde que enviudara, a fortuna e a saúde. Bem se importava êle que chovesse ou ventasse, que o inverno fôsse sêco e o verão fôsse húmido, contanto que não lhe faltasse o vinho na adega, ou que, pelo menos, se não acabasse nas tavernas, onde a princípio entrava envergonhado, quâsi a esconder-se, em luta com as exigências duma educação que reivindicava os seus direitos, e as solicitações dum vício que se radicava mais e mais, dominando-lhe a vontade até lha quebrar de todo.

Casara muito novo, e ligára-se à mulher eleita do seu coração com o enternecido carinho dum namorado que, nem por ver realizados os seus sonhos, deixa de viver e sonhar, guardando na alma,

apesar da posse, uma grande porção de vaga idealidade, rosada como a faixa do horizonte longínquo, quando o sol emerge da noite a dou-  
rar os cimos dos montes.

Um dia...

Recordava-o muitas vezes, a chorar, e porque essa recordação lhe era extremamente dolorosa, logo a afogava num grande copo, bebendo até cair.

— Andava no quintal, estendendo roupa, e como apanhasse muito sol, a cabeça descoberta, quando recolheu a casa, sentiu-se mal dis-  
posta, sem saber o que tinha.

Levou a noite sem dormir, sempre a queixar-se, e no dia seguinte gritava que lhe partiam os ossos do crânio, e estorcia-se em vômitos secos, que lhe faziam saltar os olhos, numa expressão indizível de terror.

Durou aquilo menos duma semana, que foi para êle uma eternidade de martírio. Via-a piorar de hora a hora, sem um pequenino clarão de esperança que riscasse as trevas daquele quarto apertado, onde uma pequenina lâmpada bruxuleava como no interior dum túmulo.

Quando lha levaram de casa, no entardecer dum luminoso dia de Julho, sentiu que se lhe desprendera do corpo a alma, e para ali ficou, massa inerte, os olhos secos do muito que tinham chorado, e o coração insensível do muito que tinha sofrido.

Começou a beber, mal saíu daquele torpor letárgico, e porque só o vinho lhe apagava a memória, para não se lembrar bebia sempre, bebia perdidamente, a princípio no recato da sua casa, e depois nas tavernas de pior aspecto, pagando por todos, sem contar, dando quanto lhe pediam.

O Mestre Janelas, albardeiro profissional e barbeiro curioso, era o seu companheiro inseparável, sempre humilde, sempre respeitoso, bebendo muitos copos sem vontade, mas bebendo até cair, se tal era o desejo do sr. Joaquim Pedro.

Uma tarde, quasi sol-pôsto, estando os dois na venda da senhora Maria Joaquina, tão bêbedo um como o outro, foram dizer ao sr. Joaquim Pedro que tinha morrido, havia poucas horas, o sr. Manuel da Chaminé, seu sogro. O mestre Janelas caiu-lhe nos braços, chorando, e o sr. Joaquim Pedro, forte perante o mal irreparável, logo resolveu que iriam dali para a Chaminé, acompanhar o cadáver, sem preocupações imediatas de luto.

A senhora Maria Joaquina emprestou uma borracha, que levava

duas canadas, e os dois puseram-se a caminho, ainda o ar do dia temperava as sombras da noite.

Mal entraram no montado, a pequena distância da Aldeia, o sr. Joaquim Pedro estacou, segurando com fôrça o braço do Mestre Janelas, e perguntou-lhe :

— Não ouviu, compadre ? Os sinos tocam a defuntos.

— Desculpê, sr. compadre ; o que eu oiço é a chocalhada do gado.

— Parece-lhe isso, porque está bebedo ; mas eu é que não confundo sinos com chocalhos. . . Vamos lá a beber uma golada por alma do sr. Papa Môscas.

Como a união faz a fôrça, o sr. Joaquim Pedro passou o braço direito por cima dos ombros do Mestre Janelas, passando o Mestre Janelas o braço esquerdo pela cintura do sr. Joaquim Pedro, e assim foram andando, aos bordos, parando, às vezes, diante dum chaparro esguio para se convencerem de que não era um homem.

— Quem vem lá ? . . .

Aproximavam-se, cautelosamente, e quando verificavam, tocando-lhe, que o chaparro não era uma pessoa, desatavam a vociferar, armando em valentes — *rachava-o de meio a meio, se fôsse um homem !* — e acabavam por darem mais um beijo na borracha, pondo-a mole como barriga de velha.

Fazia um luar escasso, e precisamente na bifurcação da estrada em que iam, árvores de grande copa faziam um lago de sombra, em que a visão era confusa.

— Onde estamos, compadre Janelas ?

— Na extrema do Sabugueiro.

— Então é para a esquerda.

— Desculpe, sr. compadre, mas é para a direita.

O Janelas tinha razão ; mas o sr. Joaquim Pedro não lha dava, e rompendo intrépidamente, aos bordos, pela bifurcação da esquerda, disse-lhe que fôsse por onde quisesse, contanto que largasse a borracha, já a maximos descontos, como diria um tropa. Nisto, ouviu-se cantar um galo, fora de horas, e o sr. Joaquim Pedro foi obrigado a reconhecer que aquele apressado madrugador era da capoeira do Sabugueiro, esquecido na lenha quando recolheram a criação.

— Tem razão o sr. Janelas.

Beberam mais uma goladinha por alma do sr. Manuel da Chaminé, e amparando-se mútuamente, como se a soma de duas fraquezas não fôsse uma fraqueza maior, de novo se puseram a caminho.

Nas margens da ribeira, em águas empoçadas, formando pânta-

nos minúsculos, as rãs entoavam a sua cantoria monótona, em que parece haver lamentos de quem sofre, e gritos de quem pede socorro, respondendo-lhes do lado da nora os grilos e os ralos, todas estas vozes formando uma orquestração incômoda por dissonante, estúpida por inexpressiva.

Choupos esguios, muito altos, desenhavam na atmosfera, levemente pardacenta, o seu perfil ascético, e na margem dos grandes pegos, aqui e além, os salgueiros e os loendros, em plena floração, bordavam as aguas quietas, sem transparência, porque nelas se diluíam sombras, dando à vista, muito de perto, a impressão dum emmoldurado com molhos de fúesias.

— E se nós tomássemos um banho, ó compadre Janelas, para refrescar as ideas?

Quando chegaram ao quinchoso, já perto do Monte, o sr. Joaquim Pedro quis saber em que estado se encontrava a borracha, escandaloso como seria entrarem com ela à vista na casa onde velavam o cadáver.

Beberam o pouco que restava das duas canadas, e o compadre Janelas, por conselho do sr. Joaquim Pedro, reduzindo ao menor volume a borracha vazia, acomodou-a debaixo da jaqueta, em termos que ninguém desse por ela.

— Não sei que diabo isto é, mas em ocasiões destas não sou capaz de deitar uma lágrima.

— Pense em cousas tristes, sr. compadre.

— Pois está dito; vou pensar que as vinhas secaram todas, e que o vinho que ainda havia nas adegas se mudou em vinagre.

Da Aldeia e dos Montes vizinhos, logo que constou que o sr. Manoel da Chaminé havia morrido, viera muita gente para velar o cadáver, homens, mulheres e crianças. O corpo fôra colocado em cima duma arca, na casa da entrada, depois de lavado e vestido, coberto com um lençol de linho, as mãos postas, como em oração, e quatro velas a alumiar-o, duas de cada lado.

As mulheres tagarelavam, conforme o uso, excepto as que dormiam... por alma do defunto. Contavam-se anedotas picarescas, histórias de namoros e de bruxas, mais parecendo tratar-se duma festa que duma cerimonia fúnebre.

Senão quando, abre-se a porta do Monte, e o sr. Joaquim Pedro aparece, seguido pelo Mestre Janelas, de semblante carregado os dois, o chapéu quási a tapar-lhes os olhos para que lhos não vissem enxutos.

Logo o mulhero se levanta, num berreiro — *coitadinho do sr. Manuel, tão amigo de fazer bem aos pobres!* — as que faziam meia escondendo, debaixo da mantilha, o seu serviço, e as que dormiam, acordando estremunhadas, fazendo côro de vozes, sem articularem sons.

O sr. Joaquim Pedro e o Mestre Janelas, sentindo que os incomodava tanta luz, foram meter-se na despensa, que era a casa mais interior do Monte.

— E se nós comêssemos alguma cousa?

A criada veio, e explicou: — Essa gente que para aí está, sem pedir licença a ninguém, comeu tudo. De dois alqueires de pão que cozi no sábado não resta cousa que encha a cova dum dente. Os queijinhos e o chouriço, se lhes não acudo a tempo, levavam o mesmo caminho. Nunca se viu uma pouca-vergonha assim, Nosso Senhor me perdôe!

O sr. Joaquim Pedro ouviu, muito calado, e quando ela acabou o seu sermão, mais furiosa do que comovida, disse-lhe com bons modos: — Pode-se ir embora, senhora Joana.

Apenas a senhora Joana saíu, o sr. Joaquim Pedro foi direito — tão direito quanto a bebedeira lho permitia — a um cofre onde o sogro guardava papéis, e tirou de lá uma espécie de velha escritura, que bem podia ser um velho testamento.

Entrou, acompanhado do Janelas, na câmara mortuária, e chamando a atenção da família que ali estava, homens, mulheres, e crianças, disse-lhes, mostrando o papel que tinha na mão: — *Isto é o testamento de meu sogro, que Deus tenha em sua santa guarda. Quero que saibam o que nêle se dispõe.*

Todos se puseram a escutá-lo com muita curiosidade, os homens e as mulheres, curiosidade que se converteu em pasmo quando êle leu esta passagem: — *As pessoas que velarem o meu cadáver não deixo nada, para não tirar o merecimento da sua acção, que Deus lhes recompense.*

A última vontade de meu sôgro, disse, terminando a leitura, será rigorosamente cumprida.

— Bem feita, sr. compadre, bem feita, disse-lhe o Mestre Janelas, quando se encontraram novamente na despensa vazia.

Ainda não tinha passado meia hora, vinha a senhora Joana dizer que a família tinha abalado, ficando apenas, velando o cadáver, duas velhas que dormiam a sono sôlto.

— Bem feita, sr. compadre, bem feita.

\* \*

Imaginou a senhora Maria do Cêrro que havia de trazer aquele vicioso ao bom caminho, e quando aceitou o encargo de governar a sua casa, foi na esperança de o conseguir.

Ingénua esperança.

Bem se importava êle com os sermões que ela lhe prégava, a falar-lhe dos filhos, pobres crianças a quem a mãe lhe faltara muito cedo, numa idade em que ser órfão não é desgraça que se chore, porque ainda se está muito perto do berço, na risonha inconsciência do que é a morte e do que é a vida.

Livre de fazer o que quisesse, nova ainda, a senhora Maria do Cêrro não deixava estiolar a sua juventude nas torturas duma castidade inútil; mas não era bastante essa ventura fugaz a reconciliá-la com a sua triste sorte, amarrada a um homem constantemente bêbedo, maltratando-a de palavras, chamando-lhe quantos nomes feios lhe acudiam à bôca nos engulhos dum vômito etico.

Chegou a cousa a têrmo que um dia, sem participar a ninguém os seus negros desígnios, muito direita, quási hirta, abalou caminho da ribeira, sem o disfarce duma trouxa que respondesse à curiosidade de quem a via passar, branca de jaspe, com um lenço de ramagens na cabeça e uma velha mantilha pelos ombros, cinzenta e triangular, atada na cintura.

Era muito raro sair sòzinha, a não ser para muito perto de casa na visinhança mais chegada, a pedir alguma cousa ou a restituir o que pedira.

Quem passava por ela cumprimentava-a—*boas tardes, senhora Maria*—e só por vergonha lhe não preguntava para onde era o passeio, àquela hora matinal, já o sol nascera, mas ainda estava encoberto, como se quisesse aquecer-se, enrolado em nuvens.

Quando chegou à ribeira, um pouco abaixo da ponte, olhou para todos os lados, a ver se alguêm por ali andava, perto, que pudesse frustrar os seus planos, impedindo-a de morrer. Só muito longe, na direcção da granja, apareceu um rebanho de ovelhas, pastando à vontade, provavelmente sob o olhar vigilante do maioral, enrolado na manta, a fumar o seu cachimbo.

O pego era largo, e parecia fundo, duma grande tranquillidade, muito espelento no meio, com a sua vegetação de limos muito exuberante, e alguns salgueiros nas margens, deixando cair os seus ramos frouxos, num abandono cheio de tristeza.

Sentou-se numa junqueira, a olhar sem ver, no recolhido silêncio de quem se debruça sôbre um abismo em cujo fundo está a morte que apavora, ao mesmo tempo que atrai. O ar fresco da manhã mordicava-lhe as faces, e punha na superfície do pego ínfimas pregas aveludadas, tão depressa extintas como refeitas.

Maquinalmente, com uma serenidade esfíngica, ergueu-se como se fôsse a junqueira uma grande mola que se distendesse com lentidão, e avançou até muito perto da ponte, onde havia pedras de lavadouro. Tirou os sapatos, meteu-lhes dentro as meias, e erguendo as saias até o meio da perna, os olhos pregados na água, fria como se já a tocasse a morte, branca e fria como se fôsse modelada em neve alpina, entrou no pégo vasto e sereno moldurado em salgueiros, duma tristeza infinita.

Mal tocara na água com o pé, como se o tivesse pôsto em tojo verde, soltou um grito como que de espanto e dor, e quasi num pulo afastou-se, erguendo as saias, num repelão, até a cintura. Enfiou as meias, calçou os sapatos, e agasalhando-se muito na mantilha, tiritando como se viesse de tomar um banho forçado, ainda com o fato agarrado à pele, numa sopa, às pessoas que por ela passavam e lhe dirigiam o seu cumprimento familiar, — *vá com Deus, tia Maria* —, nem a cabeça baixava; retribuindo o cumprimento, andando sempre como quem leva pressa, e remoendo entre os dentes, a baterem uns nos outros, esta frase estereotipada — *ai que frio! ai que frio!*

\*  
\* \*

Deve hoje ser muito velha a senhora Maria do Cêrro, visto não a terem conhecido rapariga as pessoas velhas que eu conheço.

Relembro a minha juventude distante, e lá a encontro, em minha casa, já mulher de meia idade, muito perfeitaça, pelando-se por não fazer nada, gostando de se tratar bem, com distinção, e sobranceiramente olhando as pessoas da sua igualha, com um desdêm que orçava pelo desprêzo, quando não revestia o carácter duma generosidade que era desprimorosa.

Ao tempo ainda por ali se fazia um grande comércio de vinhos com a Serra, comprados em Ferreira e Cuba, de modo que a toda a hora passavam carros, uns que iam, outros que vinham, além dos almocreves que se cruzavam, palmilhando atrás dos machos, a borraça entre dois coiros inqueridos, cantando para tornarem a caminhada menos fatigante, beberricando com freqüência para darem tom à fibra.

A senhora Maria do Cêrro pedia muitas vezes licença para ir á

terra, sob qualquer pretêxto, e como já estivesse em idade de saber o que lhe convinha, matrona de quarenta anos bem puxados, não se fazia acompanhar de ninguém, homem ou rapaz que estivesse ao serviço da casa e representasse junto dela, tanto na ida como na volta, uma garantia de decência.

Havia sempre um carreiro que era muito das suas relações, um homem sério por quem ela punha as mãos no lume, sem receio de queimaduras. — *Lá por aquele fico eu*, afirmava a senhora Maria do Cêrro, e *aquele* era indiferentemente o João, o António ou o Francisco, o primeiro que lhe lembrava, sem rebuscar muito na memória.

No dia aprasado, mal avistava os carros nas alturas de Vale de Leitão, tratava de se lavar, pentear, entrouxar a roupa, satisfeita, alegre como se fôsse para uma romaria. A maior parte das vezes nem se lembrava de aviar o taleigo, como se a jornada fôsse curta, e não precisasse comer pelo caminho.

Quando os carros chegaram ás oliveiras, lá em baixo, junto ao barranco que vem das Refroias, já a senhora Maria do Cêrro ali estava, com a trouxa no colo, sentada numa pedra, com a saia de cima enrolada na cintura, para a não enxovalhar, e o taleigo ali ao pé, nas ervas, contendo o modestíssimo farnel que lhe tinham preparado — um pão alvo, com carne dentro, à maneira de *sandwich*, azeitonas ou queijinho.

Ficavam doidos de alegria os carreiros, assim que a viam, e logo cada qual tratava de encârecer as vantagens do seu carro, disputando-se a honra... e o proveito de a levar consigo.

— Não há gado manso como o meu, tia Maria!...

— O meu carro é um andor, senhora Maria; não dá balanço nenhum.

— Isto é um berço, verá. Mesmo em caminho ruim, com o eixo untado, anda que nem sôbre veludo.

A senhora Maria do Cêrro era muito sensível à lisonja, e só de se ver assim cortejada por aqueles homens grosseiros, sem maneiras, bêbedos quási sempre, e a toda a hora lidando com as suas parelhas, brutalizando por hábito as pobres cavalgadas, sentia um grande desvanecimento — como a rainha dum baile aristocrático, ouvindo os madrigais perfumados dos estouradinhos de sala, idiotas e ridículos.

Como não podia ir ao mesmo tempo em todos os carros, quando não havia um motivo sério de preferência em favor dêste ou daquele, a sorte decidia entre todos, e todos a ela se submetiam.

Era simples: — A senhora Maria do Cêrro tomava do chão umas poucas de pedrinhas, sem contar, e conservava-as fechadas na mão.



— *Quantas pedras estão aqui?* Cada carreiro dizia um número, ao acaso; o que mais se aproximara da conta, era o preferido.

A paragem ali, á sombra das oliveiras, era da praxe, e ninguém a infringia. O gado descansava um bocado, comia o seu feno, e como ficava perto o poço, se era no verão, dava-se-lhe de beber. A borraça andava de mão em mão, e a senhora Maria do Cêro, quando era do rancho, não desdenhava dar-lhe o seu beijo, pondo em cima da golada uma bucha de pão, servindo de veículo a um bocadinho de carne. Não tinha o vício de beber, mas gostava de sentir um pouco toldada a cabeça, e as cousas vistas no fumo esparso duma embriaguez incipiente eram mais agradáveis aos seus olhos. O café era a sua bebida predilecta, e então acompanhado dum cálice de licor de rosas, era de lhe lamber os beiços três vezes.

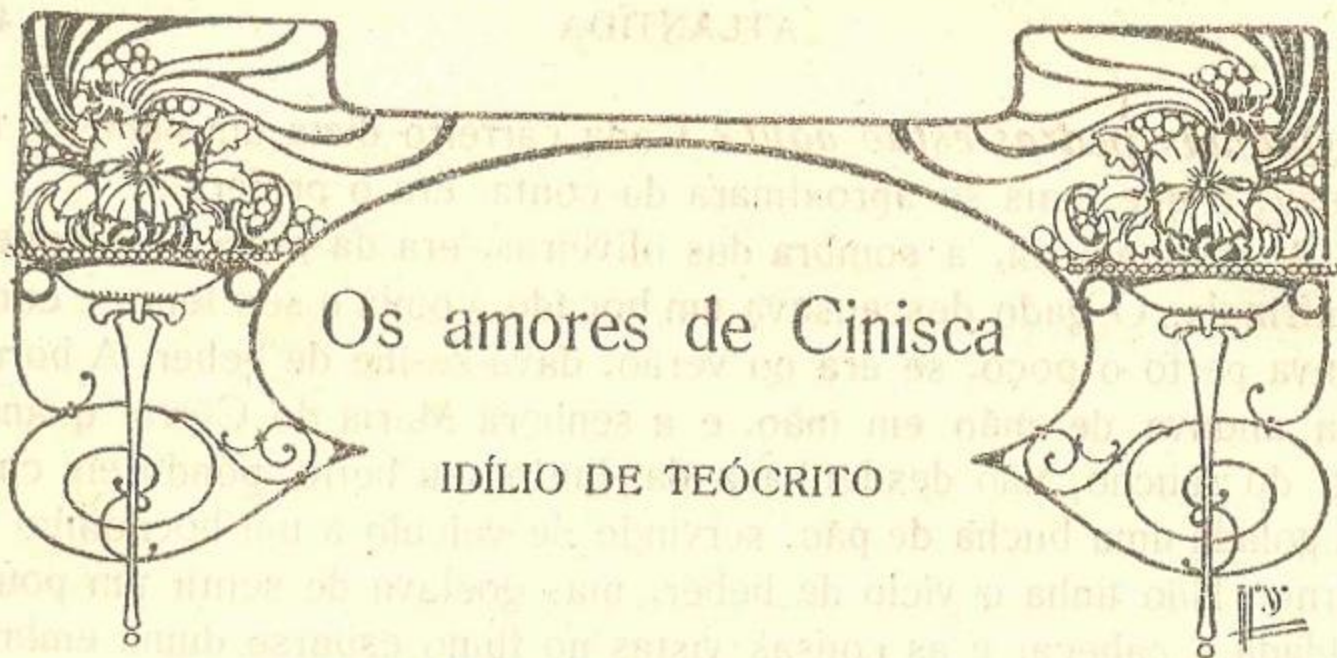
O carro que lhe coubera por sorte era sempre o último a partir. Já os outros iam por aí fora, e ainda êle não se pusera em marcha. O respectivo carreiro tinha inevitavelmente que arranjar alguma cousa, que o obrigava a ficar para trás. Em regra só abalava de ao pé das oliveiras, marchando com o passo mais lento que tinha o seu gado, quando os outros já iam para lá da Portela, indo apanha-los ao Reguengo, onde esperavam por êle... e por ela. Aí repetia-se a lotaria das pedrinhas, e o felizardo a quem coubera a sorte grande formava na retaguarda. Para o carro dêle passava então a senhora Maria do Cêro, convencida de que era preciso dividir por todos a carga que ela representava.

A scena repetia-se mais vezes, em têrmos que aí pelas alturas de Panoias, a desandar para a ribeira de S. Romão, a senhora Maria do Cêro instalava-se novamente no primeiro carro, tendo passado por todos êles.

A natureza dotára-a com uma esterilidade à prova de todos os precalços, e isso lhe valeu correr mil aventuras sem que ficassem documentos vivos da sua libertinagem amorosa. Assim ela entrou na velhice conservando um certo ar de frescura, e não obstante os anos terem um pêso que cresce em razão geométrica, desde que se passa o equador da vida, a sua espinha conserva-se rija e direita como se fôsse de aço, e tem agora, a senhora Maria do Cêro, como há meio século, o aprumo hierático duma figura de pedra, representando um cenobita, e a frieza nevada da mulher de Loth, depois de convertida em sal marinho.

(Do Livro *Gente Rústica*)

BRITO CAMACHO.



Completaram-se seis anos depois que, insertos numa conferência, realizada no Teatro Nacional, eu apresentei em público dois idílios de Teócritos, *Os Ceifeiros* e *As Talísias*, vulgarizados em linguagem moderna <sup>1</sup>. A minha admiração pelo poeta siciliano não esmoreceu desde então. Amiúde encontro na sua leitura refrigério no meio das preocupações que actualmente acabrunham todos os espíritos. Seja-me lícito, para explicar esta predilecção, aparentemente anómala, reeditar algumas considerações que, feitas em 1913, tinham um pouco de proféticas :

«Circunstância curiosa ! É de ordinário no remanso da paz que se evocam as recordações tumultuosas dos combates, é no meio da tranquilidade que assumem forma literária as lendas épicas. É, pelo contrário, nos períodos de agitação, quando as cóleras humanas refervem, quando a civilização parece deter-se numa fase de confusa gestação que a assemelha à barbárie, aparece nas literaturas a reacção sedativa da égloga, à semelhança dum protesto pacífico e dum aspiração regressiva. É a lei fatal dos contrastes. É mais uma eloquente afirmação de singular tendencia do espírito humano : a contínua insatisfação do presente, a indefinida nostalgia dum passado fantástico, sempre que o porvir infunde receios.»

Estava então longe de nós a guerra. Os seus efeitos mais se sentiam fora da Península Balcânica, onde se encapelavam furiosos vagalhões de sérvios, búlgaros, gregos e turcos, inflados por ventanias confusas. Depois, a guerra alastrou pelo mundo inteiro. Raros são os lares em que não houvesse ansiedades crúeis ou lágrimas que não se enrugam. Nenhum que não tenha abalado o ribombo dos canhões, quer minguando-lhes os haveres, quer inundando-o com bátegas de ouro. Este último caso, para vergonha da humanidade, é escandalosamente freqüente em todas as nações, as mais escalavradas pela conflagração tremenda. A scelerada minoria dos egoístas enriquecidos é natural que aprazam as narrativas épicas, tendentes a perpetuar nos ânimos o entusiasmo pela chacina e pela rapina, que são os esteios da sua arrogante opulencia. Os outros, os empobrecidos e os orfanados, darão porventura razão à minha tese, comprazendo-se em evocar, através das lágrimas, a visão de paz bucólica, como um refrigério momentâneo das suas angústias. E não

*me espantará que o idílio e a écloga venham a ressurgir, talvez com as pieguiças alambicadas de Gessner, de entre os escombros fumegantes de mil batalhas.*

*Entrementes, se um modelo é mester para essa possível evolução literária, nenhum mais adequado do que o Mestre supremo, o criador do Idílio. Por isso volto a ele, modernizando a forma, procurando restituir-lhe a vida, familiarizá-lo com as gerações de hoje, desengonçar-lhe os membros que os eruditos do classicismo ancilosaram numa rigidez hierática. Não tenho veleidades estultas de tradutor, já noutra conjuntura o acentuei. O meu trabalho não passa duma equivalência, feita através duma versão francesa, visto que a minha deficiente educação humanista não deixou que a meus lábios chegasse o mel do Himeto, senão diluído por lavagens que os helenos apodariam de bárbaros.*

*Mas desta feita é sob novo aspecto que intento vulgarizar, em terras da raça lusa, o delicioso poeta alexandrino, o último dos grandes clássicos da Grécia. Não é uma efília, nem uma bucólica, géneros literários que pareceram quasi espontaneamente brotar da imaginação de Teócrito, que apresento em desataviada versão. «Os amores de Cinisca» é um mimo, espécie de embrião popular da comédia, ressuscitado das eras arcaicas da Sicília, em que o velho Sófron o ilustrou. Seduziram-me a singeleza realista da composição, a verdade psicológica do desenho, e sobretudo o movimento dramático que se revela na narrativa do protagonista. Oxalá esses extraordinários caracteres, que de improviso me incitaram à audaciosa tentativa, não se deslustrassem completamente na equivalência que ofereço aos leitores da Atlântida!*

# Os amores de Cinisca

(IDÍLIO XIV DE TEÓCRITO)

ÉSQUINES

Mil venturas, amigo.

TIONICO

As mesmas te desejo.

ÉSQUINES

Vens tarde!

TIONICO

Amofinado estás, pelo que vejo!

ÉSQUINES

Os meus negócios vão mal parados.

TIONICO

Por isso

Tu andas macilento, esgrouviado o toutiço,  
Barba hírsuta. Tal qual o sábio magrizela,  
Maltrapilho e descalço, e de cara amarela,  
Que apareceu aí, dizendo vir de Atênas.  
Mas aquele, se acaso anda morto, é apenas  
Por um naco de pão.

## ESQUINES

Sempre a carinha n'água,  
 Companheiro. Ora pois! tem dó da minha mágua.  
 A linda Cinisca anda a ralar-me. Por via  
 Dela endoideço, crê, mais dia menos dia.  
 'Stou mesmo por um triz.

## TIONICO

Que génio o teu, rapaz!  
 Não te emendas. Um dia, és todo calma e paz;  
 Logo após, exaltado, ardendo em fogo pronto  
 De vãos desejos... Conta o que há de novo.

## ÉSQUINES

Eu conto.

Há tempos, lá na quinta, eu tinha convidado  
 Para cear o Argivo, e Clêmico, o soldado,  
 Mais Apis, o tessálio. Uma ceia divina!  
 Dois frangos, um leitão, e um vinho de Biblina,  
 Com quatro anos de adegá, inda a cheirar a môtto;  
 Amêijoas, caracóis... acepipes de gôsto!  
 Combina-se, por fim, como a pinga era boa,  
 Que cada um de nós faça um brinde à pessoa  
 A quem mais queira. Dito e feito, em continente.  
 Cada golada, um nome. Ela moita! e eu em frente,  
 Cá por dentro a moer. «Perdeste a língua, ó moça?»  
 «Viu lobo, a rapariga!» exclama alguêm, por troça.  
 «Que espertalhão!» diz ela, e tanto se afogueia  
 Que em seu rosto é capaz de acender-se a candeia.  
 É que Lôbo se alcunha êsse filho do Laba,  
 Um maricas, por quem toda a gente se baba.  
 Haviam-me chegado uns zuns-zuns que a Cinisca  
 P'r'o rascão mulherengo era bem pouco arisca.  
 E eu tão parvo, apesar de ter barbas na cara,  
 Que não tratei de obter informação mais clara.  
 Já o vinho nos tinha esquentado a cabeça,  
 Quando o homem de Larissa, o maroto começa  
 Uma cantiga, lá da sua terra além,  
 Que reza assim: «Há muito, ó Lobo, que és meu bem!»

Nisto a moça desfaz-se em pranto, a marafôna!  
 Tal qual uma criança, a atirar-se chorona  
 Para o colo da mãe. Levanto-me, já cego...  
 Tu calculas! e num relance lhe pespego  
 Um par de cachações. Ela arregaça a veste,  
 Deita a fugir... E eu cá berrando: «Minha peste,  
 «Com que, já não te sirvo? E para amor provocas  
 «Um novo garanhão? Pois enche-o de beijocas,  
 «Derrete-te a chorar por êle, descarada!»  
 Já viste uma andorinha, ao largar a ninhada  
 Debaixo dum beiral, soltar o vôo, em busca  
 De mais cibalho? Assim, numa saltada brusca,  
 A moçoila arrancou dos coxins, e correu  
 Para a porta, e esgueirou-se... e viste-la? nem eu!  
 O Centauro, tal qual, de que reza o ditado,  
 Que se embrenhou no mato... E um mês vai já passado,  
 E outro quasi gualdido, e eu ralado e pascácio...  
 Até deixei crescer a trunfa, ao modo trácio!  
 Para ela é tudo o Lôbo, e mais ninguém lhe importa;  
 Doida por êle, até de noite lhe abre a porta.  
 Nem olha para mim! Como se eu não passasse  
 Dum vilão de Megara, homem de ínfima classe.  
 Eh! mofino! caí nas unhas da Cinisca!  
 Preso como um pardal que mais e mais se envisca,  
 Quanto mais estrebuxa! E não sei de mèzinha  
 P'r'a maldita paixão que me abrasa e definha!  
 Só se eu fizer... talvez! como Simo, um rapaz  
 Da nossa criação... Sabes? que andava atrás  
 Da filha de Hipocaleo, a modo um perro à trela!  
 Vai o touto, alistou-se, embarcou, fez-se à vela,  
 Correu terras, e o caso é que voltou curado.  
 Pois também eu serei mareante e soldado!  
 Água salgada e guerra, eis o que há-de curtir-me  
 A pele e o coração. Serei valente e firme,  
 Como os outros. Se não couber entre os primeiros,  
 Juro não me emboscar na fila dos zorreiros.

#### TIONICO

Cumpra-se o teu desejo, amigo. Mas, se nisso  
 Antevês a fortuna, of'rece o teu serviço

A príncipe que saiba apreciá-lo. Eu sustento  
Que, para ter a saldo um mercenário isento,  
Nenhum rei se avanteja a Ptolomeu do Egipto.

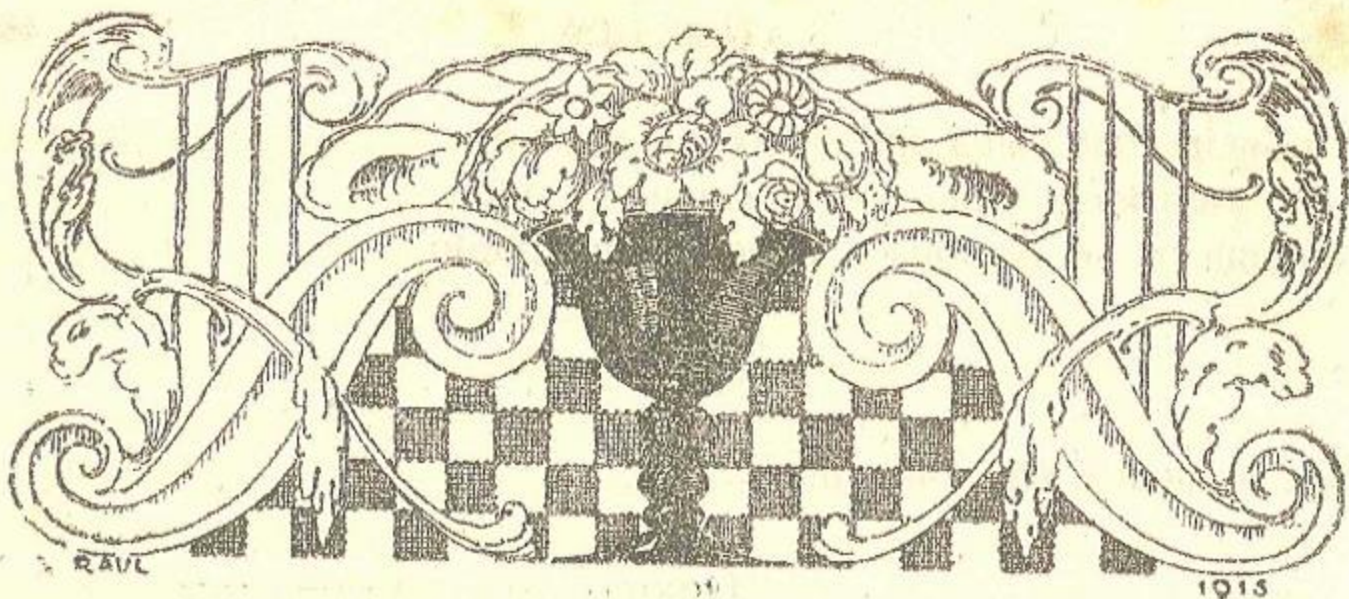
## ÉSQUINES

Que homem é êle, em suma?

## TIONICO

O mais nobre, repito,  
Dos monarcas da terra. Afeiçoado às artes,  
Amoroso; gentil; mãos largas; dando às partes  
Seu quinhão de justiça e de benevolência,  
Quando nos pedinchões não haja impertinencia . . .  
Se intentas abrochar no teu ombro direito  
A clâmide guerreira, e expor-te peito a peito  
Aos embates de algum espadachim de marca,  
Ala já para o Egipto, e sem demora embarca.  
Voa o tempo. Não tarda a velhice molesta  
A cair-nos a barba e a vincar-nos a testa.  
Trabalha pela vida, homem, vê se a governas,  
Emquanto o braço é forte e estão rijas as pernas.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.



## « Le vieux monde et les deux Amériques »

(Continuado do n.º 38, p. 208)

Il y a dans les intelligences brésiliennes quelque chose de prompt, de ferme et de lucide qui les rend aptes aux mathématiques et, dans le domaine des idées générales, synthétise et cristallise leurs conceptions de façon à leur donner une valeur de formules exactes. Cela crée quelquefois de dangereux doctrinaires, dote aussi le pays d'hommes faits pour l'application immédiate, au moment voulu, des principes immuables qui régissent sa destinée. L'oeuvre législative profite de telles dispositions, comme on le voit également aux Etats-Unis d'Amérique, où l'esprit public repose sur les mêmes bases et a toujours eu à son service des hommes capables de donner à l'état de fortes assises juridiques. Il y a là un élément commun et de la plus haute importance, fait pour faciliter un rapprochement durable entre les élites qui représentent les deux sociétés, si ce n'est ces sociétés elles-mêmes. Assurément celles-ci diffèrent par les origines et le caractère aussi radicalement que possible. L'histoire même depuis la chute de l'empire brésilien n'a pas pu effacer les profondes dissemblances qui séparent encore plus que la race deux communautés dont l'une est née d'un exode religieux et l'autre d'une expédition de « conquistadors ». Ce qui, dans la première, émane d'une impulsion intime, résulte dans la seconde d'une volonté imposée.

Le Brésil s'est bien constitué lui aussi en états unis mais cette dénomination ne traduit pas une réalité historique. En effet, quand les chefs de la révolution substituèrent ces états aux anciennes



provinces de la Régence et de l'Empire qui formaient un tout homogène, ils ne firent que séparer au lieu d'unir. L'union américaine est une formation naturelle que les fondateurs de la république brésilienne voulerent prendre pour modèle, mais dont ils ne réussirent qu'à s'assimiler la forme et le régime. Et, néanmoins, ce régime exerce une influence essentielle sur d'importantes portions du territoire brésilien où il a rencontré des conditions propices de culture et de vitalité. Je n'ai qu'à citer les états de Rio de Janeiro, de St. Paul et de Minas Geraes dont l'ensemble constitue, pour ainsi dire, le coeur de la République Fédérale. De ce centre de richesse et de vie sociale procède une impulsion qui gagne les autres états dans la mesure des progrès qu'ils réalisent chacun selon ses conditions naturelles. L'isolement d'une nation d'origine et de langue portugaise au milieu des populations de sang et de cultures espagnols (j'élimine des deux côtés les métissages) lui donne une force particulière de conservation et de résistance. Elle préserve le Brésil de la désagrégation à laquelle l'autonomie des états exposait son vaste territoire. Le patriotisme y revêt un caractère spécial, il n'est ni arrogant, ni agressif, mais vigilant, voire même ombrageux. Nous venons de le voir plusieurs fois sur le qui vive. L'alarme quand il la donne se propage instantanément vers l'immense enclave portugaise qui occupe à peu près la moitié de ce continent austral qu'on pourrait sans cela appeler hispano-américain.

Cet instinct de vigilance farouche rappelle celui des indiens autochtones et doit avoir été alimenté par les croisements. Il a facilité les ententes secrètes et l'oeuvre des confraternités maçonniques et autres qui ont préparé la révolution brésilienne. Après leur victoire, les anciens conspirateurs en ont également tiré parti pour opposer une défense républicaine aux entreprises contre-révolutionnaires des impérialistes. Ces dernières en ont grandement profité en créant un danger du dedans et ont ainsi contribué dans une large mesure à donner au nouveau régime une force de cohésion de même nature que celle qui maintient l'unité nationale en présence des périls du dehors. Les républicains ont-ils été seuls à en profiter ? Non assurément, leur parti dans les dernières années de l'Empire avait fourni au pays des hommes actifs et énergiques dont l'intelligence s'était nourrie et la volonté trompée dans la sourde préparation du mouvement. Leur idéal les avait rapprochés de l'Amérique anglo-saxonne, surtout pendant l'agitation anti-esclavagiste. Le plus illustre coryphée de cette dernière, le noble et brillant Joaquim

Nabuco, mort il y a quelques années ambassadeur à Washington, avait, quoique monarchiste, recherché leur appui en même temps que celui de la société et du gouvernement américain ! Il fut plus tard le généreux serviteur de l'exil et ne se rallia à la République que lorsqu'il la vit consolidée par les forces de la nation. Comme se fit cette consolidation ? On peut le dire par la nature même des choses. Des conservateurs que les fidèles de la monarchie comptaient employer à sa restauration estimèrent que les premières choses à conserver ou à restaurer étaient la fortune publique, l'organisme national et la situation du Brésil dans le monde. C'était là le fond essentiel. On céda sur la forme. La démocratie brésilienne resta donc telle que l'avaient voulue les doctrinaires de la première heure et le Brésil s'américanisa de plus en plus à mesure qu'il devenait plus fort, plus consistant. Cette consistance s'accrut par l'accession au pouvoir des ralliés parmi lesquels se trouvaient quelques jurisconsultes de premier ordre. Il y en avait aussi, d'ailleurs, parmi les républicains de la veille. Les uns et les autres cherchèrent tout naturellement à faire du terme Etats-Unis l'expression d'une réalité concrète. Je n'hésite pas à compter parmi eux M. Ruy Barbosa. Il dut momentanément, comme avocat très recherché de l'une ou l'autre des parties dans les contestations entre états brésiliens utiliser sa profonde connaissance du droit public américain. Cette spécialité doit être soigneusement enregistrée ici puisqu'elle devint, à l'heure historique à laquelle me rapportent mes souvenirs, un de ces mobiles fortuits que le génie des peuples emploie dans les moments de crise à les orienter dans leurs voies. Le fait est que M. Choate contre lequel M. Barbosa s'était un instant dressé dans sa dignité américano-latine était une autorité de premier ordre en ce qui concerne ce droit constitutionnel des Etats-Unis d'Amérique dont les créateurs des Etats-Unidos du Brésil avaient la pierre angulaire de leur édifice. Les membres de la Conférence de la Paix ont trouvé beaucoup à s'instruire sous ce rapport, dans les discours de ce deux grands légistes. Ceux qui se sont plus à les écouter ont, dès ce moment là, perçu, à travers leur antagonisme apparent, des attaches cachées profondes entre les deux puissances qu'ils personnifiaient. Un moment vint où non seulement elles devinrent visibles mais encore où l'homme d'état brésilien tint lui-même à les faire apparaître. Il faut dire qu'il avait obtenu satisfaction de la part de son puissant antagoniste. Un jour, M. Choate, s'approchant de M. Ruy Barbosa, lui avait dit avec

une spontanéité et une soudaineté tout américaines « On s'est trompé sur l'importance de votre pays, Je le reconnais, et si, vous voulez, je proposerai à la Commission de le ranger parmi les grandes puissances. » Ce fut pour le champion du Brésil un de ces moments où le génie d'un homme politique donne toute sa mesure.

L'inspiration qui dicta à M. Barbosa une réponse immédiate à une proposition faite pour le prendre au dépourvu tint, on peut le dire à son patriotisme même, qui lui révéla en un instant la situation de sa patrie, ses intérêts, sa mission. Il refusa. Pourquoi? Parce que le rôle du Brésil était de grouper autour de lui les forces du Continent sud-américain, d'en former un faisceau et de leur assurer leur place dans le monde. S'ériger en grande puissance aurait réveillé aussitôt des jalousies et des rivalités qui un instant s'étaient effacées devant un danger commun. C'eût été renoncer à se faire le porte-étendard d'une cause générale dont le Brésil était tout d'un coup devenu le représentant reconnu. M. Ruy Barbosa prit donc à cette occasion l'attitude modeste dont il savait se départir à d'autres moments. Il expliqua à M. Choate les mobiles de justice et de confraternité qui l'avaient fait agir et auxquels il tenait à sa démarche. Il la considéra ostensiblement comme dictée par le sentiment d'une fraternité plus vaste, s'étendant aux deux continents de l'Amérique et, quelques jours après, inspiré par son imagination méridionale, il voulut symboliser le rapprochement en une image frappante. Dans un banquet panaméricain, où l'ambassadeur des Etats-Unis avait la première place autour d'une table dont la décoration fleurie représentait les deux Amériques, il célébra leur union, il voulut même qu'elle fut fêtée devant témoin et un journaliste européen de grande marque, William Stead, fut invité à la fête.

Le moment où celle-ci eut lieu lui donnait un caractère démonstratif rentrant dans l'aspect général que revêtait alors la Conférence de la Paix. Jamais elle n'avait moins justifié ce nom. Quelques jours auparavant on avait vu dans une de ces réunions publiques qui n'étaient d'ordinaire que des cérémonies réglées d'avance, un spectacle destiné, sans aucun doute, à faire impression sur la galerie, remplie en grande partie par les représentants de la presse. Un délégué britannique, sir Ernest Gatow, homme doux, paisible, un peu valétudinaire, avait dans un discours très mesuré, célébré l'accord heureusement établi entre les puissances en vue de limiter les procédés inhumains de la guerre sur mer. Il avait fait valoir à cet égard les sentiments qui animaient son pays. C'était une de ces manifestations qui

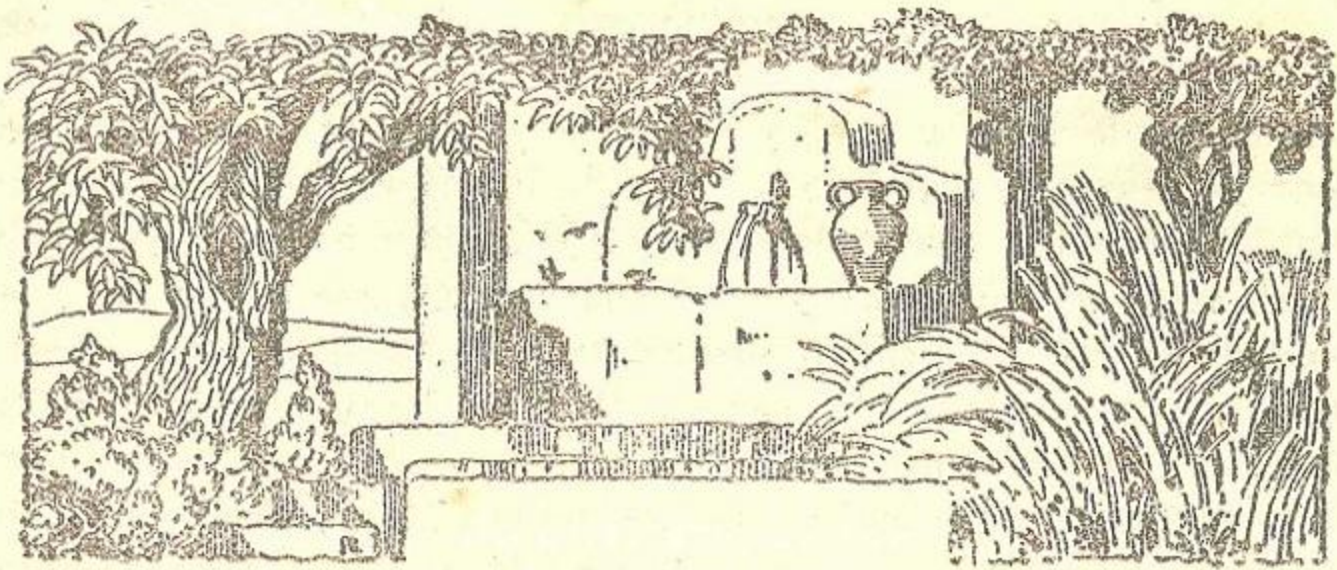
accompagnaient d'ordinaire l'enregistrement des résultats acquis. Tout d'un coup on vit se dresser la puissante stature du premier délégué d'Allemagne, M. Marschall de Bieberstein. Le visage injecté il se tourna vers la face longue et pâle de Sir Ernest, ses yeux semblaient le foudroyer et, d'un ton provocant, le poing sur son pupitre, il lança ces paroles qui retentirent dans la salle destinée à des effusions humanitaires. «Je ne permets pas qu'une puissance quelconque s'arroge le monopole de l'humanitarisme. L'Allemagne en connaît les devoirs aussi bien qu'une autre. Elle saura à l'occasion défendre elle-même les droits dont quelques uns voudraient se faire les gardiens exclusifs». Il se rassit, l'assemblée resta un instant muette, plus embarrassée qu'interdite. Sur le tout planait une sorte de ridicule, qui atteint les manifestations de la mégalomanie allemande même quand elles font horreur. Ce même ridicule que les théologiens attachent aux œuvres les plus noires de l'esprit malin. Personne certes ne prévoyait alors les forfaits de l'Allemagne et ne saisissait toute la portée de l'hypocrisie effrontée, si j'ose m'exprimer ainsi, dont le spectacle était donné par le grand défenseur de la Turquie assassinée. On ne comprenait pas non plus pourquoi cette scène imprévue venait s'ajouter à l'action paralysante que M. de Marschall exerçait sur les travaux de la Conférence, en tant qu'ils se rapportaient aux principes de l'arbitrage. Mais ce qui n'apparaissait pas clairement aux regards se dessinait dans le fond de quelques consciences. Il est certain que de l'ensemble d'une attitude comme celle du représentant de l'Allemagne se dégagait une force contre laquelle d'autres forces commençaient à se dresser et qu'un conflit était là en germe, inévitable, quoique encore indéterminé dans sa forme et dans son étendue. Ce qui est certain c'est que, des ce moment, la taille de lutteur de M. Choate se dressait en face de la carrure formidable du baron de Marschall, et, quand vint le moment où la question de l'arbitrage dut se décider en Congrès, la dernière bataille fut un duel oratoire entre ces deux hommes en qui s'incarnaient deux principes en lutte.

A cette discussion finale M. Ruy Barbosa ne prit part que par quelques déclarations d'une sobriété ferme et élégante de jurisconsulte latin. Il affirma sa position dans la phalange des bons esprits qui constituaient une garde d'honneur autour de l'arche où se trouvait déposé jusqu'à des temps meilleurs, le grand projet dont la réalisation s'était heurtée à la volonté ennemie de l'empire allemand. Désormais il existait un lien indissoluble entre les deux Amériques et ce lien avait été formé en Europe et par l'Europe. Peut-être les deux

jouteurs de la veille avaient-ils obéi l'un et l'autre à des ordres lointains. Audessus de la mêlée le baron de Rio Branco embrassait d'un coup d'oeil tout le champ de bataille à Washington. M. Roosevelt le voyait aussi de son regard lucide. Deux hommes que j'avais vus l'année auparavant au congrès panaméricain de Rio de Janeiro personnifier chacun le génie de sa race M. Elihu Root, secrétaire d'état américain, et Joaquim Nabuco, ambassadeur du Brésil aux États-Unis, alors en congé en Europe, ce dernier était informé de ce qui se passait à La Haye et en avait instruit M. Root. Ils étaient entendus par cablogrammes pour faire imposer aux représentants de leur gouvernement les vues communes de ces derniers.

De tout cet Olympe transatlantique était descendu sur le terrain de lutte le courant d'apaisement et de concorde dont nous venons de voir les effets. Ils ne cessèrent pas d'agir par la suite et cette action s'étendit sur les autres grands facteurs de la politique panaméricaine. Si j'ai spécialement suivi celle du Brésil dans ce sens c'est que nous l'avons vu, elle s'est, à un moment donné, imposée à toute l'évolution de l'Amérique latine et l'a déterminée à associer, non sous le coup d'une contrainte, mais, au contraire, après avoir hautement affirmé son indépendance, au mouvement fatidique qui entraîne les deux Amériques dans l'orbite d'un monde intégral ou... Vieux Monde et Nouveau Monde uniront, après les avoir cultivées chacun selon sa nature, toutes les forces de vie nécessaires au développement de l'espèce.

M. PRÓZOR.



## “Utopias,, sociais

### SENTIMENTO E IDEA

Em todos os tempos e em todos os ramos da actividade, a humanidade tem sido acusada de utopista. Foram e são sempre consideradas utopias as mais belas e arrojadas concepções humanas. Muitas das conquistas da sciência não deixaram de passar pela fase de serem julgadas um produto de fantasia «de cérebros que não possuem a proporção das coisas» de «desequilibrados, sem prática da vida.» Foi com um sorriso escarninho que se recebeu a teoria do «mais pesado que o ar» para a solução do problema da navegação aérea... E se tem havido destas e doutras «utopias» nas sciências matemáticas, físicas, químicas, biológicas e psíquicas, maior é o número no âmbito da Sociologia. Mercê da *qualidade* dos fenómenos sociais, em que os individuos não são mēros observadores, espectadores, mas também agentes e actores, em que elles têm *interêsse material*, em que uma parcialidade egocêntrica sobreleva a imparcialidade do julgamento, e perturba a clareza e justeza da percepção e da concepção, — as soluções dos problemas são sempre tidas pelos que podem ser prejudicados como «utopias» às quais muitas vezes não tem faltado o ridículo.

Mas ainda que Tomás More, com a sua *Utopia*, Bacon, com a sua *Nova Atlântida*, Harrington, com a sua *Oceana*, Campanela, com a *Cidade do Sol*, sejam dos séculos 16 e 17, — o que é certo, o que é um facto é que a humanidade tem corrido sempre atraz de utopias... pelas quais as multidões se apaixonam intuitivamente, e as minorias esclarecidas lutam convertendo-as em ideais. E assim muitas das «grandes utopias» têm-se transformado, não raramente,

em *realidades*, atravez da vertiginosa carreira da progressiva evolução da sempre insatisfeita humanidade. A natureza perfectivel do ser humano prova-se, vendo-o atravez das suas utopias, dos seus ideais.

\*

A *grande guerra* que acaba de ensanguentar o mundo (e que ainda o ensanguenta apesar de *decretada* a paz) — transformou em factos muitas «utopias», ou, pelo menos, admitiu-as e reconheceu-as como possibilidades, como necessidades.

O princípio das nacionalidades preconizado *durante* a guerra pela *Entente*; a internacionalização de territórios, de faixas de territórios neutrais, a constituição de govêrnos internacionais, de tribunais internacionais, duma legislação internacional do trabalho; duma sociedade de nações; a igualdade social dos sexos,—foram velhas aspirações que por várias vezes ocuparam os pensadores e os congressos socialistas e que os govêrnos conservadores apodaram de «utopias».

Há anos, no discurso de abertura do 11.º ano da existência da Universidade Nova, de Bruxelas, o sociólogo Guilherme de Greef declarava terminada a era das nacionalidades e que se começava a «era das internacionalidades» da mundalidade.

«A um novo Estado, dizia o sábio reitor, são necessarias instituições novas, um direito novo, a internacionalidade de facto existente com todas as suas relações que estabeleceu deve aperfeiçoar-se organicamente. Por exemplo: porque não terá o seu dominio o Estado internacional? Sob êste aspecto não deveriam os «expressos» internacionais ser administrados por direcções internacionais abrangendo uma zona de território dos dois lados de cada linha? A neutralidade já concedida ao canal de Suês não deveria ser alargada a todas as vias de comunicação internacionais? Exemplos: a grande estrada muito mais natural do que histórica ou artificial, que vai do mar do Norte, pela Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Lorena, Alsacia, Suíça e Italia, até Brindes e que se prolonga pelo Mediterrâneo e pelo canal de Suês; a grande estrada do Báltico que pelo longo corredor da Polonia, Austria, Hungria, países balcânicos termina em Constantinopla e que liga a Europa a Asia. O «transiberiano» com as suas extremidades ocidentais e orientais e as zonas próximas não deveria também ser neutralizado? Chamo a vossa atenção para es-

tas formas superiores do colectivismo que vão surgir no dominio da propriedade e da soberania. Porque não poderemos ter acima das moedas nacionais, um banco internacional de valores? Os congressos internacionais de toda a espécie, que, excepcionais e irregulares, se tornaram a pouco e pouco periódicos e regulares, conforme a evolução da maioria das nossas instituições, não são um indicio de que êstes órgãos devem tornar-se permanentes?»

E a propósito da Universidade Nova, acrescenta :

«Dos 87 professores regulares do nosso Instituto de Altos Estudos, incluindo a Escola das Ciências Sociais, 27 são estrangeiros, ou para dizer melhor, representam na nossa internacionalidade científica, as contribuições ideais, que, fundidas com as nossas, constituem um dos aspectos da sociedade *maior*; a qual não será nem a *maior* Inglaterra, nem a *maior* Alemanha, nem a *maior* França, nem a *maior* Bélgica, mas uma *sociedade das sociedades*, uma humanidade engrandecida.»

Quantos ignorantes e misoneistas nãa se riram desdenhosos desta «ingenuidade» do sábio belga!

Na conferência nacional operária promovida pela União Operária Nacional e realizada em Lisboa em Abril de 1917 foi apresentada, entre outras, a seguinte conclusão: «Todos os territórios de estratégia e de hegemonia económica que podem servir de motivo a futuras lutas, devem ser declarados neutrais, criando-se nêles zonas internacionis à semelhança do canal de Suês. E assim: estabelecer uma faixa neutra entre o mar do Norte e o golfo Pérsico, pelo centro da Europa e península balcânica, aos vales do Tigre e do Eufrates. Tornar internacionais e neutras as linhas ferreas transcontinentais.

E esta tése que nem mereceu a menor referência do lado dos Conservadores e foi considerada «ingénua» por grande maioria dos próprios operários, ei-la preconizada em parte no tratado da Paz, com a clausula da internacionalização do Danubio!

Tanto a «grande guerra» como todos os eventos que se desenvolveram durante ela e as suas conseqüências foram previstos há umas duas ou mais dezenas de anos, pelo menos, por... fantasistas, por «utopistas». Ainda F. Delaisi, no n.º 76, de *La Vie Ouvrière*, de 20 de Novembro de 1912, pag. 267 e seguintes vaticinava a actual guerra, indicando precisamente todos os acontecimentos que se têm dado.



E não é certo que os livros, as revistas, os folhetos de ciência social afirmaram sempre que, após uma conflagração europeia, viria uma revolução social em que a classe proletária exigiria a satisfação da totalidade ou de parte das suas reivindicações?

Porque nos surpreendem então os factos de que estamos sendo espectadores e actores? Porque os julgávamos meras utopias?...

\*

Estas utopias estão, porém, longe de ter uma realização perfeita, integral, na pureza e honestidade com que foram concebidas, quer por simples pensadores, quer por autênticos sábios. Embora consagradas *legalmente*, admitidas em princípio, e aceitas, na sua essência como possibilidades e até mesmo como factos consumados, muitas dessas utopias foram e são disvirtuadas, deturpadas não só por aquêles que não as admitiam como verdades, mas também por quem as defendia e lutava por elas.

Por inconsciência, inferioridade mental ou ignorância, a verdade dum utopia, dum ideal nunca é apreciada no seu todo, no seu conjunto, na pureza dos seus intuitos e aspirações e *desinteressadamente*. A maioria, seja dos que hostilizam, seja dos que defendem, *nunca vê bem* a complexidade dum ideal, o que êle pretende realizar tanto na sua parte destruidora, como na sua parte construtora. Os múltiplos aspectos que êsse ideal apresenta aos cérebros esciarecidos que o conceberam e o *viram* como correspondendo a uma necessidade científica, a uma verdade futura; a uma previsão, escapa à grande maioria.

E uns e outros atacam-no ou defendem-no, não porque o compreendam, não porque estejam de posse de todas as minucias, de todas as aspirações e condições em que êsse ideal deve realizar-se para satisfazer a necessidade a que corresponde. Combatem-no ou preconizam-no por mero espírito de classe, por simples preconceito, por cómodo conservantismo ou por insofrida revolta, enfim, por um sentimento, por intuição, mas raramente, por êle lhes corresponder a ideas. Para a maioria uma utopia, um ideal *é um mal* ou *um bem* apenas; escapa-lhe, se também *é uma mentira* ou *uma verdade*.

Não é, pois, para admirar que as utopias, os ideais, quando chegam a realizar-se, não tenham aquela integridade, não possuam áquella genuína interpretação que seria para desejar e corresponderia aos intuitos dos que os geraram e os defenderam não só como *um bem* mas também como *uma verdade*, isto é, como uma *verdade boa e*

*bela*. Não é também para admirar que muitos ideais postos em prática estejam longe e em contradição com o que pretendiam realizar os que os tinham architectado e concebido. O que foi posto em prática foi a *palavra* por que era conhecido ou nomeado um ideal, mas os factos, os elementos e as condições que formavam o seu conteúdo e constituíam a sua verdade, tudo isso desapareceu, foi iludido, deturpado, e, quiçá, invertido. Assim sucede na maioria dos casos, em que só impera o sentimento, em vez de o Sentimento se conjugar e subordinar à Idea. Quando êsse sentimento é apenas de defesa de interesses materiais, os indivíduos são incapazes de ver a Verdade, de proceder com Moralidade, de actuar imparcialmente com Justiça, de a compreender. E um ideal que tiver por base esta nova trindade só poderá realizar-se quando os sentimentos estejam sublimados pela Idea. Já Guyau o disse: «aquele que não procede como pensa pensa incompletamente.»

\*

A questão social que nós consideramos como um problema fundamentalmente económico — como aliás são mais ou menos todos os problemas sociais — e que se traduz ostensivamente na luta de classes, não tem, nem terá, porêem, a sua solução no campo exclusivista do materialismo económico. As conquistas ou melhorias económicas que sucessiva ou alternadamente as classes têm vindo alcançando apenas deslocam ou protelam a questão, sómente traduzem, numa oporriuna adaptação, as metamorfoses do *devenir* social.

No momento histórico que atravessamos ela atingiu paroxística intensidade. Todos pretendem aproveitar-se dêste período de comoções sociais profundas e excepcionais para alcançar melhor posição, para ganhar, lucrar o mais possível na transição histórica, na convulsão social em que nos agitamos, nesta «crise de mudança de idade», de fácil sugestão por que passa a humanidade. Todos se esforçam pela própria salvação, não poupando meios traiçoeiros e desleais, comtanto que alcancem uma hegemonia, ainda que grosseira; um predomínio, ainda que violento; uma vitória em que a fôrça duma classe suplantar a do direito da outra.

Os campos extremam-se; a luta encarna-se; agravam-se os ódios, aviltam-se as paixões — entre os interesses materiais das classes, entre os sentimentos da própria conservação e de revolta, entre a defesa do bem-estar duns e o insofrido mal-estar doutros; entre o

espírito misoneista duns e a intuição neófila doutros. E nesta tremenda pugna todos se movem por sentimentos.

Observando bem e avaliando as causas determinantes, os estados de consciencia que condicionam os procedimentos, as acções individuais e colectivas, — não há, afinal, no rigoroso significado dos termos, luta de *ideas*.

Declaram que lutam por um *Ideál*, mas apenas procuram alcançar um *fim*. Na melhor das intenções, de boa fé, confundem *fins* e *ideais*. Julgam sinceramente que fazem a defeza dum *ideal*, mas degladiam-se sómente por um *fim*. Enganam-se a si próprios, afirmando que defendem uma *idea*, que são os guardas da pureza dos princípios, — princípios que incoerentemente desprezam na obsessão de alcançar o *fim*, cüste o que custar.

Ideal é um conjunto solidário e convergente de princípios e de ideas, cuja realização se impõe ao nosso cérebro como correspondendo a verdades, a aspirações de *perfectibilidade da especie*. Tem character objectivo e altruista. Para que se efective e produza os saltares efeitos que há a esperar dêle, é indispensável que todos os seus elementos se conjuguem e existam concomitantemente na devida proporção e é forçoso que se *crie* integralmente o condicionamento mesológico em que há de desenvolver-se, firmar-se e converter-se em realidade. Fim é uma aspiração transitória e simplista, *respeitando apenas ao indivíduo*, que pode alcançá-lo sem a necessidade de que outros factos se dêem ao mesmo tempo. Tem character subjectivo e igoista.

A classe, até ao presente, predominante, com uma mentalidade obscurecida pelo preconceito da hierarquia social, embriagada pelo usufruto da riqueza, enturpecida pelo goso de mandar, não apreende o ideal que aparece acima da questão social. Tem apenas o presentimento de que é contrário à organização actual da sociedade.

A multidão proletária revolta-se pela desigualdade social em que é considerada. Intuitivamente presente que lhe fazem pungente injustiça. E, como das desigualdades sociais as que mais ferem a sua sensibilidade inculta são as materiais, ela luta quasi exclusivamente no campo económico, naquêle em que as paixões mais viciam a clareza das ideas.

A propaganda adulatora dessas paixões, quer no ataque, quer na defeza, apenas faz prosélitos em que não pode haver confiança na acção, nem convicções que levam à lialdade e à coerência, nem prestígio pelas intenções desinteressadas e pelos meios honestos em-

pregados. São partidários que desacreditam os mais belos ideais que falseiam as mais belas verdades.

Ideais assim deturpados tornam-se então o contrário do que, por definição, deviam ser: vêmo-los, tristemente, unilaterais, incompletos, incoerentes, tumultuários, igoistas, injustos e imorais. A deslialdade prepondera; a traição é a regra.

E onde não há a lialdade nos processos, o dever rigorosamente cumprido, o pudôr da rectidão, a honestidade da coerencia e o amor pela verdade e justiça — falece o direito, o prestígio indispensavel para que os outros, adversários ou não, nos façam justiça nos outorguem e nos reconheçam os direitos a que temos jus.

A lei principal que preside aos fenómenos sociais é a da solidariedade. A quebra dum fio dessa teia promove dissociação, dissolução e luta. A quebra de lialdade e de honestidade — fios essenciais que formam a teia social — cria adversários, — adversários sem respeito, sem consideração mútua, levando-os, num progressivo aviltamento de processos, à mais desprezível estratégia, aos actos mais incoerentes com os ideais que pretendem pôr em prática.

Salvo uma reduzidissima minoria esclarecida, os demais não lutam por ideais filosófico-sociais, por ideais que só daqui a muitos anos, após algumas gerações, é que poderão ter realidade.

A grande maioria só pensa no presente. só quer *ideais rializáveis desde já*. E isto para ela gozar, saborear egoistamente *todos* os seus frutos. Quando muito, lutam pelo futuro dos seus filhos... *Ideais* longínquos, *ideais* que necessitam de desinterêsse material e exigem amor pela espécie, em vez de pelo indivíduo, ideais que exigem para a sua perfeita realização que a Idea suplante, corrija e eduque o Sentimento — dêsses idiais não cogita ela. E êsses só podem realizar-se quando a Educação fôr um facto, quando a Educação sature a Instrução, quando a Intellectualidade impere sôbre a Sentimentalidade.

A solução está, pois, na Educação e... só na Educação.

Aquele que animado pelo Ideal só possui uma paixão, a paixão de fazer da Terra o imperio da Verdade, de a espalhar sem distincção de classes, aquele que tomar para si o apostulado da Verdade, da Verdade honesta e justa, contribuirá muito mais para o bem de todos os que sofrem do que aqueles que lisongeiam as paixões dessas classes, mantendo-as na cegueira mental, na perturbação e confusão das ideias e no imperio dum sentimentalismo doentio.

Só pelas gerações futuras bem educadas, integralmente educadas,

é que podemos conseguir uma humanidade que só se determine por ideas, em que a Idea corra pelo seu corpo como o sangue pelas suas artérias e veias, em que a Idea intelectualize os sentimentos e as paixões. Só então haverá uma humanidade capaz de Verdade, de Moral e de Justiça. Levará tempo, mas a senda é sólida.

ADOLFO LIMA.



NOS PROXIMOS NÚMEROS, COLABORAÇÃO DE

Gina Lombroso, Louis Vauxcelles, Faure-Biguet, António Arroio, Augusto Gil, Afrânio Peixoto, Tristão de Atalde, Bento Carqueja, João de Lebre e Lima, Aquilino Ribeiro, Adolfo Lima, Virgínia Victorino, Nunes Claro, Francis de Miomandre, Joachim Gasquet, Mélot du Dy, Carlos Magalhães de Azeredo; professores Abel de Andrade e Caeiro da Mata, Viviani, etc., etc.



## Revista do Mês

### PORTUGAL, O BRASIL E AS COLONIAS PORTUGUESAS

Num admirável artigo sôbre Angola, publicado em *O Século*, edição da noite, de 22 de Agosto, o nosso querido e ilustre colaborador Joaquim Manso, condenando o desprezo a que temos votado as nossas colónias, exclama cominatóriamente: *Não pensemos tanto no Brasil!* . . .

Sou o primeiro a reconhecer e a louvar o espírito patriótico e a nobre intenção que inspiram as palavras de Joaquim Manso. Mas, deixando mesmo de lado as objecções, aliás fáceis, que se podem opôr à sua idéa de que *pensamos demais no Brasil*, permito-me discordar do significado que parece ter o conselho que êle nos dá.

Penso, com efeito, que o desenvolvimento das nossas colónias só tem a lucrar com a aproximação luso-brasileira. E que a formula a empregar quando se trate de despertar a iniciativa portuguesa para o progresso económico do país, não é bem a de Joaquim Manso, *Não pensemos tanto no Brasil*; mas, sim: *pensemos, simultaneamente, nas colónias e no Brasil*.

E porquê? Vou tentar explica-lo, em brevissimas palavras:

Numa recente *interview* concedida pelo Sr. Freire de Andrade a *João do Rio*, *interview* publicada em *O País*, do Rio de Janeiro e reproduzida em jornais portuguezes — declarou o eminente estadista que a aproximação económica entre os dois países só poderia ser útil a ambos. Na questão do cacau, por exemplo. O cacau português e o cacau brasileiro constituem 50 % da produção mundial do cacau: — Portugal e Brasil poderiam, portanto, *juntos*, dominar o mercado fixando o preço desse produto. São obvias as vantagens que de aí adviriam para a riqueza das duas nações.

Ora — não se applicará este raciocínio aos outros produtos comuns das nossas colónias e do Brasil, — sobretudo pelo que diz respeito a Angola, onde o café e a borracha, pelo menos, são tão suscetíveis de alcançar a cifra de produção que atingem na grande República fraterna? Atrevo-me a supôr que a resposta será afirmativa.

Nestes termos, Portugal e as suas colónias não têm senão a ganhar com o maior estreitamento de relações luso-brasileiras, que há certo tempo começa a preocupar os nossos polítics e para o qual supponho terem sido lançadas bases sérias em Paris, entre as delegações dos dois govêrnos à conferência da Pás.

Ambas as preocupações, de resto, — a do desenvolvimento das nossas colónias, e a da aproximação com o Brasil (que por mil outras razões se pode defen-

der!...) — são dignas dos bons estadistas portugueses. Elas só demonstram um esclarecido amor da Pátria — e provam que entre nós se compreende, enfim, o direito que nos pertence a um valioso quinhão no domínio do Atlântico Sul, domínio com que só poderemos vantajosamente participar na plena comunhão de interesses com o Brasil.

Enganar-me-hei? Será isto apenas uma visão de poeta? Que Joaquim Manso me perdoe então.

E que veja, na minha pequena discordancia, unicamente o resultado da atenção e do carinho que me merecem as suas ideas, que há muito me habituei a respeitar e a meditar.

JOÃO DE BARROS.

### SOBRE UM PROGRAMA DE EXPANSÃO ECONÓMICA

O telégrafo trouxe a noticia do alarme produzido nos meios políticos e comerciais ingleses pela denuncia do novo plano de política económica internacional que a Alemanha se propõe executar. O *Daily Mail*, comentando esse plano, fê-lo no propósito evidente de para êle chamar a atenção do seu govêrno; e tanto como a dêste para êle é preciso chamar a atenção dos governos dos países latinos em situação de maior desvantagem, ante o programa alemão, do que a forte organização internacional do comércio inglês.

As lutas da concorrência começaram em toda a parte e não há dúvida de que se entrou numa fase de materialismo extreme, com o comércio por norte, por principio, por obsessão. Melhor do que ninguém o sente o povo alemão que antes da guerra havia já tido a intuição da verdadeira vitória económica que ao certo conseguiria se não fôra a loucura militar que dêle se apossou. Em bases inteiramente novas buscam os povos filiar os seus gestos futuros todos tendentes a obter a supremacia das *matérias primas*.

E por isso a Alemanha, que já antes da guerra havia consagrado à questão da representação comercial e consular no estrangeiro a sua máxima atenção, se confessa inteiramente absorvida por esse problema cujas bases renova para obter as soluções mais perfeitas e o mais completo êxito.

Qual o programa da expansão alemã? Simples, mas concludente. Partindo de novas regras de moral internacional expressa num egoísmo mais pacífico, mas nem por isso menos perigoso, a Alemanha afirma que «a gratidão é quantidade desconhecida em assuntos de política estrangeira; que o sentimento não tem por forma de expressão mais do que a palavra; e que o credito e a consideração são dos fortes».

Com tais legendas de utilitarismo iniludível não é difficil supor o que será um programma de expansão económica para cuja realização a Alemanha resolveu habilidosamente abdicar de todos os pretenciosismos militares e scientificos, tão necessário é destruir a impressão de soberba e de truculência que o mundo civilizado do carácter alemão conserva. E a ardilosa política de penetração económica alemã veda aos seus agentes a exteriorização de qualquer prejuizo de distincções sociais, forçando-os a mostrarem-se homens do seu tempo «aptos para a

luta económica que se trava na arena dos povos. Essa aptidão é uma qualidade complexa que para a nova aspiração alemã depende de factores variados, interessantíssimos todos, porque a sua indicação foi feita pelas circunstâncias em cuja compreensão perfeita a Alemanha entrou. Antes de mais exige-se ao agente consular que conheça bem a língua da nação em que vai exercer a sua actividade. Mas não só a língua como a índole. E aqui surge o princípio agora estabelecido da superioridade para o exercício das funções consulares e de representação e propaganda comercial, dos homens que exerceram o comércio no estrangeiro e, tendo lá vivido, conhecem o temperamento do povo com quem entraram em contacto e sabem quais os modos de aumentar, desenvolver e aperfeiçoar o comércio com êle. A nova política diplomática, que não é mais do que a política comercial da Alemanha, antes da guerra, correcta e muito aumentada, tem a idea lúcida e nítida de que outra não permite o nosso tempo, pois afinal toda a vida internacional vai resumir-se no comércio dumas nações com as estranhas.

Pois o grande comércio como o pequeno tem dois elementos basilares: a informação e a propaganda. Ambos dependem duma actividade multiplicada e febril, que impende tanto sobre os agentes de comércio como sobre a publicidade feita através da imprensa, nacional e estrangeira.

Assim o entende a Alemanha que, por todos os meios, busca reconquistar a situação económica admirável de que a sua soberba a desviou.

Pela nossa parte, olhamos com espanto para o que os outros fazem, sem sabermos se nos conviria ou se poderíamos fazer outro tanto.

Temos um corpo consular cuja renovação não me cansarei de reclamar. Temos uma imprensa cujo sentido da publicidade se norteia pelo movimento do *güichet*. As excepções mais não fazem do que justificar a regra geral. E há quem pergunte: ¿Vamos entrar na luta económica com o que temos, ou cuidamos a sério de reformar e aumentar as unidades de combate para irmos para a luta com probabilidades de vencermos?

Ignora-se.

Fala-se vagamente numa reforma dos serviços do Ministério dos Estrangeiros. A ter de fazer-se, e ninguém o contesta, o actual titular tem sobre os outros uma cultura especial de processos de luta económica, são-lhe familiares as organizações dos serviços estrangeiros similares, podia na verdade realizar alguma cousa de novo, de práctico, de patriótico. Mas a política dar-lhe-à tempo? Em continuação dos velhos hábitos, vão realizar-se concursos para 3.<sup>os</sup> oficiais, consules de 3.<sup>a</sup> classe e 3.<sup>os</sup> secretários de legação com os mesmos moldes e exigências de antes da guerra.

Não era lógico que outra orientação houvesse já em tais concursos? ¿Porque não se procurou, apesar dos constantes adiamentos que a sua data sofreu e que nada mais pode justificar senão o desejo e a obrigação de fazer melhor e de fazer de novo?

Bem sei que em Junho dêste ano a Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares lançou, por intermédio das legações e consulados, um inquérito de carácter económico cujas bases conheço.

A iniciativa é digna de todo o aplauso, como dignos serão de aplauso os funcionários que para tal inquérito tenham a resposta conscienciosa e pronta que num estudo permanente se filia. Mas tenho muitas razões para descrever do êxito do inquérito, tão habituado estou a receber queixas e acusações contra muitos dos



nossos representantes lá fora, não já pela falta de gosto nos trabalhos que dependem do seu zelo, mas pelas faltas de exactidão nos actos que são de seu dever.

Pelo que à imprensa respeita, nota-se que há qualquer alto impulso renovador capaz senão, de lhe modificar completamente a indole, ao menos apto a criar-lhe disposição para futuros destinos. Alguns jornais entram de dedicar especial atenção e interêsse aos assuntos económicos, insistindo numa doutrinação de trabalho e de cultura, que muito útil pode ser, e, afastando-se das discussões mesquinhas da política, tão perniciosa quando trasborda dos órgãos e das funções puramente políticas para, como entre nós succede, se apossar de todos os órgãos e funções nacionais.

O que succede com a *Atlântida*, que é hoje, sem favor, o mais importante órgão da cultura latina, confirma o que acabo de declarar. Na verdade, os jornais novos sobretudo têm compreendido jubilosamente o significado do esforço da *Atlântida*, e estão-lhe dando uma simpatia que, muito nos penhorando, os honra sobremodo. E é de notar que, como a *Vitória*, a *Manhã*, o *Norte*, outros jornais há interessados em que as boas iniciativas floresçam e aptos a alargarem a propaganda e a doutrinação de todas as cousas úteis e belas de Portugal.

N. S.

20-8.

#### TEIXEIRA DE QUEIROZ (BENTO MORENO)

Morreu este grande escritor, colaborador da *Atlantida* e um dos mais altos e nobres espíritos da literatura portuguesa. A sua obra, que o fez apelar de *Baltzar portuguez*, deixou-o sempre retirado das *coteries* onde se organisa o successo fácil. Tinha uma modestia excessiva, que era apenas a consciência firme da dignidade da sua profissão. Era, por isso, um exemplo raro, no meio da turba multa de pequenas ambições e de injustificáveis vaidades que polulam nas nossas letras. Intellectualmente, pode dizer-se que viveu como um cenobita: — e nesta Lisboa vertiginosa e ofegante dos últimos tempos, só a vida de Columbano se pode comparar à sua.

Dividiu os seus livros em duas séries — *Comédia do campo* e *Comédia burguesa*, reservando para a primeira a emoção mais fina e mais ardente da sua sensibilidade. Se, no entanto, alguns romances da *Comédia burguesa* não atingem a perfeição de quasi todos os volumes da *Comédia do campo*, a sua obra, vista em conjunto, alcança o aspecto duma edificação vastissima, onde a observação aguda dos caracteres, a descrição da paisagem, a segurança do método, a nobreza da intenção, a pureza da linguagem, em que o maior escrupulo não excluia o amor pela expressão popular, tão rica e expressiva para os verdadeiros artistas, — se amalgamam sólidamente em maravilhosas proporções.

Raro é o crítico que o não tenha reconhecido. E áqueles que, mais ou menos disfarçadamente, o acusavam de ter sido prejudicado pela sua educação scientifica na feitura da sua obra, poder-se-ia responder o que Antero de Quental escreveu a propósito dum dos primeiros livros da *Comédia do campo*, o *António*

*Fogueira*, incontestável obra — prima : *é extraordinário que este volume tenha sido escrito por um medico . . .*»

A verdade é que os seus estudos positivos não fizeram senão dar mais profundidade à sua análise e impedi-lo de cair numa fácil psychologia à Bourget. É por vezes difficil apreender o significado ou o valor dos seus livros? Sem dúvida. Mas uma nova leitura mostra sempre belezas novas. E quantos são os modernos escritores portuguezes de quem se possa dizer o mesmo?

Como Georges Meredith, com quem Teixeira de Queiroz tem tantos pontos de semilhança, o grande escritor morto não obteve em vida a glória retumbante que talvez ambicionasse, porque de direito lhe pertencia. Mas o tempo mostrará um dia a sua obra com todo o brilho e com o valor excepcional que possui para a compreensão exacta da vida e da sociedade portuguesa.

A *Atlantida*, registando com dolorosa máguia esta perda nacional, promete aos seus leitores consagrar proximamente um largo estudo á obra de Teixeira de Queiroz.

R.

## Marcelino Mesquita

Já o irónico e douto Montesquieu, num sceptico bilhete ao seu amigo de Smyrna commentava que *«dés qu'un grand est mort, on s'assemble dans une mosquée, et l'on fait son oraison funébre qui est un discours à sa louange, avec lequel on serait bien embarrassé de décider au juste du mérite du défunt.* E termina por bradar misanthrópicamente que é preferivel *chorar os homens à nascença, a chorá-los por sua morte.*

Chorar os homens à nascença! . . .

Oh elegante e amavel percursor do Schopenhauerismo! Oh arguto e sceptico presidente do parlamento de Bordéus!

A vida, com efeito, no seu amontoado de torpêzas e dôres, vale em regra, bem menos que algumas lágrimas de carpideira caídas sobre um sepulcro; mas quando dêsse sepulcro um fumo de espiritualidade se evola e, serenamente, a despeito dos banais discursos *à sa louange* sobe para um céu alto de glória, as lagrimas das carpideiras valem infinitamente menos então, que as dôres sagradas do ventre que se rasgou e despedaçou para arrojarse ao turbilhão da Vida essa existência.

Marcelino Mesquita morreu há quinze dias, e quinze dias, no verso do poeta, fazem duma morte recente uma noticia já velha. Os discursos *à sa louange* que por aí se debitaram enfadonhamente, nas

colunas das gazetas, já baixaram á vala-comum do esquecimento, ao cesto dos papeis velhos das redações, ao balcão dos mercieiros para papel de embrulhos. E neste século vil de Mercantilismo e de Industrialismo, um fumo de glória que dum sepulcro se evole desde que não tenha cabimento no livro *Razão* ou no *Diário da Conta-Corrente*, é fruste sem valor que se relega, com impaciencia, ao armazem de ferros-velhos, para gôzo dalgum ratão erudito, amador de antiguidades ferrugentas.

Marcelino de Mesquita representou o teatrô portuguez contemporaneo, na aristocrática «República das Letras» do seu tempo, que foi o nosso mais fecundo, mais nobre, mais luminoso cyclo literario e artistico depois da derrocada do «Quinhentismo».

Num cenaculo de artistas e pensadores onde floresceram nomes como Camilo e Eça de Queiroz no romance, o extraordinario Fialho no conto e na crónica, Junqueiro, João de Deus, António Nobre, Gonçalves Crespo e Monsaraz na poesia, Oliveira Martins e Latino Coelho na Critica e na história, Bordalo-Pinheiro, António Ramalho e Silva-Pôrto no lapis e no pincel, António Ennes, Guilherme de Azevedo e Mariano de Carvalho no jornalismo, Ramalho-Ortigão e Silva-Pinto no panfleto, e aglutinando todos, resumindo todos, dominando todos, Principe dos Poetas do seu tempo, Pontifice dos pensadores do século, o grande, o enorme, o sôbre-humano Antero do Quental — escrevemos nós, ainda há dias, a este respeito, Marcelino Mesquita foi, por direito próprio, o Ministro plenipotenciário do Teatro, em cuja embaixada todavia se aprumavam fidalgamente o bom D. João da Camara, Rosa Damasceno, António Pedro, os Rosas, e ainda vivos, derradeiras reliquias, a grande Virginia e Eduardo Brazão.

E, no emtanto, ao passo que todos os espiritos gentis dêsse cenaculo glorioso já tiveram por morte esses discursos *à sa louange* que no dizer do sábio presidente do parlamento de Bordéus, *nos deixam bem embaraçados para decidir á justa do seu mérito*, Marcelino Mesquita, morto apenas há quinze dias, vai tombando num esquecimento vil, que depois de todos os revezes e amarguras da sua vida, constituem o mais amargo sarcasmo para a sua morte.

\*  
\* \*

Desde os esplendores sonóros e românticos de «Leonor Telles» até ao adoravel *fresco* scintilante e policromo, bonacheirão e rendilhado dos «Peraltas e Sécias», desde o transcendente e glauco pro-

blema do «Envelhecer» até às linhas puras, imarcessíveis e esculpturais da «Dôr Suprêma» e um pouco das «Almas Doentes», atravez de toda a sua obra, ora togando-se da purpura patricia dos tragicos da grande Helade, ora enroupando-se no justilho negro do divino *William*, ora despindo justilho e toga para flamejar satânico e vermelho no gibão de Mephistopheles, ou faiscar, espirituoso e galante, na casaca de sêda de Marivaux, Marcelino de Mesquita, com todos os seus esplendores e todas as suas incongruencias, com toda a sua scentêlha e todos os seus desconchavos, é sempre o mesmo *D. Cezar* desdenhoso e perdulario, corrupto e fidalgo, inconsequente, leviano, e meridional até à raiz dos cabelos, que esbanja numa perénne boémia de riso e de lágrimas, de larguezas de principe e penurias de estudante, o mais lidimo património de alma e de talento de dramaturgo que ainda em terras portuguezas tem desabrochado à luz do sol.

Por vezes atrastou na lama das platéas, por trinta dinheiros, o manto esburacado, a velha durindana, a desbotada pluma do sombreiro; — e a canalha chasqueava-o, tropeçando no seu cynismo e na sua arrogância.

Logo, porém, num arranco leonino, e apaixonado, e crente, e todo doloroso da própria emoção, se guindava até às nuvens num desses vôos arrebatados de génio que passam para além das nuvens, porque passam para além dos séculos.

.....  
 .....

E de certo da sua obra tão diversa, dissonante, e polyfacetada — quatro peças ficarão luminosas, lapidares, imaculaveis, indestructiveis: a *Dôr Suprêma*, o *Envelhecer*, os *Peraltas e Secias*, e *Leonor Teles*.

D'esta rápida visão de conjunto, feita por nós á sua obra nas colunas dum jornal, a poucos dias da sua morte, resalta, dalgum módo, aquella razão de Goethe quando diz que é apenas *trabalhando nos limites que se revêla o dedo do Mestre*.

A «Dôr Suprêma» está tão longe dos «Peraltas e Secias» como o pólo sul está do pólo norte; a «Leonor Teles» permanêce tão oposta ao «Envelhecer», como um homem do Equador, do antipoda seu semelhante. E, no emtanto, que luminosa harmonia entre êstes quatro pólos da obra marcaliniana!

O «Frei Luiz de Souza» é a tragédia portuguesa, inspirada na tradicção e nêsses dois metais de lei da alma humana — o terrôr e a

piedade. E na opinião poderosa de Oliveira Martins, o «Frei Luiz de Sousa», superior às escólas e aos géneros, dando a mão por sobre Shakspeare e Goethe a Sophocles», constitue, no limiar do seculo passado, a obra-tipo da tragedia moderna, fonte imorredoura onde todo o teatro contemporâneo há-de ir beber as suas origens e a sua aspiração imortal.

Mas a «Dôr Suprêma», inspirada segundo o proprio Marcelino, nêsses mesmos dois metais de lei — o terror e a piedade — galga na dramathurgia portuguesa sobre o proprio «Frei Luiz de Souza», e vai encontrar-se no limite, para além dos séculos, com a grandeza terrível de Eschylo, com o seu inexoravel, absoluto e exclusivo domínio da acção ao qual ajunta, pela sua propria essencia, uma especie de horror religioso que nos deixa tão sufocadamente esmagados de baixo d'elle como sôbre a revelação das próprias Causas primárias da Vida.

Na «Dor Suprêma» não ha uma intervenção de fatalidade exterior, superior à condição humana» senão a que resulta dessa mesma divina e mísera condição. E em volta dum berço vazio, e do vácuo que na existência do homem deixa sempre um berço vazio — ou seja o berço dum filho, ou seja o berço duma fortuna, ou seja o berço duma gloria — toda a tragédia se desenrola, sem gritos, nem anatemmas terríveis ao céu, sem fulgurações sinistras do inferno, sem as invocações temerosas e profundas dos grandes trágicos hamleticos.

Estatuario fidiêscio da Dor, Marcelino, sobre as grandes linhas da sua estatua téce a filigrana tenuissima dum verbo, onde apenas essa dor transparece numa expressão divinamente simples.

Nesta tragédia simples, não ha maquinações rocombatescas, nem bandidos mascarados, nem torpêzas de adulterio, «nem amores, nem paixões, nem caracteres violentos de nenhum género», nem quaesquer dêsses fatos-feitos do banal guarda-roupa de *boulevard*, aonde o dramaturgo, à míngua de melhor, na obcessão dum fremito novo para a alma humana, vai, atormentado pelo aguilhão da inédito, inchado pela ancia de original, servir-se dos figurinos mais em voga.

É a estilisação duma agonia — agonia lenta duma celula social — num desses trabalhos simultâneos de síntese e análise que fazem desta obra-prima da Dor, dêste blóco estatuario de sofrimento uma página de biologia pura, aplicada ao campo dos ensaios éthicos e sociais.

E é com as mãos pálidas e trémulas dum Prometeu — artista que o dramaturgo vai, através da natureza cega, concentrado e doloroso

buscar não o fogo celêste do mito, mas as origens mesmas da Vida, a incognita da equação terrível.

E de repente, por uma transfiguração sublime, aparéce-nos no tablado, n'um *raccourci* de tragédia shackspeareana, essa figura pallida de rei, que atravessa a historia e a vida, nevoento, frouxo, como um ser de legenda, amortalhado em carnalidade, como num manto de tréva familiar e atavico.

Eis agora a sinfonia grandiosa das paixões, orquestrada pelo demónio da Carne, n'um arroubo quasi mistico de sensualidade e volupia.

Um clarão fulvo de sol e amor, de sangue e ruinas, em crepusculo doirado, enche todo o ambiente do drama, ao fundo do qual, imóvel e esfingica, assenta no seu trono, faiscante de pedrarias como um idolo, um corpo nú de mulher irradiando a beleza pagã duma Phrinêa. E o pálido e formoso adolescente de cabelos de oiro, olhos ingênuos, lábios em flor, embrulhado na sua fatalidade como num manto de tréva, passa, pezado e mole, esboçando gestos indecisos, tartamudeando a algarviada do seu ciume e do seu amor, projetando nesse esplendor fulvo de Côrte dissoluta uma sombra de fantasma evocada dum tumulto, uma sombra de aza farpada de morcêgo que incapaz de fitar a luz se desdobra sobre a sua própria tréva.

Despida de todas as suas materialidades pezadas, de todos os seus convencionalismos grosseiros, «Leonor Teles» é, em resumo, êste pedaço de brocado sombrio, que ao dramaturgo, entretanto, devia ter merecido um outro carinho de forma e fátura.

Mas ainda como na «Dor Suprêma», apesar da diversidade dos aspectos e da própria essencia da obra, é ainda ás fontes próprias da vida, é ainda ás raízes mesmas da Natureza que êle vai desgrenhado e pálido, beber a sua inspiração primária, o seu verbo doloroso e apaixonado.

E já numa reviravolta de humor, Marcelino de Mesquita salta da tragédia pura, do drama historico, para a galanteria da comédia de costumes; e envergada a casaca de sêda, de bófes de rendas e espadim doirado, ei-lo, enamorado e galanteador, debitando madrigais e oferecendo em redor na tabaqueira de esmalte, uma das mais adoraveis e sintilantes pitadas de bom-humor, de espirito e de ironia alada que ainda nas letras pátrias, exceção feita a Eça de Queiroz, esfuziaram em linguagem portuguesa.

Sem dúvida, Marcelino de Mesquita, era incapaz, por indolência incorrigível, de respigar das crónicas coévas todos os elementos ne-

cessários, (modêlos, costumes e tintas), que lhe dessem não só o ambiente moral e político, como o próprio espirito da época, para poder compor com tanto gosto esse delicioso *frêsko* a sanguinea, dos costumes do século XVIII portugêes.

Ao dramaturgo muito deveriam ter aproveitado as paginas magistraes de Oliveira Martins, que, na sua «Historia de Portugal» publicada muito anteriormente, com tão forte colorido pintam um saráu em casa do Sr. Marquês de Marialva, pelos fins do seculo XVIII, no seu palacio de Belem, sobre o rio.

As atitudes, os trejeitos, o mundo d'idéas, os grotescos, tudo ali vem largamente debuxado, com um gôsto fidalgo d'artista. Mas essa hypothese — que não passa de méra hypothese em nada poderá deneigrir o génio dramático de Marcelino Mesquita, que justamente nas suas «Peraltas e Sécias» ganha as suas esporas d'ouro de perfeito mestre na carpintaria scenica.

Todo o trabalho técnico dos «Peraltas e Sécias», todo o largo cavername da peça, tôdas as suas figúras primaciaes lhe pertencem exclusivamente, na porção méramente humana da sua substância, independênte do tempo e do espaço. Nisso resíde o seu brio de dramaturgo.

E se é de lamentar que toda a restante composição não fôsse tambem obra exclusivamente sua, mais é de lastimar ainda, que a sua indolência, fôsse mais longe invadindo e maculando mesmo a sua própria honestidade profissional nas pequenas questões de detálhe.

É, em plêno segundo áto, quando a sinceridade de espétadôr, que até aí fôra num enlêvo crescênte pela vivacidade, brilho scintilante do diálogo, recôrte bizarro das figuras, de súbito é sacudida por um solavanco odiôso, sacrílego no caminho liso da emoção. O que fôra ?

Uma simples tirada retórica dum dos personagens, o fidalgo Guilherme de Menêses, figura primacial da comédia, que sem mais nem mênos, como vindo doutro século e do fundo doutra idéa, destrambelhadamente se põe ali a contar a origem da «Marselhêza», num estílo erudito e fogôso — só próprio dum literáto profissional.

Fôra que Marcelino Mesquita, chegado á evocação da «Marselhêza» não se dando ao trabalho de desentranhar a êsse respeito uma idéa própria, não estivéra com melas-medidas e trasladara, *ipsis verbis*, para a glote do seu personagem, a página de Lamartine que na «História dos Girondinos» conta num arrebatado vôo de romantismo púro, a génese do famoso canto patriótico de Rouget de Lisle.

Tão fórte, porêem, é a sua garra de homem de teatro nesta deli-

ciosa «Peraltas e Sécias» que, apesar deste artifício, desta cataplasma estranha, o colorido e limpídês do quadro quasi nem chegam a turvar-se aos ólhos menos desprevenidos.

E assim, obra-prima de carpintaria e de plástica teatral, os «Peraltas e Sécias» hão de constituir na literatura portugueza, mesmo fóra de restrito campo dramático, a mais linda, a mais fóрте, a mais rica téla de costumes e caratêres nacionaes.

E o que dizer agora dêsse profundo e sombrio «Envelhecer» que, marcando já o declinio dum grande espírito, é como o canto alado do cysne, que á beira do pavorôso abismo da morte, bate ainda as ázas brancas, entôa dum dolorôso hino ao Sol e á Vida?

Não cábe no estílo apressado destas linhas um profundo e demorado estudo a êsse drama, uum recôrte tão modérno e que todavía mergulha tão absorventemente na velha lenda do Doutôr Fausto, tentação etérna de poétas e dramaturgos.

Já um pouco pesádo, um pouco rétorico, um pouco vacilante na técnica da scena, o problêma váe direito ao fim, em linha réta, quasi como um teorêma de alta moral que o dramaturgo impessoalmente, à luz serêna da razão e da consciência humana, se propuzêsse resolver.

Mas as origens verdadeiras desta obra literáta traem, por todos os cantos, por todos os póros, a cada palavra, a mascara rétorica do drama intímo. E nós pressentimos que é nos recêssos do próprio ser nos domínios sombrios da própria alma que o dramaturgo penetrou, suando dôr e fél, para poder voítar á luz do sol a entoar o seu triumphal *canto de cisne*.

E desde então, pôz-se a morrer, e, para a literatura da sua patria, verdadeiramente morreu.

\* \* \*

Foi êste homem um fazedôr de dramas, um méro engenheiro de teátro, um «modesto Sardouzinho nacional para uso da Rua dos Figueiros» e suas redondêzas?

Não. Este homem foi verdadeiramente um tragico, foi heroicamente um poeta, na mais alta, na mais pura concêção da palavra — ponto de intercêssão de todas as correntes da Vida, de todas as suas grandêzas, de todas as suas misérias, de todas as suas paixões, de todas as suas belêzas.

Êle viveu, amou, gosou, sofreu a Vida, poderosamente, sôbrehumanamente, como só a pôdem vivêr, amar, gosar, sofrêr os verda-



deiros poetas. E, como as pérolas, as suas dôres sublimam-se em obras-primas.

Amê-mo-lo por isso.

E se todos nós, os que ainda amâmos a língua e a terra portugueza, não quizermos vergonhosamente sossobrar sôbre os escômbros duma Nação que foi grande, coloquemos no altar da nossa alma e no Patheon da nossa Pátria, como um dos mais vigorosos e dos mais privilegiados dos seus filhos — êste nome illustre que podia ter figurado, sem desdouro, em astro de primeira grandeza, entre os nomes mais illustres do Teátro Clássico Universal.

CARLOS SELVAGEM





RL

# CRÓNICA DA ARTE



19

## AS EXPOSIÇÕES

EXPOSIÇÃO DAS OBRAS DE LUÍS DE MIRANDA PEREIRA DE MENESES  
(VISCONDE DE MENESES) (1820 1878)

A fechar a época, já sob o calor, tivemos na Bobone a exposição das obras de Pereira de Meneses. Levada a cabo por uma inteligente devoção filial, assistida pelo dedicado conselho do ilustre director do Museu de Arte Contemporânea, pode-se-lhe antes chamar exumação ou ressurgimento, pois o nome dêsse rico amador de fartos recursos estava por completo esquecido em alguns velhos catálogos, não figurando no Museu senão com um pequeno quadro insufficiente para o destacar.

O rasgo da Senhora D. Elisa de Meneses, oferecendo ao Estado a mais importante das obras de seu pai, é daqueles que todos devem agradecer. Noutro meio, o *Retrato da Viscondessa de Meneses* talvez não marcasse uma época. Dentro da pintura portuguesa, tão pobre em elegâncias, êsse estrangeirado retrato, em que convêm ter em conta a distinção romântica do modelo, impõe-se com realce. Um pouco frio talvez, dessa nórdica frieza que o auto-retrato do artista amplamente explica com a sua ruiva máscara de tudesco, tem pormenores admiráveis de tom e de feitura. As roupagens são, sem dúvida, superiores à carnção, e o pintor deu melhor a moda do tempo do que a alma da retratada, reduzida ali a uma maravilha de futilidade, cuja ambição se cifrasse na linha impecável do seu figurino: uma *leoa* à moda de França, uma linda *évaporée*, que se hesita em saudar com versos de Musset ou versos de Bulhão Pato.

No fundo nevoeiro de Sintra, alegrado por um vaso onde a hera se pendura sobre a balaustrada, de branco, com um belo chale de Cachemira vermelho dsecaindo até arrastar e é o mais notável do retrato êsse chale — a elegante figura tem pérolas ao pescoço, e nos cabelos apartados, bem como, na cinta esguia de então, camélias brancas e vermelhas: «flor dos bailes, sem perfume, — fala Garrett — imagem da mulher da moda, fria, egofsta, como a sociedade».

Um nome surge ao primeiro relancear do quadro, é o nome dum alemão, o de Winterhalter, pintor de Eugénia de Montijo, entre cujas vaporosas damas nada desmereceria, com o seu balão rodado, o vulto insinuante desta titular de Portugal.

Desconheço a genealogia de Pereira de Meneses. Há nele, porém, acentuados ressaibos germânicos, difíceis de compreender só pela simpatia e pela influência dum dos seus mestres, o alemão Overbeck, um dos «nazarenos».

É certo que, entre as cópias expostas, nem uma só vem da Alemanha. Predominam as dos venezianos, Veronese, muito curiosa a do n.º 30, Ticiano, Tintoretto, Carpaccio, Palma Vecchio. Há duas de Rembrandt, uma de Van-Dyck, e outras duas que devem ter suggestionado vivamente êsse artista por demais influenciável, a do Bossuet por Hyacinthe Rigaud e o Jorge IV de Lawrence. Não menos certo é que a vazia maneira germânica, toda exterioridade e virtuosismo, transparece quási sempre, mesmo quando, como no inacabado n.º 10, *Retrato duma filha do pintor*, a sua derradeira obra, êle procura aproximar-se mais dos ingleses, cuja severa finura mal chega a arremedar.

Precisamente, é dum inglês, Mr. King, o retrato mais sóbrio, mais vigoroso e mais natural que nos deixou. O Museu adquiriu-o, e vai ser dos que lhe enriquecem o catálogo. Menos espectacular do que o grande retrato da espôsa, êsse n.º 20 assinala um bom momento na arte do vulgar *Cristo em Emaúz* e do convencionalíssimo n.º 3, *Salvatore Rosa entre os bandidos da Calábria*.

Não se ligam por um grande parentesco os diversos trabalhos dêste autor, a quem, para ser um grande pintor, faltaram sérios requisitos. Antes doutro qualquer, um cunho próprio, a marca dum temperamento pessoal, uma maior individualidade com que resistisse a alheias influências, fixando-se num modo seu, que muito em vão se tentará surpreender na interessante exposição das suas obras: tentativa bem louvável, a que, logicamente, outras se deviam suceder, que nos trouxessem ou refrescassem o conhecimento do que foi a esquecida pintura portuguesa na primeira metade do século passado.

Vista a dificuldade de olhar o muito que por aí anda disperso, só com êsses transitórios agrupamentos se poderia começar a instaurar o processo crítico dos artistas de ante-ontem, que convêm tratar com o máximo carinho, mas sem entusiasmos arqueológicos, apaixonadamente deformadores do seu valor artístico, nem descabidos propósitos de retrogradar ao tempo dêles.

MANOEL DE SOUSA PINTO.





*LETICIA* por PAULO DE GADERNIA, edição da Portugal-Brasil Limitada — Lisboa

Este romance é uma historia de sensações contada por um escritor que tem da vida uma alta lição epicurista. Lê-se com agrado, certas passagens com verdadeiro encanto.

Sendo o amor o sentimento que nele se efabula, não deixa a impressão monotonada duma sucessão de efeitos, derivados do mesmo tema: varia-se em motivos, em digressões felizes, paradoxos e moralidades que se prendem uns aos outros como os ramos duma árvore ao mesmo tronco. Paulo de Gardenia liga, por um acôrdo feliz, as suas notas de viajante inteligente e culto com a sua alma de brasileiro que sabe trabalhar a prosa comedidamente, sem redundancias nem estilizações forçadas.

*Leticia*, a mulher em cujos labios a ilusão dos beijos se torna melodia, não é a criatura vulgar que a arte dos galanteios junte à escravidão das efemerassensualidades. Há nela alguma cousa do eterno feminino. Por isso a sua lembrança não passa da memória. Faz-se saudade, recordação dolorosa, erguendo o desejo quasi até a expiação. Na rapida transição das cousas, ela fica, como essas estrelas que entre miriades, logo ao anoitecer, os nossos olhos procuram no céu, para tirar vaticinios.

*O AMOR NA BASE DO C. E. P.* por ALEXANDRE MALHEIRO,  
edição da Renasença Portuguesa — Porto

Trata-se duma peça em trez atos que o seu autor escreveu para ser representada por officiaes portuguezes, prisioneiros de guerra, no acampamento de Breesen e que por isso tem qualquer cousa de militar.

Literariamente faz-nos pensar noutro livro de Alexandre Malheiro — *De Flandres ao Hanover e Mecklemburgo* que lemos como bom incitamento aos nossos estudos da historia da guerra. O que é incontestável é que *O Amor na Base do C. E. P.* também se podia converter num livro de viagens.

*SEMEADOR* por CELSO VIEIRA, edição da Portugal-Brasil Limitada — Lisboa

E' este o primeiro livro de Celso Vieira que lemos e desejariamos percorrer lentamente, saborosamente, toda a sua obra, para lhe conhecermos as rotas da sensibilidade e do pensamento.

O *Semeador* mostra-nos um escritor que julga o seu tempo, as ideas que o informam e os factos que o espectacularisam, com um largo senso critico em que o temperamento do moralista encontra fecundo campo para exercer-se, dando-nos às

vezes, numa simples apreciação ou juízo, uma síntese perfeita da significação momentânea dos sucessos.

Apesar de vivermos numa época em que o jornalismo, galopando pelos dias fóra, como um cavalo pelo meio duma seára bemdita, não se preocupa com a razão humana ou divina que harmonisa o mundo e os povos, Celso Vieira, fazendo contra-corrente, não se deixa levar ao acaso, porque reage pela ironia, pela reflexão, pelo conceito e pelo bom-senso contra os turvadores da límpida água em que se lustra o espírito.

*CARTAS DE MULHER* por IRACEMA, edição da Portugal-Brasil Limitada — Lisboa

Quem será Iracema, nas letras brasileiras? Eis um pseudonimo que nos intriga, porque se nos afigura, uma ou outra vez, que um homem transparece nas suas ligeiras e amáveis crônicas.

Será que Iracema—mulher—goste de lançar os seus períodos masculinamente, como quem atira uma seta, ou que Iracema—homem—abrande e feminise os seus comentários agri-doces, para os converter em amendoas e bonbons?

Como não queremos decifrar êste enigma, pomos ponto nas nossas considerações, declarando, entretanto, que as *Cartas de Mulher* se leem com prazer, raramente baixando daquela linha de distinção em que o talento de escrever é o maior apuro da humana gentileza.

*AO PARAPEITO* por PINA DE MORAES, edição da Renascença Portuguesa. — Porto.

O moço escritor que assina êste livrinho viveu os sucessos trágicos da guerra, mas, enquanto o canhão devastava e arrasava, a sua sensibilidade ordenou-se e afinou-se, pairando sôbre as ruínas como as cotovias sobre os campos que as chamas lamberam.

Que lindas páginas de impressionismo, tão moças e orvalhadas que nos parece ter o seu autor o rarissimo segredo de restituir à chacina, ao mudo terror da terra, a frescura bucolica dum romper de alva!

E nunca Pina de Moraes se esquece de que é um soldado, sujeito ao dever como o braço ao corpo, mas, sentindo-se também português até às raízes do seu ser, as páginas que escreveu transcendem a vulgaridade das crônicas de sucessos, visto que as anima uma tal vibração de mocidade e emoção que o leitor apenas inicia a sua leitura, tem necessidade de lhe chegar ao fim, como os crentes, os verdadeiros, nunca interrompem a prece dita com os lábios, mas inspirada pelo coração.

*LE PAGE DE MADAME DE FOUCINE* por MAURICE DUPLAY,  
edição da «Renaissance du Livre». — Paris.

Quem lêr esta novela, notará logo a futilidade extrema dos seres e dos interesses sentimentais que nela se agitam e debatem. Porém, sôbre esta primeira aparência, que prestes se desfaz, Maurice Duplay insinua-se dentro da vida e enraiza nela o que supunhamos factício e caprichoso.

Os franceses, apesar de acusados de ligeiros e inconsistentes, nunca deixam de ser psicólogos exatos. Observam, notam, anotam e pesquisam com fina penetração.

*Le Page de Madame de Foucine*, a êste respeito, vale alguma coisa mais do

que a anedota que o ocupa. Pena é que o seu autor não possua uma melhor arte de composição, pois que, com frequência, prejudica o equilibrio dos capitulos, alongando-se, quando devia reduzir-se e reduzindo se, quando devia alongar-se.

*CARTA PARA O OUTRO MUNDO* por CRUZ MAGALHÃES, edição do autor. — Lisboa

Declara Cruz Magalhães que não acredita no *outro mundo* nem na sobrevivencia das almas.

Porque manda para lá uma carta? É que, tendo como pouca gente o culto da amizade, os seus amigos persistem vivos, perante as suas recordações.

Assim o falecido poeta Luiz Eloi Calado Nunes não é para êle um morto, mas sim um companheiro constante de confidências. Remomora-o a cada passo e acha-o tão proximo de si que, apesar de separados pela distancia que vai do ser ao não-ser, não tem dúvida em se cartear com êle.

*VERBO ANTIGO* por ANGELO RIBEIRO, edição da Livraria Ferreira, — Lisboa.

Leonardo Coimbra acompanha êste volumezinho, grave e sabio, com um prefacio de que extraímos êste periodo:

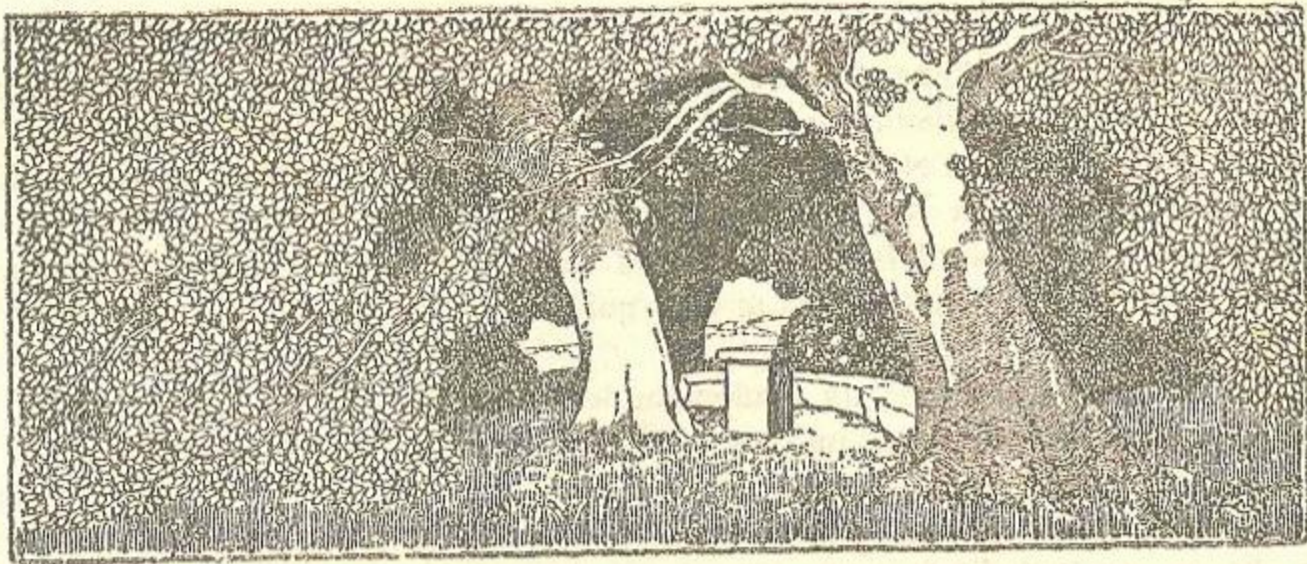
— «O seu livro tem, pois, a beleza duma autentica obra de arte, reunindo e resuscitando o que para nossos olhos mortais era morto, e para a nossa simpatia e acordo é imperecivel e eterno».

O poeta Angelo Ribeiro canta a sabedoria antiga que, na Grécia de Pitagoras, Zenão, Heraclito, Empédocles e outros, se fixou em atitudes que podemos reputar eternas. E não o faz levemente, porque emprega os modos e ritmos, cheios de solenidade e austera pompa, que tanto convêm à dignidade da razão.

E, em vez de se manter frio e abstrato, anima os seus versos com um sopro de vida da mais alta espiritualidade.

J. M.





## La Vie à Paris

Les arches du pont. — Visage de Paris. — Le soir de la grande Foule.  
— Communion française. — Documentations triomphales. Nuit  
du 14 Juillet. — Les morts sont là. — On dédaigne les rhumatismes  
et le vertige. — Les vivants passent. — Une femme qui prie : visa-  
ge de la France.

«L'anxiété pesait. Sous le ciel lourd et chaud, le va-et-vient des passants paraissait insolite, et l'on scrutait sur les figures les bonnes et les mauvaises nouvelles. Il ne semblait point que *cela* fut possible ; la conception de ce que serait la guerre dépassait les visions. Et l'on ne croyait pas encore qu'un homme existât, qui put consentir à porter le poids de cette responsabilité monstrueuse. Pourtant, ceux d'entre nous qui devaient partir aux premiers jours préparaient en silence leurs uniformes, et les Croix Rouges bourdonnaient comme de grandes ruches.

«On attendait. Les éditions spéciales des feuilles du soir s'enlevaient avec une impatience fiévreuse. Place de la Concorde, des jeunes gens qui portaient des drapeaux s'en venaient en pèlerinage à la statue de Strasbourg, chantant la *Marseillaise*. On attendait.

«Nous descendions les Boulevards. C'était la cohue ordinaire, affairée, les haltes devant les vitrines ; la vie. Soudain, nous croisâmes une femme avec les yeux rouges, et nous comprîmes. L'ordre de mobilisation était signé.

«Il y eut comme un remous et comme une délivrance ; non pas une explosion irraisonnée d'enthousiasme, mais une résolution forte, de la confiance et du sang-froid devant l'acte accompli. Et alors commença de passer sur la Ville ce grand souffle de fraternité qui est le miracle du danger commun. On se regardait avec sympathie, on se parlait sans se connaître, sans distinction de classe ou d'opinion. Dans la rue, au milieu d'inconnus, on se sentait chez soi et comme entouré de sa

famille. L'une après l'une, les boutiques fermaient leurs devantures. Les autobus rentraient, vides, réquisitionnés déjà pour le grand devoir. Rue de la Paix, les ateliers fermaient, et c'était l'envol habillard et rapide des petites ouvrières. Elles s'en allaient, deux par deux, trois par trois, très vite, pour avoir le temps d'embrasser ceux qui allaient partir. Elles souriaient, petits oiseaux tendres et braves devant la tempête ; et j'en ai vues qui levaient la tête, e qui regardaient la colonne Vendôme.»

Qu'on nous pardonne, au lendemain des heures d'un enthousiasme qui fut le plus haut dont se soit enivré un peuple, d'avoir retracé ces lignes anciennes.

Il nous semble, en effet, que l'émotion du 31 Juillet 1914 est indissolublement liée à celle du 14 de Juillet 1919, par le pont que la guerre jeta au dessus de la vie. Et si, voulant fixer notre mémoire à l'aide d'une image pour exprimer ces deux journées, nous nous tournons vers nos souvenirs, elles nous apparaissent comme les deux colonnes supportant les extrémités de ce pont ; l'une, rouge du sacrifice consenti, d'on s'élançe le jet de l'arche ; l'autre dorée de gloire, où vient se poser la courbe terminale.

Au moment donc où nous allons tenter, d'une plume défaillante à une si grande tâche, et plein d'une frièvre prise au milieu de la foule et qui n'est point encore tombée, de noter les émotions incomparables éprouvées au cours des Fêtes de la Victoire, nous n'aurions évoquer qu'une architecture incomplète, en ne rappelant pas l'angoisse du premier jour.

\* \* \*

Les villes ont des visages ainsi que les individus. Mobilies, prompts à refléter la colère, la tristesse ou la joie, ils trahissent les mouvements intérieurs de l'âme collective des cités. Et ce mois-ci, le monde entier s'est incliné sur le visage de Paris.

Car Paris, ce mois-ci, consacrait sa victoire, honorait ses morts, célébrait le retour de ses fils vainqueurs. Ah ! comment dire ce que furent ces jours ? Il faudrait pour les décrire, même imparfaitement, une domination de soi-même que les fêtes trop récentes ne nous permettent point. Nos nerfs, secoués jusqu'à la souffrance, sont encore animés de trop fortes vibrations pour que nous puissions autre chose qu'enregistrer les ondes de ces vibrations mêmes.

\* \* \*

Le soir de la signature du Traité de Versailles fut celui de la Grande Foule. Ou avait promis de retraites aux flambeaux et la *Marseillaise* chantée d'un balcon de l'Opéra. Les fenêtres étaient pavoisées de drapeaux ; une allégresse générale, un besoin de manifester son plaisir — le meilleur moyen n'est-il pas de le montrer aux autres ? — avaient fait sortir de chez eux tous les parisiens.

L'après-midi, la foule avait circulé un peu partout, bruyante, gaie. De jeunes



hommes traînaient des canons sur leurs affûts, faisaient éclater des pétards, formaient des rondes autour de jeunes femmes qui ne sortaient du cercle qu'à condition d'être embrassées, et s'échappaient ainsi de bonne grâce. Des fleuves bleus-horizon, des fleuves roses, — uniformes et corsages d'été — coulaient intarissablement sur les boulevards, troublés à peine de légers remous lorsque passait un auto-car chargé de soldats américains qui chantaient.

Mais, lorsque la nuit laissa tomber sa cendre grise, on se massa du côté de l'Opéra ; et l'ombre et le nombre sans cesse accru des promeneurs transforma ces fleuves en une mer véritable. Le monotonement des têtes s'étendait aussi loin que la vue ; lorsqu'on était, soi même, au coeur de la foule, on se sentait emporté par d'invisibles flux et reflux, on perdait le contrôle de sa volonté, on participait réellement à l'âme unique de la multitude. Communion magnifique où l'étroitesse des personnalités se nourrissait des qualités primordiales de la race, retrouvées, comme par sortilège, sous l'impulsion d'une joie unanime.

Il n'est pas possible que, ce soir-là, les étrangers emportés dans le flot populaire n'aient pas senti passer sur le fronts le souffle des énergies françaises.

\* \* \*

Pourtant, ce n'était que le commencement.

Les jours qui suivirent préparèrent l'ascension. Les heures de nerveuses impatiences que l'on avait vécues en attendant l'acceptation définitive de l'ennemi étaient terminées. On était délivré d'une angoisse de cinq années. Oserais-je dire que l'on respirait comme un air de vacances. La tâche quotidienne accomplie, on s'en allait par groupes, dans la douceur du crépuscule, voir où en était le travail de décoration du chemin triomphal par où devaient s'avancer les soldats, le 14 Juillet. Place de d'Etoile, tout le long des Champs-Élysées, des centaines d'ouvriers sciaient, clouaient, plantaient. Une double rangée de mâts blancs rectifiait la perspective des avenues ; des tribunes étageaient leurs grands provisoires. On discutait du goût qui présidait à ces préparatifs ornementaux. Certains regrettaient que l'on eut ainsi prétendu embellir un décor unique au monde : il n'était point besoin de ces cartonnages, de ces platras de foire pour célébrer les guerriers ; Paris, sans maquillage, leur tendait d'assez beaux chemins. Et le squelette de bois du monument aux morts, découpant sa grêle charpente sous la route de l'Arc-de-Triomphe, attirait les sarcames des gamins qui jouaient autour. Mais cette fête de la France eut-elle été totale, si Gavroche n'avait plaisanté ?

Quolibets de courte durée, d'ailleurs, par quoi se masquait d'un sourire l'émotion qui montait de toutes parts. De même, on est toujours un peu honteux de pleurer au théâtre, et les spectateurs sensibles se hâtent, le rideau tombé, de se moquer de leurs propres pleurs. Mystérieuse pudeur des sentiments intimes qui fait que l'on se réunit pour rire et que l'on se cache pour pleurer, comme s'il n'y avait point autant de rayons dans une larme que dans un sourire.

Cependant, des quatre points de l'horizon affluaient les visiteurs. Paris regorgeait d'habitants passagers qu'on ne savait où loger. Il n'y avait pas assez de chambres, il n'y avait pas assez de lits. Et, le 13 Juillet, des milliers de person-

nes couchèrent à la belle étoile, enveloppés de couvertures, sur les bancs, sur les chaises pliantes apportées par des familles avisées de tous les coins de France, ou grimpés dans des branches d'arbres.

Qu'importait le confort ! L'important était d'être bien placé pour voir passer le défilé. Personne ne voulait dormir. J'ai dit qu'une vague d'émotion montait de jour en jour ; ce soir-là, elle sumergia toutes les consciences. Le lendemain on verrait passer les militaires ; il fallait auparavant veiller les morts.

\* \* \*

De toutes les rues, de toutes les avenues, débouchait la foule sur la place de l'Etoile. Incomparables heures, trop poignantes et trop belles, qu'il faut avoir senti passer à travers son cœur !

Sous le porche de l'Arc-de Triomphe, au point le plus haut de ce rayonnement de chemins qui descendent vers la ville, le Cénotaphe avait été dressé. Une simple pyramide trouquée, ornée de robes bas-reliefs, surmontée d'un brûle-parfumes en forme de coupe ; tout autour, des soldats qui montent la garde ; et tout autour des soldats, Paris. Des projecteurs puissant faisaient briller d'un pâle éclat l'or mat du monument, éclairaient d'une aube insolite la voûte de l'Arc où semblaient se réveiller les noms des victoires inscrits aux flancs des parois. Émouvant symbole qui perpétuait la tradition ; Austerlitz et Wagram s'associaient aux morts de la Marte et de l'Yser. Les siècles passent. L'âme des peuples renaît continuellement d'elle-même.

Un million cinq-cent mille jeunes hommes, que dévoraient toutes les espérances de la vie, sont, un soir d'il y a cinq ans, montés dans des wagons noir avec des roses aux lèvres ; un million cinqcent mille jennes hommes, nos fils, nos frères, qui ne sont pas revenus. Cinq ans, c'est presque hier !

Et comme des heures désespérement lentes ont vite accompli cinq années ! De ceux pour qui tout un peuple pleure ce soir, les images sont encore si précises que nous croyons parfois les voir, de chair et d'os, au milieu de nous. L'hommage qui leur est rendu, la fleur qui leur est offerte maintenant ne sont point simulacres pieux à l'autel d'un souvenir qui s'efface, c'est l'attestation d'un amour comune on n'eu peut offrir qu'à des vivants.

C'est qu'ils sont là. C'est qu'il n'est point possible que les âmes de tous ceux qui sont couchés au hasard de la terre, entre la Manche et le Rhin, ne répondent pas à l'incautation des âmes qui les appellent. Celui qui passe, s'arrête, et celui qui le suit, chacun pense à son mort d'une pensée si forte et s'élançe vers lui d'un si puissant essor qu'il ne peut pas ne pas venir à sa recontre. C'est qu'un million cinqcent mille âmes sont là, mêlées à nos âmes.

Le temps s'écoule. Des fumées s'élèvent de tous les vases où se consomment des aromates, enroulent un instant de douces spirales autour du Cénotaphe, s'évanouissent vers la lune splendide suspendue dans le ciel de juillet comme une lourde lampe...

Ainsi passa la plus belle nuit de l'histoire de France.



Et l'aube se leva, fraîche, légère. Une molle brume flotta quelques instants ; des nuages coururent dans le pâle azur. On guettait le Soleil. Il parut, et peignit soudain de couleurs éclatantes les drapeaux innombrables qu'agitait le vent terne du petit matin. Les fenêtres étaient diaprées comme de grands bouquets ; à la pathétique veillé des morts allait succéder la fête éclatante des vivants.

Tout le long de la voie triomphale, des grappes humaines suspendues à d'invisibles supports donnaient la mesure de ce que peut suggérer l'ingéniosité humaine. Comme un service d'ordre bienveillant empêchait d'approcher de trop près et que l'espace entre les gardes et les murailles était exigü, c'est en hauteur que la multitude docile se répandit. Chaque anfractuosité architecturale, la moindre corniche, le plus frêle balcon, était occupé. Les réverbères fleurissaient de curieux. Des échelles, chargées à craquer, avaient l'air de jouer à qui serait la plus haute, et l'on payait à prix d'or le droit à un échelon. Espérant n'être point délogé de cet observatoire aquatique, des jeunes gens trempèrent leurs jambes plusieurs heures dans les vasques des fontaines, place de la Concorde. Il paraît qu'on ne les y laissât point. Ceux-ci avaient dédaigné les rhumatismes ; d'autres dédaignèrent le vestige et se juchèrent jusque dans les sculptures du toit de l'Opéra.

Cependant, massées dans la pénombre des futaies du Bois de Boulogne, les troupes qui devaient défilier attendaient leur dernière relève. A huit heures et demie, elles prirent leur formation de marche, et s'ébraulèrent. Un coup de canon annonça leur départ, fit onduler une rumeur de la Porte-Maillot à la Place de la République. Les soldats des barrages rectifièrent leurs alignements bleus ; et puis, on attendit. Hélas ! il fallait rester à sa place, se contenter de n'apercevoir qu'un coin de gloire, se résigner à *les* attendre, alors qu'on aurait tant voulu courir à leur rencontre. Et comme on ne pouvait pas leur offrir cet élan, on leur offrit un silence fervent pour entendre, du plus lointain horizon, le premier écho de musique militaire.

Ce ne fut point la musique pourtant que l'on entendit d'abord, mais la clameur immense gagnant de proche en proche et qui précédait le cortège.

— Les voilà !

Des éclats de cuivres, des roulements mats de tambours, c'était Eux. Joffre et Foch, d'abord. O prestige, doux au coeur, de la France qui marche la première ! Et dès lors, s'élevant puis retombant pour s'élever plus fort, les ovations saluèrent tous les chefs aimés, que cette apothéose faisait entrer dans la gloire légendaire, tous les officiers, tous les soldats, de toutes les nations alliées, de toutes les armes. Les américains, d'un si magnifique ensemble, les belges, les anglais aux merveilleux drapeaux, les italiens, les japonais, les roumains, les serbes, d'autres encore, tous, tous ceux qui furent à la peine, passèrent dans le frisson des étendards en lambraux qui faisaient flotter aux lèvres de la foule des noms de bataille et de victoires.

Les acclamations jaillissaient d'un enthousiasme qui ne faiblit point. Mais il sembla pourtant qu'elles s'attendrissent lorsque les fleurs d'or étincelèrent des clairons qui précédaient nos premiers poilus. Et c'était tout naturel, n'est-ce pas

qu'une émotion plus directe et plus forte encore nous étreignit, et fit monter des larmes à nos yeux, en voyant passer si près de nous ces soldats bleus-horizons, dont les cœurs avaient, si long-temps, battus loin des nôtres.

\* \* \*

Cramponné à la balustrade d'un balcon, comme tant d'autres, j'ai vu cela.

J'ai vu, deux heures durant, ces hommes apparaître sous l'Arc-de-Triomphe, comme d'une porte ouverte dans le ciel, et descendre les Champs Elysées. J'ai entendu quelqu'un dire, à côté de moi : — C'est le plus grand spectacle qu'il y ait eu depuis que le monde existe !

J'ai senti que ce quelqu'un pensait de ma pensée. J'ai vu des femmes tomber à genoux, et prier les mains jointes, et j'ai reconnu leur visage qui était celui de la France.

Un vertige me saisissait, parfois, de ce déroulement ininterrompu. Je fermais les yeux ; mais, paupières closes, je les voyais quand même. . . Et si, à ce moment que j'écris, je ferme les yeux, je les revois encore, l'un après l'un — tous et chacun — descendre les Champs-Elysées. Je ne suis pas le seul. Ceux qui étaient là sont comme moi. On ne peut plus ne pas les voir. On les verra jusqu'à ce que la terre n'emporte plus, à travers les astres, qu'un monde éteint dans les cieux froids.

J. N. FAURE-BIGUET.

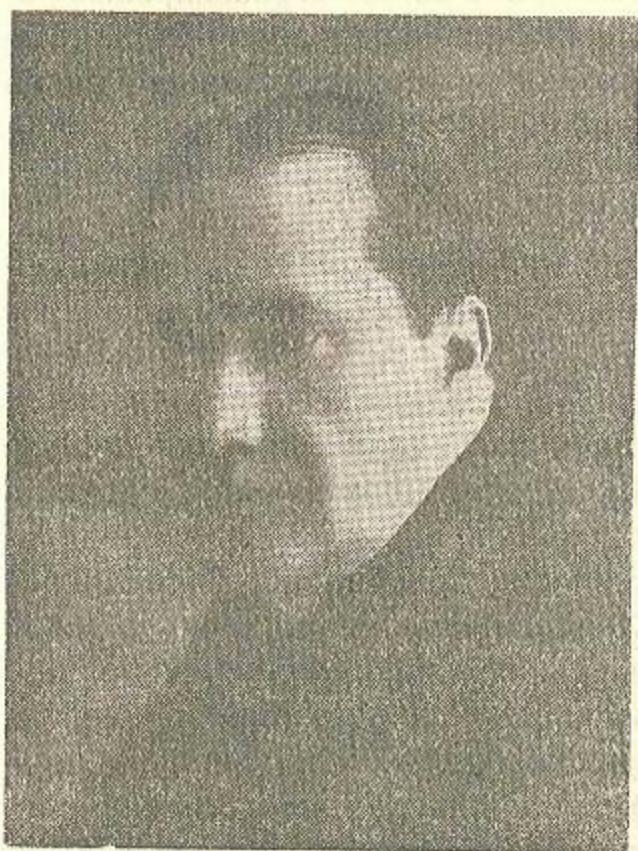


# Notas do Mês

DR. LUÍS DE SOUSA DANTAS

*Ser representante do meu país em Portugal é a maior honra a que pode aspirar um diplomata brasileiro* — eis as palavras que, na sua recente passa-

gem por Lisboa, disse o Dr. Sousa Dantas a um dos nossos ilustres colegas da imprensa diária.



Elas mais uma vez demonstram a grande amizade do eminente diplomata pelo nosso país. A *Atlantida* quer deixá-las consignadas aqui, já pela importância que lhes confere a alta individualidade que as proferiu, já porque elas são a demonstração evidente e clara de que todos os altos espíritos do Brasil estão conosco, na campanha patriótica da aproximação luso-brasileira. Não ha calúnias, não ha ironias, não ha mentiras que devam, ou possam fazê-la afrouxar, ou fazer-nos desanimar. Luís de Sousa Dantas, antigo sub-secretário do ministério das Relações Exteriores, antigo ministro na Argentina, antigo ministro em Roma — tendo deixado em todos os cargos exercidos os mais fundos vestígios

duma inteligência superior e dum tacto incomparável — sabe o que valem as suas palavras, e sabe o que o Brasil deseja. Por isso nós o saudamos na *Atlantida*, enternecidamente, — como a um camarada ilustre da mesma luta pelo mesmo ideal de confraternisação lusitana.

## JOÃO DO RIO

Depois de uma estada na Europa em que os seus triunfos literários e sociaes se contam pelos dias de demora, regressou ao Rio de Janeiro o nosso director João do Rio. A sua partida de Portugal deu motivo a uma manifestação de simpatia verdadeiramente excepcional. Paulo Barreto, que durante a sua estada em Lisboa recebeu inequívocas provas da admiração que em Portugal se nutre por

êle, teve na sua despedida a demonstração completa da amizade que as classes dirigentes de Portugal justamente lhe consagram.

No Caes das Colunas estiveram para abraçá-lo com os mais affectuosos votos de boa-viagem muitas das figuras mais representativas do govêrno, parlamento, literatura, arte, finança, do comércio e academia. Não está na índole da nossa revista a detalhada referência ao assunto que os jornaes oportunamente deram. Cumpre-nos, no entanto, confessar desvanecidamente quão carinhosa e significativa foi essa demonstração de amizade por Paulo Barreto que em tudo correspondeu à sua bela obra em prol da aproximação luso-brasileira.

A *Atlantida*, que tem na consagração da obra João do Rio uma parte importante, visto que da grande obra comum se trata, regista com prazer todas as demonstrações da homenagem prestada ao seu illustre director tanto em Portugal como no Brasil, sem esquecer as que em París e Roma recebeu. E apraz a quantos trabalham na *Atlantida* saber que no Brasil foi a chegada de Paulo Barreto condignamente festejada, não só pelos brasileiros, que dele se orgulham, como pelos portuguezes, que muito o estimam. Jornaes de Pernambuco e do Rio noticiam o entusiasmo e a imponência das manifestações promovidas em honra de João do Rio. Com elas nos congratulamos; e é com subido orgulho que nas nossas páginas arquivamos alguns períodos de um notável artigo de Oscar Lopes em *O Paiz*:

«João do Rio acaba de chegar da Europa, depois de executar um dos mais brilhantes e difíceis trabalhos intellectuais, ao serviço do grande jornal onde tenho a honra de escrever.

A extensa e magnifica série de crónicas que produziu, enquanto esteve ao lado da Embaixada da Paz, era desnecessaria, é claro, ao aumento do seu excepcional prestígio, mas teve o valor de completar-lhe, em face do público, uma reputação excepcional e francamente invejavel.

E' um caso sem igual o do João do Rio escritor. Com pouco mais de 30 anos, a crónica diária, exigente e espontânea, encontrou nêle o seu rei, cujo septro não foi ainda transferido. O conto, especialidade literária tão cheia de perigos, teve no observador admiravel um dos seus escravos mais fieis e mais fulgurantes. Levou-o a conferência, aqui e por toda a parte, aos planos mais altos do género. Sorriu-lhe o romance, e êle triunfou do romance. Dir-se-ia que o teatro é a sua propria natureza intellectual. Deu-nos êle, na scena dramática, as mais verídicas obras primas.

Acaso carecia de maior esforço João do Rio? E' certo que não. O autor das *Crónicas e Frazes de Godofredo de Alencar*, do *Dentro da Noite*, da *Bela Madame Vargas*, etc., precisava aceitar uma *corvée* para acrescentar lustre ao proprio nome? Não. Acaso êsse nome estava por fazer? Não. Um sentimento de vaidade o impelia a partir para París, que lhe é tão familiar, nas horriveis condições que sucederam de perto ao armistício? Não.

Qual foi, então, a mola, a estranha e incompreensivel mola que impeliu êsse príncipe da mentalidade brasileira a abandonar os confortos da sua situação, entre nós, trocando-os, insensatamente, pela ardua missão que aceitou e agora termina com o seu regresso á Patria?

Só há uma causa, uma razão para tal sacrificio: o amor dessa mesma Pátria.

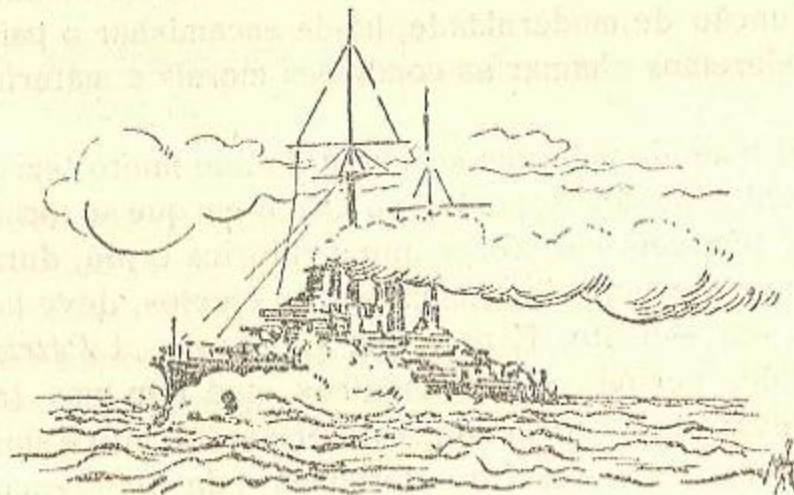
João do Rio, tão cheio de serviços ao seu país, pelo que por êle tem feito sua intelligência — maravilhosa e a sua actividade sem par, não podia pôr umahae

situação, ainda que fôsse instantânea, diante de um sacrifício pessoal que enrolasse o bem supremo da nossa terra.

Do que êle fez na altissima e nobilissima missão não preciso dizer palavra. Tanto quanto eu, que o li diariamente, devem aplaudir-lhe, com ardôr, a obra meritória os leitores dêste jornal.

Há, todavia, uma expressão que deve ficar aqui, e desde já, sôbre a vida dêsse extraordinário publicista. Ela justifica, neste momento, o sub-título a que de começo aludi: «Valores nacionais».

João do Rio acrescentou a todos os seus legítimos títulos de glória, conquistados em ásperas refregas literárias, o padrão de patriota.»





## Notícias & Comentários

### Um novo jornal

Arquivamos com prazer a circular que recebemos anunciando o aparecimento do jornal *A Pátria*, por cujo êxito de acção nacional fazemos votos :

«O jornal *A Pátria*, que em breve aparecerá, com o bom propósito de acordar as energias velhas e moças da terra e gente portuguesas, não é o porta-voz dum homem, dum grupo, dum partido, dum classe, dum mesquinho interesse ou ambição política, porque pretende ser e quer ser uma fôrça orientadora que cuidadosamente, em função de modernidade, há-de encaminhar o país para o conhecimento do que poderemos chamar as condições morais e materiais do seu renascimento.

Temos sido vítimas de palavras sem sentido que muito tem pervertido o bom senso da nossa raça. Chegámos, porém, ao tempo em que se torna necessário afastar para largo as terríveis metáforas que a retórica criou, durante largos anos. Portugal, que tem uma existência de mais de oito séculos, deve haurir da realidade a sua fôrça e o seu espírito. E para que assim seja, *A Pátria* vai, seguindo o exemplo dos grandes periódicos estrangeiros, que têm uma tradição e um título respeitável, levar até as turbas uma doutrinação clara e simples que lhe mantenha tal fé, no porvir, que resulte naturalmente da sua crença nos destinos da nacionalidade.

E como, além do território europeu e ilhas adjacentes, Portugal possui as suas riquíssimas colónias e existem núcleos de portugueses em quasi todas as partes do mundo, procurará *A Pátria* intensificar o mais possível o sentimento da vida comum.

Após a espantosa catástrofe da guerra, por toda a parte a actividade renasce e ressurge o trabalho. Incansavelmente, ela se propõe advogar o espírito de iniciativa, para que as inexploradas riquezas metropolitanas e coloniais sejam um factor indefectível da nossa restauração.

Aos assuntos económicos dedicará toda a atenção, chamando a tratá-los pessoas que tenham preparação para isso. O mesmo diremos a respeito da política, nos seus dois aspectos, nacional e internacional. Pois que a nossa raça, desde o século xv, ainda não deixou de manter uma forte corrente emigratória, estudare-



mos a emigração com cuidado muito especial. Como esmerado diário de informação, *A Pátria* há-de empregar todos os esforços para que as suas secções registem tudo o que, dentro e fora do país, desperte curiosidade, criando para êsse efeito agências próprias nas nossas terras principais e nas cidades estrangeiras em que mais se concentram os sucessos e notícias.

Nunca *A Pátria* se esquecerá de que, visando acima de tudo o bem comum, batendo por igual rotinas e utopias vãs, quer que o seu esforço, copioso e metódico, sirva para dar ao nosso povo a compreensão do que êle é historicamente, a fim de melhor realizar a sua missão hodierna, dando à conquista da riqueza o labor que ela exige, mas sem descurar a formação das virtudes que ennobrecem os caracteres.»

## REVISTA DAS REVISTAS

### RECEBEMOS E AGRADECEMOS :

BELGICA : — «Bulletin d'informations de presse», Bruxellas ; «Informations Belges», Bruxellas ; «La Patrie Belge», Bruxellas.

BRAZIL : «Boletim da Camara Portuguesa», S. Paulo ; «Fon-Fon», Rio de Janeiro ; «Revista do Brasil», S. Paulo.

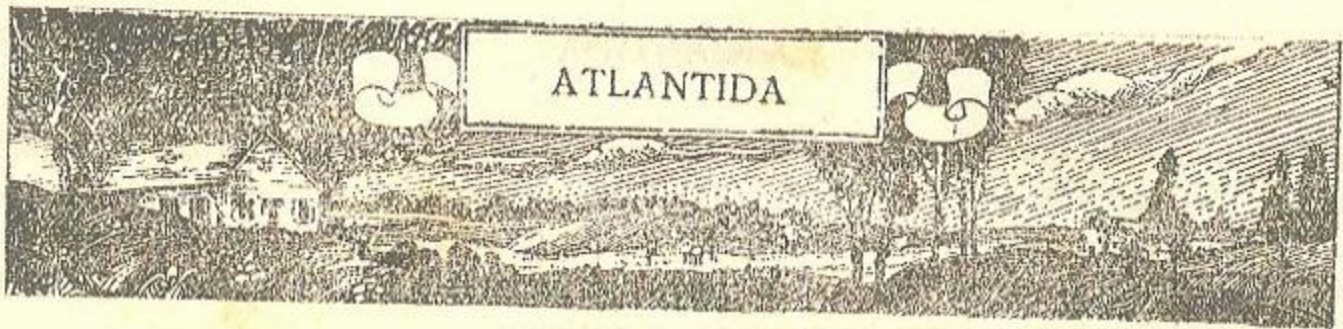
ESPAÑA : — «Actualidad Financiera» (La), Madrid ; «Andalucia», Cordova ; «Arte Español», Madrid ; «Estados Unidos», Barcelona ; «España», Madrid ; «Estudio», Barcelona ; «Revista», Barcelona ; «Revista Castellana», Valladolid ; «Revista Quincenal», Barcelona ; «Union Hispano-Americana», Madrid ; «Vell i nou», Barcelona.

FRANÇA — «Bulletin de l'Amérique Latine», Paris ; «Exportateur Français», Paris ; «Essais nouveaux», Vaucluse ; «France Nouvelle» (La), Paris ; «Renaissance du Livre», Paris ; «Journal Technique du Commerce extérieur» ; «Journal de l'Université des Annales» :

INGLATERRA : «Studio (The)», Londres.

ITALIA : — «Minerva», Roma ; «Nouvelle Revue d'Italie», Roma.

PORTUGAL : — «Agros», Lisboa ; «A Águia», Porto ; «Economista», Lisboa ; «Icaro», Coimbra ; «Lusa», Viana do Castelo ; «Pela Grei», Lisboa ; «Ressurreição», Lisboa ; «Revista Colonial», Lisboa ; «Terra Portuguesa», Lisboa.



Toda a colaboração da *Atlântida* é solicitada.

\*  
\* \*

Todas as obras literárias devem ser dirigidas à redacção da Revista e não a qualquer dos seus directores ou colaboradores. A *Atlântida* só inserirá notícia ou juízo crítico sobre as obras de que lhe sejam enviados 2 exemplares.

\*  
\* \*

A *Atlântida* publicará crónicas do movimento artístico literário do mundo latino: *francesas, belgas, brasileiras, italianas, espanholas, e das repúblicas latinas da América do Sul.*

\*  
\* \*

A reprodução ou tradução dos artigos da nossa revista só poderá fazer-se desde que seja pedida.

\*  
\* \*

Na administração da *Atlântida* pagar-se-hão por 50 centavos o n.º 13 e por 40 centavos os n.ºs 1 e 2 da nossa revista.

\*  
\* \*

Estamos fazendo reimpressão das capas para os volumes da *Atlântida*. A administração recebe desde já encomendas.

\*  
\* \*

Em consequência da grêve tipográfica, só hoje podemos publicar o n.º 40 da *Atlântida*, que deveria ter saído em 15 de julho.

Com as nossas desculpas, asseguramos aos que nos lêem o melhor dos esforços da gerência da *Atlântida* para que esta falta involuntária não tenha repetição.

**O VINHO DE COLARES**

**VIUVA GOMES**

**Mantém o seu tipo  
inalteravel ha**

**CEM ANOS**

**É o unico premiado com o Grand-prix**

90, Rua Nova da Trindade, 90

— LISBOA —

**Sucursaes em**

**COIMBRA e PORTO**

**SÉDE:**

**COLARES-ALMOÇAGEME**

# LIBRAIRIE GARNIER FRÈRES

6, RUE DES SAINTS-PÈRES, 6. - PARIS

## Dernières Nouveautés

AUCUSTE DORCHAIN : PIERRE CORNEILLE (Prix Lasserre)

M. C. POINSOT : AUPRÈS DE VICTOR HUGO

Chaque volume, in-16 double couronne, broché (*majoration comprise*).. .. 4.55

A. P. GARNIER

Le GESTE de JEANNE D'ARC  
POÈME

LES ANGOISSES  
POÈME

Le MYSTÈRE de Ste GENEVIÈVE  
POÈME

LE DIT DE SAINT ODILE  
POÈME

LA GLOIRE DE LA TERRE  
POÈME

Chaque vol., in-16 colombier, sur papier de luxe (*majoration comprise*) 2 fr.

# La Minerve Française

REVUE DE LITTÉRATURE ET DE CRITIQUE

PARAISSANT LE 1<sup>er</sup> ET LE 15 DE CHAQUE MOIS

Directeur : A. P. GARNIER

Secrétaire de la Rédaction : M. ALLEM

Chaque numéro de *la Minerve Française*, de format in-8, aura environ 130 pages, et publiera des œuvres de :

MM. MARIUS ANDRÉ, CHARLES APPUNH, JACQUES BAINVILLE, MAURICE BARRÈS, de l'Académie française, LOUIS BARTHOU, de l'Académie française, ANDRÉ BEAUNIER, ANDRÉ BELLÈS-SORT, PIERRE BENOIT, LOUIS BERTRAND, JULES BERTAUT, HENRI BIDOU, RANÉ BOYLESVE, de l'Académie française, AUGUSTE BRÉAL, HENRY BRÉMOND, EDOUARD CHAMPION, PIERRE CHAMPION, CHARLES CLERC, JEAN DES CONGNETS, CHARLES DERENNES, AUGUSTE DORCHAIN, AUGUSTE DUPOUY, GABRIEL FAURE, FERNAN FLEURKT, GUSTAVE GEFFROY, de l'Académie Goncourt, PAUL GINISY, EMILE GODEFROY, FERNAND GOHIN, FERNAND GREGH, ABEL HERMANT, EDMOND JALOUX, LÉO LARGUIER, PIERRE LASSERRE, LOUIS LE CARDONNEL, CHARLES LE COFFIC, GEORGES LECOMTE, RENÉ LÔTE, MAURICE MAETERLINK, ANDRÉ MARY, CHARLES MAURAS, LUCIEN MAURY, NOEL OUBT, RENÉ DE PLANHOL, JEAN PSICHARI, HENRI DE RÉGNIER, de l'Académie française, SAMUEL ROCHEBLAVE, FIRMIN ROZ, DAÏON ERNESTE SEILLIÈRE, FORTUNAT STROWSKY, JEAN-LOUIS VAUDOYER.

	Un an	Six mois
ABONNEMENTS { Paris.....	48 fr.	25 fr.
{ Départements....	54 fr.	28 fr.
{ Etranger.....	60 fr.	32 fr.

PRIX DU NUMÉRO ; France 2 fr. 50 — Etranger 3 fr.

Envoyer bulletin d'abonnement et mandats au Directeur de la Revue, 1, Rue de Lille, PARIS (VII).

JOSE HENRIQUEZ TITH & C.  
SUCESORES DE  
FORTINATO CRANIG JUNIOR  
Fundador de la casa en 1843  
CALLE DE LAS PLUMAS 25  
LISBOA  
TELEFONO  
CALLE DE LAS PLUMAS 25  
TELEGRAMAS  
TOTTULO

